



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

ANGELA BERNERT VIVIURKA

A EXTENSÃO EM UMA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA:
DOCENTES COMO AGENTES DE MUDANÇA

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2010

ANGELA BERNERT VIVIURKA

**A EXTENSÃO EM UMA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA:
DOCENTES COMO AGENTES DE MUDANÇA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Interação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laíze Márcia
Porto Alegre

CURITIBA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 328

A extensão em uma Universidade Tecnológica: docentes como agentes de mudança


por

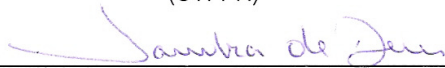
Angela Bernert Viviurka

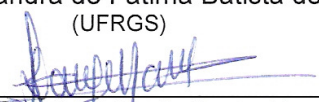
Esta dissertação foi apresentada às _____ 9h _____
do dia **07 de dezembro de 2010** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE
EM TECNOLOGIA, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Interação, Programa de Pós-Graduação
em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi argüida pela
Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca
Examinadora considerou o trabalho Aprovado _____
_____.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado)



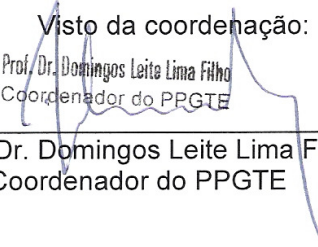
Prof.^a. Dr.^a. Sonia Ana Charchut Leszczynski
(UTFPR)

Prof.^a. Dr.^a. Isaura Alberton de Lima
(UTFPR)

Prof.^a. Dr.^a. Sandra de Fatima Batista de Deus
(UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Laíze Márcia Porto Alegre
(UTFPR)
Orientadora

Visto da coordenação:



Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
Coordenador do PPGTEProf. Dr. Domingos Leite Lima Filho
Coordenador do PPGTE

*Ao meu marido Alberto,
pelo seu amor e companheirismo.*

*Aos meus filhos Fernando e Juliane,
razões da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A Deus, que ilumina meu pensamento e conduz o meu caminho...

À vida, pela oportunidade...

Ao meu amado esposo, pelo apoio, compreensão e paciência nos momentos difíceis;

Aos meus filhos, pelos momentos de ausência;

Às minhas amadas mãe e tia, pelas orações, pelo incentivo e por ficarem com meus filhos nas minhas horas de estudo;

À minha querida orientadora, Professora Laíze, uma pessoa muito especial e dedicada, pelo comprometimento com o sucesso deste trabalho, pela confiança, pela orientação acadêmica e pela amizade;

Aos Professores Beltrão e Cziulik, pelo apoio recebido, pelo incentivo e liberação;

À Marcela e à Andressa, pelo auxílio nas minhas ausências;

Às Professoras Sonia Ana, Isaura e Sandra, pelo carinho e pelas considerações que muito enriqueceram este trabalho;

E às minhas amigas que sempre me incentivaram e me escutaram nas horas difíceis, em especial: Márcia de Lourenço, Hélia, Lilian, Leila, Márcia Lago, Helen e Andréa.

Enfim, a todos, que, de certa forma estiveram comigo nesta caminhada.

***“Se não puder ser uma estrada, seja apenas um caminho.
Se não puder ser o Sol, seja uma estrela.
Não é pelo tamanho que terá êxito ou fracasso...
Mas seja o melhor no que quer que seja.”***

Pablo Neruda

RESUMO

VIVIURKA, Angela Bernert. A extensão em uma universidade tecnológica: docentes como agentes de mudança. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

O conhecimento produzido na universidade torna-se acessível à sociedade por meio da extensão universitária. Assim, esta dissertação foi desenvolvida com o objetivo de apresentar um diagnóstico da extensão universitária sob a ótica dos docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. O estudo foi contextualizado com um amplo referencial baseado em alguns autores, com abordagens a respeito do papel da educação e da universidade com FÁVERO (1980), SILVA (2002) e SANTOS (2005); o uso das tecnologias e mais especificamente a educação tecnológica, em REIS (1995) e LIBÂNEO (2001); a questão da importância da identidade, com BOTOMÉ (2001) e GIDDENS (2002), até focalizar a extensão propriamente dita, com GURGEL (1986), TAVARES (1997) e NOGUEIRA (2000), e associá-la a uma comunidade de prática com WENGER (1998). A abordagem metodológica pautou-se nas pesquisas qualitativa, de natureza interpretativa, e quantitativa, do tipo levantamento. Foram realizadas entrevistas com os gestores para verificar a concepção de extensão universitária existente na Instituição. Foram enviados, simultaneamente, por meio eletrônico, questionários a todos os docentes dos *Campi* da UTFPR, localizados nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo. Essa ação possibilitou conhecer o entendimento dos docentes em relação às ações extensionistas, as formas de articulação com a sociedade, o uso dos recursos tecnológicos bem como averiguar as opiniões dos professores em relação ao desenvolvimento da cultura extensionista na Instituição. Conclui-se, com esta dissertação, que a extensão não é considerada uma atividade menor em relação ao ensino e à pesquisa na Instituição; que os docentes não têm clareza a respeito do conceito e das funções da extensão universitária na UTFPR e que há necessidade de esclarecimentos sobre a identidade da Instituição. Visando à consolidação da institucionalização da extensão na UTFPR, foram sugeridos o registro e divulgação das ações extensionistas bem como a flexibilização da carga horária docente, com um mecanismo de pontuação do currículo ou definição de métricas. A implantação de comunidades de prática em extensão na UTFPR possibilitaria a criação de espaços para reflexões e sociabilizações de saberes e experiências. Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para um repensar de estratégias que visem ao fortalecimento da função social da UTFPR, para um maior envolvimento da comunidade interna, bem como para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Palavras-chave: Diagnóstico. Extensão Universitária. Docentes. UTFPR.

ABSTRACT

VIVIURKA Angela Bernert. The extension in a technological university: professors as agents for a change. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

The knowledge produced at university becomes available to society through the university extension. Thus, this dissertation was developed with the purpose of presenting a diagnosis of university extension activities under the perspective of professors from Federal University of Technology - Parana - UTFPR. The study was set against a broad framework based on some authors, with approaches to the role of education and university, with FÁVERO (1980), SILVA (2002) and SANTOS (2005); the use of technology and more specifically, technological education, in REIS (1995) and LIBÂNEO (2001); the question of the importance of identity with BOTOMÉ (2001) and GIDDENS (2002), up to focusing on the extension *per se*, with GURGEL (1986), TAVARES (1997) and NOGUEIRA (2000) and assign it to a community of practice with WENGER (1998). The methodological approach was based on a qualitative research, an interpretive nature, and quantitative, survey-type. Interviews were conducted with managers to verify their point of views over extension definitions currently applied within UTFPR. Simultaneously, a set of questionnaires to all professors of the UTFPR Campi, located in the cities of Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa and Toledo was sent by mail. This action allowed to know about the professors' understanding in relation to the extension activities, the way they interact with society, the use of technological resources as well as evaluate the professors' views in relation to cultural development extension at the university. This dissertation concludes that the extension is not considered minor activity in relation to teaching and research at the university; that the professors do not have clarity about the concept and functions of the university extension at UTFPR and there is need for greater understanding on the identity of this university. As a suggestion from professors, aiming at consolidating the institutionalization of extension activities of UTFPR, the registration and disclosure of extension activities as well as the flexibility of teaching hours along with a scoring mechanism of the curriculum or set of metrics. The implementation of communities of practice in the UTFPR extension would provide the creation of spaces for reflection and for knowledge and experience sharing. The results of this research could contribute to a rethinking of strategies aimed at strengthening the social function of UTFPR for greater involvement of the internal community, as well as the inseparability involving education, research and extension.

Keywords: Diagnosis. University Extension. Professors. UTFPR.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Retorno dos questionários.	71
Gráfico 2 – Participação por Campus.....	74
Gráfico 3 – Retorno dos questionários considerando o sexo dos docentes.....	74
Gráfico 4 – Retorno dos questionários considerando a faixa etária.	75
Gráfico 5 – Retorno dos questionários considerando a área de formação na graduação.	75
Gráfico 6 – Classificação dos docentes em relação à área de formação e ao sexo.	76
Gráfico 7 – Quantidade de docentes por titulação.	77
Gráfico 8 – Quantidade de docentes que desempenham função administrativa.....	80
Gráfico 9 – Envolvimento dos docentes em ações de Extensão durante a formação acadêmica.	81
Gráfico 10 – Grau de importância da extensão universitária na UTFPR.....	81
Gráfico 11 – Prioridades da extensão universitária na UTFPR.	83
Gráfico 12 – Percepção dos docentes sobre a extensão universitária.....	85
Gráfico 13 – Instrumentos legais que normatizam a Extensão na UTFPR.	86
Gráfico 14 – Participação em ações de extensão na UTFPR.	88
Gráfico 15 – Docentes que participaram de cursos de extensão na UTFPR, por Campus.....	89
Gráfico 16 – Tecnologias utilizadas em ações extensionistas.....	93
Gráfico 17 – Recursos tecnológicos na UTFPR.....	94

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Quantidade de questionários enviados e devolvidos.....	72
Tabela 2 – Classificação dos participantes por tempo de docência, sexo, campus e formação.	79
Quadro 1 – Sugestões dos gestores x respondentes a respeito do estímulo aos docentes e disseminação da cultura extensionista na UTFPR.....	101

LISTA DE SIGLAS

CBAI	Comissão Brasileiro-Americana Industrial
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CIMCO	Cefet Integrado na Multiplicação de Conhecimentos sobre AIDS
CINCRUTAC	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias
COP	Comunidade de Prática
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitários
ENAD	Encontro Nacional de Associações Docentes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras
IES	Instituição de Ensino Superior
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimentos de Cultura Popular
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROES	Programa de Extensão Social
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROEXTE	Programa de Apoio à Extensão Universitária
ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PROREC	Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEC	Serviço de Extensão Cultural

SEsu	Secretaria de Educação Superior
SIEX BRASIL	Sistema de Informações de Extensão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA.....	18
2.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES	18
2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	20
2.3 HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR.....	22
2.4 FUNÇÃO SOCIAL DA UTFPR: QUESTÃO DE IDENTIDADE	26
2.5 O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO 31	
3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	40
3.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE SUA ORIGEM ATÉ 1979.....	42
3.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DE 1980	49
3.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UTFPR	53
3.4 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DOCENTES.....	59
3.4.1 Pensando na UTFPR como uma comunidade de prática em extensão universitária	62
4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DO PERFIL DA EXTENSÃO NA UTFPR.....	66
4.1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	66
4.2 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	67
4.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	69
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
6.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E IMPLICAÇÕES PARA PESQUISA.....	110

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, atualmente, está vivenciando situações antagônicas: se por um lado ocorre o crescimento da economia, a valorização da moeda, investimentos de várias empresas no país, o *boom* imobiliário, o acesso maior e mais rápido à tecnologia, por outro lado a realidade se traduz a uma série de incertezas, desigualdades e imensuráveis problemas ambientais, causados pela modernização acelerada e por todas as transformações sociais, econômicas e políticas.

Quanto mais a sociedade mergulha em problemas que podem ter sido causados pelo avanço desenfreado da tecnologia, mais soluções são exigidas dos intelectuais, dos cientistas e das instituições de ensino e pesquisa, que, por sua vez, se utilizam da própria tecnologia e da ciência para encontrar possibilidades.

Para Reis (1995, p.27), “o desenvolvimento acelerado da tecnologia cria novas formas de aprendizagem, e hoje, a educação é indiscutivelmente um elemento-chave na promoção, mas também no controle de uma sociedade assente no desenvolvimento tecnológico”.

Assim, ainda de acordo com a autora, existem duas razões básicas para integrar o estudo dos temas tecnológicos na educação: educar os jovens para garantir a continuidade do desenvolvimento atual e para viverem numa sociedade tecnológica como seres humanos livres, capazes de tomar e influenciar decisões.

Para ter acesso a uma melhor qualidade de vida, devem-se aprimorar os conhecimentos visando a um maior entendimento e uma compreensão ajustada aos outros e ao meio, entende Maturana (1998, p.18).

Nesse cenário, destaca-se a universidade, com o compromisso de transmitir valores e transformar as pessoas em cidadãos conscientes e éticos, de forma mais generalista, que estejam sempre em estado de alerta para mudanças permanentes com capacidade de operar em diferentes condições. Por isso é desejável que a universidade mantenha uma relação de parceria com a sociedade, como uma comunidade de prática de aprendizagem ao longo da vida, na troca de experiências.

Segundo Silva (2002, p.107) “entende-se que é a identidade da universidade que está em jogo, que é objeto das discussões que procuram

reconstituir os fins sociais da universidade, juntamente com os fins científicos, acadêmicos e de formação.”

Uma universidade comprometida com um novo tempo, bem como com a historicidade, tem um papel relevante nessa formação, no desenvolvimento de novas formas de pensar, de agir e sentir, ao corroborar com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

E é pelo fato de a universidade estar imersa em um contexto de críticas e perspectivas, que a leva à constante busca de sua própria finalidade. Por esse motivo, o conceito e a prática de extensão tornaram-se assuntos de discussão, pois propõem a aproximação efetiva entre a universidade e a sociedade.

A extensão universitária tem uma história associada à própria origem das universidades, como um aspecto constituinte da sua identidade, além da produção e transmissão de conhecimento, envolvendo diferentes formas de abordagem: uso do conhecimento para o lazer e cultura, complementação de estudos universitários, prestação de serviços à sociedade ou assistencialismo. Essas vertentes se justificavam em certas épocas e com condições definidas. Aos poucos, a extensão começou a ser uma crítica à instituição de ensino, quando passou a ser considerada como um tipo de atividade da universidade para compensar o ensino e a pesquisa. (BOTOMÉ, 2001, p.161).

Dessa forma, conceituar extensão é um grande desafio, pois surgiu, ao longo da história, sob as mais diversas denominações, sendo usada, muitas vezes, sem clareza e entendimento.

A Extensão Universitária, de acordo com Sousa (2001, p.121) “surge como instrumento a ser realizado pela Universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora de suas relações.” Ela vai receber, desde o seu início, a responsabilidade de efetivar este compromisso com as comunidades. Esse papel articulador não deve, necessariamente, ser visto como a substituição para falhas no ensino e na pesquisa, pois se trata de um momento de construção, em que a Extensão universitária é uma ferramenta necessária e útil para tornar os produtos da universidade mais próximos da sociedade.

Destaca-se o artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Além disso, segundo o item 23 da Educação Superior da Lei 10.172/01, que aprovou o Plano Nacional de Educação, em 9 de janeiro de 2001:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (PNE, 2001, p.45)

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, em seu artigo 53, assegura às universidades:

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

As ações de extensão pressupõem o envolvimento da comunidade interna, dessa forma, a institucionalização consiste em uma grande estratégia para auxiliar a criação de condições favoráveis para que aconteça esse engajamento, estimulando a academia na incorporação dessas atividades no seu projeto político-pedagógico, de forma a assumir um maior compromisso social.

A universidade, ao articular-se com a sociedade de forma a estabelecer uma troca de saberes e a democratização de conhecimentos, fortalece a extensão universitária, que segundo o Plano Nacional de Extensão, publicado em 1987, determina que “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

A identificação com o assunto em questão surgiu da participação de um curso na Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, chamado SESI Empreendedorismo Social, com o Projeto Semear Responsabilidade Socioambiental. Na oportunidade, diversos contatos com empreendedores sociais foram estabelecidos, os quais compartilhavam de outras formas para encarar desafios: engajamento e disposição.

Naquele momento, percebi que poderia contribuir com o lado social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, um desafio que me motivou a estudar o tema, a partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em

Tecnologia - PPGTE, onde minha pesquisa foi direcionada para a extensão universitária. Ademais, atuo como servidora administrativa da referida Instituição, exercendo atividades na Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias - PROREC.

O presente estudo refere-se às atividades de extensão realizadas em uma instituição de ensino tecnológico, por meio das quais se concretizam as relações entre a universidade e a sociedade. Pretende-se buscar a compreensão de como elas são praticadas, considerando o comprometimento com a população e a dimensão que proporcionam para o desenvolvimento humano.

Dessa forma, procura-se diagnosticar o posicionamento dos docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR em ações de extensão, considerando a relevância e a função social dessa universidade tecnológica, como primeira Universidade Tecnológica do Brasil, em prol de soluções para os problemas sociais e ambientais, na constante luta pela disseminação da educação, saúde e cultura para todos, sem distinção, visando à mudança de comportamento na sociedade em geral.

Sendo assim, apresenta-se o problema de pesquisa: Como os docentes da UTFPR, por meio da extensão universitária, estão contribuindo com o papel social da universidade?

Nesse contexto, como objetivos específicos para atingir o objetivo principal, busca-se:

1. Verificar, junto ao corpo diretivo da UTFPR, qual é a concepção de extensão universitária na Instituição;
2. Identificar, junto aos docentes da UTFPR, como são articuladas as ações extensionistas com a comunidade;
3. Descrever o envolvimento dos docentes da UTFPR em ações de extensão;
4. Pontuar o uso dos recursos tecnológicos nas práticas extensionistas;
5. Averiguar as opiniões dos docentes em relação ao desenvolvimento da cultura extensionista na UTFPR.

A pesquisa busca, ainda, contribuir para uma reflexão em relação ao ensino – pesquisa – extensão, de maneira a colaborar para a melhoria dessa Instituição, levando-se em consideração o ensino tecnológico e o seu comprometimento para com a sociedade.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, assim desdobrados:

No **Capítulo 2** são apresentadas considerações sobre a educação e a tecnologia, um breve histórico da universidade, a história da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e algumas reflexões sobre a questão da identidade de uma instituição de ensino.

O **Capítulo 3** aprofunda-se na extensão universitária: sua origem, sua história, a Extensão Universitária na UTFPR, bem como apontamentos relacionados à UTFPR como uma Comunidade de Prática em extensão.

O **Capítulo 4** é destinado à metodologia, à elaboração dos instrumentos e procedimentos para coleta de dados.

No **Capítulo 5** será apresentada a análise dos dados e as discussões sobre esses resultados e, no **Capítulo 6**, limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Este capítulo tem o propósito de fazer uma reflexão a respeito do papel da educação para a sociedade, assim como apresentar, mediante um levantamento bibliográfico, um breve percurso da história da Universidade e o seu papel de interação na sociedade. Dentro desse contexto, o capítulo apresenta, mais especificamente, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR e o seu ensino tecnológico.

2.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

A educação constitui-se em um mecanismo de transformação social, que cria condições para que cada indivíduo, em cada geração, possa tirar proveito do saber disponível.

Licurgo, legislador grego que viveu por volta do Século IV antes de Cristo, já discursava sobre a importância da educação para a formação da personalidade, na construção de potencialidades interiores de cada um, desenvolvendo a criticidade, a inteligência e oportunizando o convívio social, aponta Lorenzi (2009, p.52).

Os sistemas de educação são semelhantes em quase todo mundo, o que os torna diferentes é a diversidade cultural, os modos de viver e a questão da identidade, que está continuamente sendo formada e transformada em diferentes momentos e contextos históricos.

Dessa forma, segundo Laraia (2007, p.45), “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado”, causando impacto sobre os modos de viver, suas escolhas e aspirações futuras. Seguindo o raciocínio, Giosa (2008, p.51) afirma que o indivíduo é o grande agente de transformação do processo, em todos os ambientes em que atua, podendo fazer a diferença pelos seus atos, onde a cultura precisa ser considerada como fundamental na formação da própria identidade.

O “eu” é o responsável pelas atuais escolhas que edificarão o futuro, ou seja, os indivíduos são a base para o modo como a sociedade é moldada e remodelada, aponta Giddens (2002, p.74). Dessa forma, vive-se em um mundo com as consequências da modernidade.

Assim, por intermédio da educação, será possível integrar novas perspectivas, produzir conhecimento, ter habilidades para planejar, agir em cooperação, motivar outras pessoas, participar de decisões, refletir sobre princípios assim como demonstrar empatia com os menos favorecidos.

A educação é indispensável para se alcançar o desenvolvimento sustentável, pois o sentido da vida não está separado do sentido do planeta, sugere Gadotti (2008, p.62). Questiona-se, dessa maneira, a importância de uma instituição de ensino superior que vem, ao longo de sua história, assumindo diversos papéis, em diferentes épocas, regiões e necessidades.

Aí está o papel da educação na mudança de paradigmas para que a sociedade seja social e ambientalmente responsável, transformando os pensamentos, as atitudes, as habilidades, os valores e as competências.

Dentre as inúmeras funções que a universidade assumiu ao longo da história, como formadora de cultura, em geral, bem como formadora de profissionais, agregou-se, também, a função de desenvolvimento de pesquisa e produção de conhecimento visando à integração dos indivíduos à sociedade, afirma Silva (2002, p.221).

Nas décadas de 70 e 80 a universidade não tinha só o papel de transmitir cultura, mas também de treinar indivíduos para o mundo do trabalho. Expressava a sociedade da qual fazia parte, em um contexto envolvendo as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais. O papel da universidade sempre esteve envolto em críticas, levando a uma constante procura de sua identidade e finalidade, ou seja, do querer mostrar claramente qual é a sua real função social.

Para Santos (2005, p.37), “Pretendo apenas salientar que será desastroso se as inércias, atadas à ideia de que a universidade sabe estar orgulhosamente parada na roda do tempo, não permitirem enfrentar os riscos e maximizar as potencialidades.”

A seguir será apresentado como foi o surgimento e a consolidação de um modelo de universidade no Brasil, considerando a formação de aspectos da sua identidade e da sua função social.

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Muitos estudos já foram feitos sobre a universidade no Brasil. O breve histórico aqui apresentado baseia-se em Teixeira (1968), Fávero (1980), Silva (2002), Silva (2008) e Bartnik (2009).

As primeiras instituições de ensino superior aparecem na Idade Média, nos séculos XI a XVI, com a finalidade de defender os interesses de uma categoria ou de uma profissão. Já no Brasil, de acordo com Fávero (1980, p.31), “[...] a universidade é uma instituição recente.”

As universidades surgiram para responder às necessidades e aspirações de seu tempo, afirma Bartnik (2009, p.31). Estavam mais voltadas para o atendimento aos interesses de determinados grupos da sociedade e do Estado, persistindo o privilégio da riqueza e classe social.

A educação brasileira foi influenciada por um modelo jesuíta, visando ao treino e à cultura em geral, totalmente alheia às necessidades da Colônia, sem a preocupação de qualificar para o trabalho.

Na época colonial os que pretendiam continuar seus estudos, procuravam em Coimbra os cursos de Teologia e Direito e na França os de Medicina, aponta Fávero (1980, p.32).

As primeiras medidas para criação de instituições de ensino superior no Brasil foram iniciadas com a chegada de D. João VI ao Brasil, visando atender às necessidades momentâneas, entre elas a de formar militares para defender a colônia, engenheiros e médicos, entende Silva (2008, p.57).

A universidade já estava implantada em todos os países mais importantes do mundo, quando foi criada no Brasil, no início da República. Foi influenciada por modelos europeus e por ações da igreja católica. As primeiras tentativas de criação de universidades resultaram em instituições “passageiras”, como a Universidade de Manaós, em Manaus, em 1909 e a de São Paulo, em 1911.

A Universidade do Paraná foi criada em 1912. Todavia, não foi reconhecida pelo governo federal por não ter mais de 100 mil habitantes. Somente em 1946 é que teve a efetivação do seu reconhecimento.

Em 1920 foi instituída, por força de um decreto do Governo, a Universidade do Rio de Janeiro, que suscitou o debate em torno do problema universitário brasileiro, de acordo com Fávero (1980, p.36).

Dessa forma, autorizou-se a criação de outras instituições universitárias no país, desde que fossem pautadas no modelo do Rio de Janeiro e atendessem às exigências de patrimônio.

Para Fávero (1980, p.37) não havia exigências quanto a atividade fim da universidade, somente em relação ao financeiro e material, “[...] não havendo preocupação de buscar e criar ciência, nem de aprender novas formulações científicas e muito menos saber como aplicá-las.”

Nessa época, segundo Teixeira (1968, p.28), “[...] a elite formava-se em escolas superiores que embora visando à cultura profissional davam sobretudo ênfase ao sentido liberal das antigas e nobres profissões de Direito e da Medicina.” Portanto, o perfil da universidade era o profissional.

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, apresentando uma análise do problema educacional, definindo-lhe princípios e objetivos.

A partir da Era de Vargas, aconteceram transformações no sistema de ensino, com a assinatura de decretos que visavam a sua reorganização, bem como o posicionamento católico de Alceu Amoroso Lima em relação à educação.

Como decorrência, o Instituto Católico de Estudos Superiores é fundado, lançando a semente da universidade católica no país, de acordo com Fávero (1980, p.41). Foram criadas universidades como a de São Paulo - USP, em 1934, a do Distrito Federal, em 1935, absorvida pela Universidade do Brasil em 1937.

Nos anos 40, formaram-se diversas universidades públicas e privadas, e no início de 1960 o Brasil já contava com cerca de 20 delas. Apresentava, também, alguns intelectuais e cientistas que queriam mudanças na educação e na universidade. (SILVA, 2008, p.65).

A Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961, sem resolver os problemas de acesso superior e organização institucional. Já a Lei da Reforma Universitária em 1968, e o Decreto-Lei n.º 464 de 1969 apresentaram mudanças no ensino superior.

A partir de 1970 ocorre a expansão das instituições privadas, dando origem a grandes grupos educacionais. Em 1990 inicia-se um processo de credenciamento de Instituições de Ensino Superior - IES.

É a partir dessa época que a Universidade começa a ganhar uma identidade mais precisa, sofrendo modificações significativas, resultando na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

Após esse breve relato de alguns aspectos da história do desenvolvimento da universidade no Brasil, no que se refere ao seu crescimento ao mesmo tempo tardio e repentino, e a forma de organização das Instituições de Ensino Superior por meio das leis e decretos, será apresentada, adiante, mais especificamente a origem da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e o seu ensino tecnológico.

2.3 HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR

A atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR teve sua origem em 1909, quando foi implantada a Escola de Aprendizes Artífices, cujo principal objetivo era ensinar ofícios às pessoas das camadas pobres e marginalizadas da sociedade. Teve início, nessa época, a educação profissional no Paraná.

Em 1937 passou a Liceu Industrial do Paraná, com o ensino de primeiro grau. A mão-de-obra especializava-se nas atividades de alfaiataria, sapataria, pintura decorativa, marcenaria e escultura ornamental.

Após cinco anos, o ensino industrial foi unificado em todo o território nacional, que passou a ser ministrado em dois ciclos, sendo o primeiro o industrial básico, e o segundo, o técnico e pedagógico.

Instituíam-se, então, a rede federal de instituições de ensino industrial, quando o Liceu passou a ser denominado de Escola Técnica de Curitiba. Os primeiros cursos técnicos da Instituição tiveram início em 1943: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1946, foi firmado um acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e os Estados Unidos, criando um programa de cooperação entre os dois países, chamado de Comissão Brasileiro-Americana Industrial – CBAI.

Nesse programa, os americanos contribuíram com os especialistas para o desenvolvimento do ensino industrial, enquanto que o governo recebia professores e técnicos brasileiros para serem treinados na área.

No final da década de 50 o ensino industrial precisava de uma reestruturação, tendo em vista a pouca procura dos jovens por esse tipo de ensino e o baixo número de formandos.

Então, em 1959, com a reforma do ensino industrial, a legislação unificou o ensino técnico no Brasil. Nascia a Escola Técnica Federal do Paraná.

Nesse período, os cursos técnicos tiveram a duração ampliada de três para quatro anos, oferecendo cultura geral aos jovens, bem como a noção de vários ofícios. Assim, a Instituição passou a ser considerada como referência para outras no Paraná.

Em 1973 passou a ministrar cursos superiores de curta duração, denominados de Engenharia de Operação, nas áreas de Construção Civil e Elétrica.

Em 1978 a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR, com características específicas na área tecnológica e na formação especializada. Iniciou-se, nessa época, a oferta de graduações de duração plena, surgindo os cursos de Engenharia Industrial e Tecnologia da Construção Civil.

Em 1988 a Instituição assume um novo desafio, ampliando a sua área de atuação, quando teve início o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial, em nível de mestrado, bem como alguns cursos de especialização.

A partir de 1990 o CEFET-PR estende sua atuação educacional para o interior do Estado, implantando as Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED, nos municípios de Medianeira, Ponta Grossa, Pato Branco e Cornélio Procópio, e, em 1995, a UNED Campo Mourão.

Também em 1995 iniciaram as atividades do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE, em nível de mestrado, abrigando graduados com qualquer formação, não necessariamente na área tecnológica. Nessa época teve início o Curso de Engenharia de Produção Civil, em substituição ao curso de Tecnologia da Construção Civil.

A instituição teve por missão, nesse período, a de envolver as dimensões tecnológicas e humanistas, promovendo a educação por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Em 1996 foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBE, ocasionando algumas mudanças no cenário educacional brasileiro. Em função da lei, o CEFET-PR deixou de ministrar os cursos técnicos integrados, elevando a concorrência por vagas no exame de seleção.

Nessa perspectiva, o CEFET-PR ofertou os Cursos Superiores de Tecnologia, com o objetivo de formar profissionais com evidência na inovação tecnológica.

A partir de 1999 a Instituição ofertou seu primeiro curso de doutorado na área de Engenharia Elétrica e Informática Industrial.

Em 2003 foi enviado, ao então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, o projeto de mudança de CEFET-PR para Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. O requisito do Ministério da Educação – MEC, para que uma Instituição fosse distinguida como universidade, era o de possuir, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado ou doutorado.

Então, em sete de outubro de 2005 foi sancionada a lei n.º 11.184 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de transformação para UTFPR. A mudança trouxe uma maior autonomia e agilidade à Instituição, na criação de cursos e programas de ensino superior, na emissão de diplomas de cursos superiores, bem como na ampliação de recursos humanos e financeiros.

No início de 2007 foram inaugurados três novos *Campi* da UTFPR, em Apucarana, Toledo e Londrina, bem como foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Este programa tem como objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência dos estudantes na educação superior.

A partir de 2010 a UTFPR aderiu ao Sistema de Seleção Unificada / Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para ingresso nos cursos superiores. Já para os cursos técnicos integrados, a forma de ingresso é pelo Exame de Seleção.

Atualmente a UTFPR tem como focos principais a graduação, a pós-graduação e a extensão. Hoje a Instituição conta com onze *Campi*, distribuídos no Paraná, que mantém cursos de acordo com as necessidades da região, conforme a Figura 1:

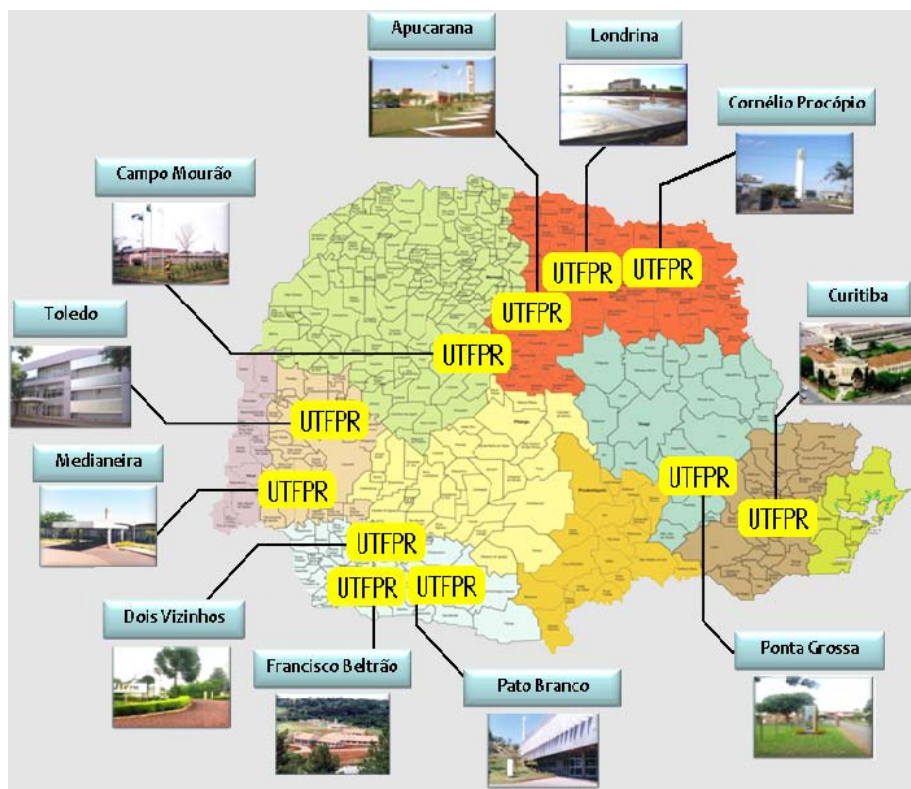


Figura 1 - Localização dos 11 Campi da UTFPR no Estado do Paraná.
Fonte: PDI, 2009-2013, p.29.

A Instituição oferece 22 cursos de educação profissional técnica de nível médio. Em relação à graduação, oferece 27 entre os de tecnologia, 27 engenharias, 11 bacharelados e 4 licenciaturas. A UTFPR oferece, também, 66 cursos de especialização, 9 cursos de Mestrado e 2 Doutorados.

A UTFPR atua fortemente com o segmento empresarial e comunitário, desenvolvendo pesquisas aplicadas, cultura empreendedora e atividades sociais, por meio da área de Relações Empresariais e Comunitárias.

Percebe-se, assim, que a história da UTFPR teve um percurso bastante diferenciado, durante o qual muitos fatores corroboraram para a criação de sua identidade e para a sua caracterização como a primeira universidade tecnológica do Brasil.

2.4 FUNÇÃO SOCIAL DA UTFPR: QUESTÃO DE IDENTIDADE

Fazer algumas reflexões a respeito da identidade da UTFPR, Instituição de ensino superior, tornou-se fundamental para a construção do entendimento de sua função social, pois expressa a sociedade da qual faz parte.

Segundo Silva (2002, p.105), “é pela definição da identidade que se ressalta a perspectiva de ser mais compromissada com os interesses sociais.”

Para Botomé (1996, p.15) quando os componentes da instituição não têm clareza sobre a identidade institucional gera uma fragilidade, pois “mesmo que tal identidade “exista” no discurso ou na conduta de alguns que participam da Instituição, é insuficiente para auxiliar no desenvolvimento da Universidade.”

De acordo com Santos (2005, p.48), “A luta pela definição de universidade permite dar à universidade pública um campo mínimo de manobra para poder conduzir com eficácia a luta pela legitimidade.”

Dessa forma, apresenta-se, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009 - 2013) da UTFPR, sua missão, visão e valores, muito significativos neste trabalho, para esclarecimento sobre a sua identidade institucional:

1) Missão:

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade para o desenvolvimento social e tecnológico.

2) Visão:

Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.

3) Valores:

- Ética: gerar e manter a credibilidade junto à sociedade;
- Desenvolvimento humano: formar o cidadão integrado no contexto social;
- Integração Social: realizar ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico;
- Inovação: efetuar a mudança por meio da postura empreendedora, e
- Qualidade e excelência: promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade.

De acordo com Botomé (1996)

O desafio existente parece orientar para um trabalho capaz de atender à necessidade de tornar acessível a todos os componentes da Instituição o conhecimento já disponível sobre a própria instituição, sobre suas definições, práticas, processos internos, características de sua produção, do atendimento à sociedade naquilo que é sua especificidade, etc. (BOTOMÉ, 1996, p.17)

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR (PDI, 2009 – 2013 p.28) foi elaborado empregando-se os princípios permanentes e referenciais, como a Missão, a Visão e os Valores para uma definição das suas políticas, planos e ações, portanto, a sua identidade.

A componente denominada Dimensões do PDI foi concebida para dar respostas a algumas investigações relevantes, entre elas:

- 1) Qual a razão da existência da Universidade e as transformações que ela provoca nas pessoas e na sociedade?
- 2) Como a Universidade interage com os grupos sociais e organizações no seu entorno e como aprimorar essas relações orientadas nos princípios do interesse comum e do benefício compartilhado?

E ainda:

- 3) Como aprimorar e desenvolver relações sociais com vistas à qualificação humana e profissional das pessoas integrantes da comunidade?

Esses e outros questionamentos resultaram dimensões estruturadas em um pictograma-signo, apresentados na Figura 2:



Figura 2 – Pictograma-signo para as dimensões do PDI da UTFPR.
Fonte: PDI, 2009-2013, p.29.

Observa-se, na figura apresentada, que a UTFPR procura desenvolver a educação, o conhecimento, a interação e a inovação por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo existir uma grande articulação e integração entre todos os seus componentes.

Para Botomé (1996, p.25), “A identidade da instituição universitária parece ser uma base fundamental para o exame do que constitui a extensão que a instituição pretende fazer de si mesma para a sociedade.”

A interação deve fortalecer e ampliar as relações da universidade com a sociedade, atendendo as suas demandas, interagindo com o mundo do trabalho e as instituições de ensino e pesquisa.

O conhecimento será desenvolvido em todas as áreas, socializando os saberes produzidos, compartilhando os resultados de pesquisa e cooperando para a solução dos problemas da sociedade.

A identidade da UTFPR é reforçada no Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, elaborado em 2004, em um processo de construção coletiva, objetivando, segundo o PDI (2009 – 2013):

- (i) Construir uma identidade própria para a Universidade, sem desconsiderar o conhecimento histórico acumulado de toda a sua existência;
- (ii) Explicitar a sua atuação na área tecnológica;
- (iii) Articular o ensino, a pesquisa e a extensão;
- (iv) Orientar a mobilidade acadêmica, nacional e internacional;
- (v) Ampliar a articulação e interação com a comunidade externa;
- (vi) Estabelecer a gestão democrática. (PDI, 2009-2013, p.43)

Conforme o PPI (2004 - 2008),

Esta formulação respalda a discussão sobre a identidade da UTFPR que vem sendo moldada, em seu percurso histórico, por redes de relações, refletindo, como característica sempre presente, o compromisso da sua comunidade com a educação pública e de qualidade, responsável pela elevação contínua dos indicadores acadêmicos institucionais que construíram os caminhos para a transformação em Universidade Tecnológica. Nas transformações ocorridas, como mostra sua história, a Instituição buscou identificar as oportunidades que impulsionassem seu crescimento, o aperfeiçoamento de suas características e a afirmação de sua identidade enquanto instituição pública de educação profissional e tecnológica. (PPI, 2004-2008, p.59)

Diante disso, é notório que a identidade da UTFPR vem sendo moldada e remodelada, seguindo o seu percurso histórico e refletindo o compromisso da sua comunidade com uma educação pública de qualidade.

A identidade de uma Instituição se constrói pela rede de relações que a constituem e que, articuladas entre si, definem-na e caracterizam-na de fato. (BOTOMÉ, 1996, p.12).

Torna-se imprescindível pensar na universidade como um espaço para formação humana, de reflexão, de produção e socialização de conhecimentos, que atendam a construção da cidadania e o fortalecimento da ética e dignidade humanas.

Segundo o PDI (2009 - 2013),

Como patrimônio público, a UTFPR, ao longo de sua trajetória histórica, tem buscado responder às necessidades sociais por meio da pesquisa comprometida e do ensino de qualidade, bem como na realização de projetos que visam contribuir para a melhoria da sociedade, tendo como meta buscar maior diversidade das atividades de interação com a comunidade por intermédio de ações que possibilitem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com o contexto sociocultural regional e local. (PDI, 2009-2013, p.61)

Dentre essas atividades apontadas pelo PPI, encontram-se a pesquisa e a extensão, que possibilitam ao professor/pesquisador/extensionista o desempenho da docência com mais dinamismo, estimulando-o a buscar sempre maior preparo em sua área de atuação. A UTFPR tem o compromisso com o desenvolvimento tecnológico e com a sociedade, desenvolvendo atividades de inclusão, de extensão universitária e programas de assistência estudantil.

De acordo com o PPI (2004 - 2008),

A UTFPR nasce neste contexto e deverá contribuir, a partir do repensar de sua prática e da definição de seus rumos, para o aprimoramento da identidade da universidade, particularmente da Universidade Tecnológica, que, como modalidade especializada, deve priorizar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas mais específicas do conhecimento científico, tecnológico e cultural. A UTFPR, embora inserida no contexto das contradições mais gerais de sua atuação enquanto universidade possui uma trajetória e características próprias construídas ao longo de sua existência. (PPI, 2004-2008, p.43)

Oportunidades de qualificação, atualização e pós-graduação são oferecidas à comunidade por meio dos programas de educação continuada. Já os programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer são voltados para a qualidade de vida, estimulando hábitos saudáveis.

Percebe-se que, para o desenvolvimento do trabalho de uma comunidade em rede, é fundamental o investimento no fortalecimento das relações internas e externas.

Para Botomé (1996),

A delimitação da identidade da Universidade é uma das condições para poder avaliar, examinar e realizar o que é chamado de extensão universitária. Não é qualquer atividade que define uma instituição. [...] A identidade de uma Universidade e o caráter dos vários tipos de atividades que realiza são constituídos pelo que ela faz e pelos resultados desse fazer. (BOTOMÉ, 1996, p.32)

A força da instituição deriva, em grande parte, da clareza conceitual de sua responsabilidade perante a sociedade e respectivas práticas. Por isso há necessidade de uma definição mais significativa do seu papel e atuação, desenvolvendo o conhecimento e tornando-o acessível.

Botomé (1996, p.49) afirma que “a extensão é um dos componentes mais importantes para a definição dessa identidade no contexto da inserção social da Universidade.” Portanto, a clareza da identidade de uma instituição de ensino é a base para a constituição da extensão.

Uma instituição sem identidade tende a ser uma instituição com rumos confusos, conduzindo-a para direções e propostas sem relação com as suas responsabilidades na sociedade. Dessa forma, o compromisso social da universidade precisa ser realizado por todas as atividades da instituição, de forma ampla, e não considerar apenas uma delas como sendo a realizadora, mas como um dos instrumentos para fazê-lo.

Para Santos (2005)

[...] é a questão da definição da universidade. O grande problema da universidade neste domínio tem sido o facto de passar facilmente por universidade aquilo que não o é. Isto foi possível devido à acumulação indiscriminada de funções atribuídas à universidade ao longo do século XX. (SANTOS, 2005, p.46)

Para uma maior clareza a respeito da identidade da UTFPR serão apresentadas, a seguir, algumas reflexões a respeito do uso das tecnologias pelos docentes e sobre a educação tecnológica, o diferencial desta Instituição de Ensino.

2.5 O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

O trabalho docente tem recebido, continuamente, influências decorrentes das inúmeras transformações científicas e tecnológicas que permeiam o século XXI.

As novas gerações estão completamente ligadas às novas tecnologias – informação e comunicação – alterando radicalmente o modo de vida. Os jovens de hoje são criados numa sociedade digital. Por isso, segundo Rivoltella (2007, p.1) “educar para os meios de comunicação é educar para a cidadania”.

Quando se fala em tecnologia, as primeiras imagens que surgem são as de computadores, vídeos, softwares e internet, por serem visíveis e imediatas. O conceito de tecnologia, segundo Moran (2003, p.151), é muito mais abrangente: meios, apoios e ferramentas utilizadas para que os alunos aprendam.

De acordo com o autor (2003, p.151), a forma como são organizados em grupos, em salas e em outros espaços, é tecnologia. O giz que é usado para a escrita, a forma de olhar, de gesticular, de falar, os livros, as revistas, o jornal, o gravador, o retroprojektor, a televisão, o vídeo, são tecnologias também, fundamentais para a aprendizagem.

Para Reis (1995),

Ao tentarmos realçar algumas das facetas mais importantes da tecnologia, bem como ao procurarmos ilustrar a sua natureza, vamos considerar: (i) a tecnologia como um artefacto; (ii) a tecnologia como uma actividade com um propósito; (iii) a tecnologia como um processo; (iv) a tecnologia como conhecimento; (v) a tecnologia como sendo algo que é determinado por valores e pelos contextos; (vi) a tecnologia como um sistema dinâmico; (vii) a tecnologia como organização social; (viii) a tecnologia como cultura. (REIS, 1995, p.41).

O desenvolvimento tecnológico pode, também, agravar as desigualdades sociais e as exclusões, pois as escolas situam-se em diferentes patamares de inserção das tecnologias, permitindo distintas condições de acesso aos alunos e professores.

Segundo Silva (2005, p.63), “Se a escola não inclui a Internet na educação das novas gerações, ela está na contramão da história, alheia ao espírito do tempo e, criminosamente, produzindo exclusão social ou exclusão de cibercultura.”

A evolução tecnológica exige um clima mais amplo, mais participativo, pois as possibilidades trazidas pelos meios de comunicação e de informação demandam uma nova maneira de olhar e entender o mundo, assim como criam novas expectativas. Hoje há uma necessidade maior de cooperar, de receber, de ouvir e valorizar informações e opiniões.

O docente e o livro didático deixaram de ser as únicas fontes de conhecimento. Os novos meios de comunicação e informação sugerem que a profissão de professor perdeu espaço, pois os alunos podem ter acesso ao conhecimento e serem inseridos na sociedade de forma mais rápida, entende Libâneo (2001, p.9).

Desse modo, a escola não seria mais necessária. Por outro lado, a tecnologização - a utilização de novas tecnologias - assume uma importância crucial

diante das transformações científicas e tecnológicas do mundo atual para uma formação sólida, com uma nova postura, novos valores e princípios.

Conforme Barreto (2003, p.273), “[...] novas são aquelas tecnologias que não se confundem com as ‘velhas’: lousa, caderno, lápis, caneta, livros didáticos, etc. Novas, assim, são as tecnologias da informação e da comunicação - TIC”.

A implantação de novas tecnologias educacionais na sala de aula vem sendo apontada como uma das prioridades para o MEC, por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo. O ProInfo é um programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações - TIC - nas escolas públicas, como ferramenta de apoio ao processo educacional.

Tajra (2008) apresenta os objetivos do Programa Nacional de Tecnologia Educacional:

- (a) Melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- (b) Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares, mediante incorporação adequada das novas tecnologias de informação pelas escolas;
- (c) Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, e
- (d) Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida. (TAJRA, 2008, p.32)

As mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na educação escolar e na vida cotidiana. Daí a urgência de a escola se integrar a esses objetivos, pois o docente e o discente assumem um novo papel no contexto ensino e aprendizagem. Condições devem ser criadas para melhorar esse processo, questionando-se o modelo de sociedade que se quer construir, tomando cuidado com as desigualdades que surgirão mediante as novas tecnologias.

Nessa perspectiva, o grande desafio da escola é a utilização das tecnologias da comunicação e da informação nas práticas docentes e discentes, pois passam a exigir novas atitudes frente ao conhecimento e ao processo cognitivo de aprendizagem dos alunos.

As tecnologias não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. Ele se transforma em estimulador da curiosidade do aluno para conhecer, pesquisar e buscar informações mais relevantes, possibilitando a

construção de novos conhecimentos, em um processo dinâmico, inovador e com poder de comunicação inusitado.

Desde então, há necessidade do docente ser um mediador nessa relação, trabalhando habilidades e competências variadas. Há diversas formas de aproveitamento das novas tecnologias para o aprendizado: pesquisas, jogos que estimulem o raciocínio, softwares educacionais, uso de chats, internet, blogs, informação *online*, fórum, lista de discussão, entre outros.

Segundo Garcia (2002),

A utilização das tecnologias na prática pedagógica faz parte tanto do desenvolvimento profissional (capacitação pedagógica), quanto de seu desenvolvimento instrumental (aprender a utilizá-las). Mas, para sua utilização, é importante dominar o uso dessas tecnologias, criá-las e adequá-las ao contexto educacional a fim de maximizar suas potencialidades. Quando isso não acontece, sua utilização passa a ser crítica, pois se o professor não a domina, poderá ser dominado não só pela tecnologia em si, mas por outros interesses que possam existir em torno do seu uso. (GARCIA, 2002, p.45)

A busca pelo conhecimento passa por uma interação, de forma participativa e cooperativa, promovendo também autonomia e responsabilidade ao aluno. A incorporação de recursos tecnológicos deve ser considerada parte da cultura escolar, pois a geração atual já nasceu sob essa influência. A questão principal é como utilizá-la com os alunos, haja vista a importância dos desdobramentos dentro da vida cotidiana.

Dessa forma, para Libâneo (2001),

[...] novas exigências educacionais pedem às universidades e cursos de formação para o magistério um professor capaz de ajustar sua didática à nova realidade da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação. O novo professor precisaria, no mínimo, de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias. (LIBÂNEO, 2001, p.10)

Torna-se necessário que os docentes acompanhem essa era de inovações, estejam aptos e conscientes da importância da tecnologia educacional como uma valiosa ferramenta no processo de ensino, de forma a repensar suas

práticas pedagógicas, transformando o cotidiano da sala de aula. Como consequência, a aprendizagem acontecerá de forma informal, formal e em sua totalidade, auxiliando-o na transformação de sua práxis pedagógica.

Cabe à escola estar atenta para as associações estabelecidas pelos alunos com os demais saberes construídos pela humanidade, pois estará mediando o processo de construção de conhecimentos.

Entende Rivoltella (2007, p.1) que os meios de comunicação dão impulso à inovação do ensino. “É a troca da abordagem tradicional – baseada na fala do professor à frente da sala de aula – pelo uso de mídias que favoreçam o trabalho em grupo mais ativo, dinâmico e criativo em todas as disciplinas.”

O professor precisa saber fazer análises críticas e organizar atividades de produção usando as tecnologias, como por exemplo, palestras e oficinas de produção multimídia, utilização de câmera e domínio da dinâmica dos textos na internet.

Isso permite que o docente tenha ciência de que momento deverá usar cada mídia com os alunos nas suas aulas, o que facilita muito seu planejamento, a resolução de problemas do cotidiano, a compreensão do mundo e a transformação do contexto. Dessa forma, o professor deixa de ser um transmissor de saberes para formular problemas, provocar situações, coordenar equipes de trabalho, valorizando a participação, o diálogo e a colaboração.

O docente, para Manzoni (2009)

Ser educador, por tanto comprende: Pluralidad de prácticas; conocimiento de la realidad y plena conciencia de las limitaciones institucionales para revertir situaciones; actitud dialógica; inspirado en valores éticos; reconocimiento de los otros; estima y autoestima; apertura al cuestionamiento; confianza en las capacidades. (MANZONI, 2009, p.27)

Cada vez mais se produz informação *online*, que é socialmente partilhada, mediante a flexibilidade das informações e da interatividade da Internet, fazendo a manipulação e difusão da mensagem. Segundo Silva (2005, p.67) “Cada professor, com seus aprendizes, pode criar possibilidades, as mais interessantes e diversas. É tempo de criar e partilhar *online* soluções locais.”

Considerando todas as facilidades oferecidas pelas novas tecnologias, os educadores precisam trabalhar em dois tempos: o do passado e o do futuro.

Segundo Gadotti (2006, p.12), “Fazer tudo hoje para superar as condições do atraso, e, ao mesmo tempo, criar as condições para aproveitar amanhã as possibilidades das novas tecnologias.”

Ainda conforme Gadotti (2006),

As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. [...] Novas oportunidades parecem abrir-se para os educadores. Esses espaços de formação têm tudo para permitir maior democratização da informação e do conhecimento, portanto, menos distorção e menos manipulação, menos controle e mais liberdade. É uma questão de tempo, de políticas públicas adequadas e de iniciativa da sociedade. A tecnologia não basta. É preciso a participação mais intensa e organizada da sociedade. (GADOTTI, 2006, p.12)

A escola deve ser espaço de realização humana, de alegria, de criatividade, de inovação e de provocação para construir e reconstruir. Deve pensar na cidadania, no planeta, na sustentabilidade, na informação e no diálogo. A escola tem que fazer tudo isso, também em favor dos excluídos, sem discriminação. A tecnologia, se não for associada ao exercício da cidadania, não poderá contribuir com a inclusão.

Para Gadotti (2006),

O que é ser professor hoje? Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores, como não se pode pensar num futuro sem poetas e filósofos. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. (GADOTTI, 2006, p.14)

A tecnologia é uma grande aliada no processo ensino-aprendizagem, desde que o educador tenha pressupostos teóricos bem definidos e entendimento da função da tecnologia nesse contexto. Os professores precisam exercer uma vigília cultural, social, pedagógica e didática para compreenderem do que será feita a escola de amanhã, seu público e conteúdo, mantendo uma atenção permanente a tudo que se anuncia, afirma Perrenoud (2000, p.138).

De acordo com Perrenoud (2000), o espaço dado às novas tecnologias em sala de aula deve ser decidido pelo próprio professor, uma vez que:

Todo professor que se preocupa com a transferência, com o reinvestimento dos conhecimentos escolares na vida, teria interesse em adquirir uma cultura básica, no domínio das tecnologias – quaisquer que sejam suas práticas pessoais – do mesmo modo que ela é necessária a qualquer uma que pretenda lutar contra o fracasso escolar e a exclusão social. (PERRENOUD, 2000, p.139)

Tendo em vista a formação de cidadãos contemporâneos, a instituição de ensino deve preparar os alunos para o uso da tecnologia, desenvolver capacidades cognitivas e operativas, formar para o exercício da cidadania crítica e ética, e, para isso, os professores devem ajustar-se à nova realidade.

Os docentes devem tomar certas atitudes diante das realidades do mundo contemporâneo, tais como assumir o ensino como mediação, conforme afirma Libâneo (2001):

O professor media a relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, considerando os conhecimentos, a experiência e os significados que os alunos trazem à sala de aula, seu potencial cognitivo, suas capacidades e interesses, seus procedimentos de pensar, seu modo de trabalhar. (LIBÂNEO, 2001, p.29)

Segundo Libâneo (2001, p.35), os docentes também devem conhecer estratégias do ensinar a pensar, ensinar a aprender a aprender, provendo meios para a construção do conhecimento pelos alunos; auxiliá-los na busca de uma perspectiva crítica dos conteúdos; desenvolver a capacidade comunicativa e reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e da informação na sala de aula.

A utilização das novas tecnologias pode contribuir para a democratização de saberes socialmente significativos e para o desenvolvimento de capacidades intelectuais e afetivas, propiciando preparação tecnológica em um mundo que se informatiza cada vez mais e aprimorando o processo de comunicação entre docentes e discentes.

Dentro desse contexto, a escola e os profissionais da educação têm um grande desafio: o de formar pessoas com grande capacidade de adaptação às novas mudanças, com qualidade no ensino, capaz de suprir todas as necessidades e exigências da sociedade.

Parece evidente, então, que as tecnologias interferem no cotidiano, aparecendo dentro do convívio humano, e que a sociedade acabe por incorporá-la

de acordo com as suas necessidades. Dessa forma, a tecnologia não é um recurso individual, mas sim de um grupo social.

O processo de desenvolvimento da tecnologia pode estar também voltado para a inclusão social ou aquilo que tem sido denominado Tecnologia Social, afirma Dagnino (2009, p.5).

Para o autor, constitui-se em uma tecnologia alternativa à convencional, um processo desafiador preocupado com a crescente exclusão social, precarização e informalização do trabalho, por meio de uma construção coletiva de conhecimento incorporando valores, interesses e saberes dos excluídos.

Assim, entende-se a Tecnologia Social como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.¹

Conforme Dagnino (2009, p.9), “essa definição não está à altura da maneira radical com que a tecnologia social vem sendo tratada nos fóruns que a discutem, nos locais em que vem sendo adotada como agenda de pesquisa e extensão, e nos espaços governamentais onde começa a ser vista como um meio para promover a inclusão social”.

Para Reis (1995),

[...] não surpreende que a ciência e a tecnologia estejam socialmente organizadas em grandes laboratórios e instituições de pesquisa, baseando-se em planos com objectivos previamente determinados. Anteriormente as actividades de investigação eram levadas a cabo por cientistas e tecnólogos a título individual, hoje, a ciência e a tecnologia resultam de uma actividade de pesquisa organizada, como profissionais a trabalharem em conjunto e a tempo inteiro como em qualquer outra actividade humana. (REIS, 1995, p.45).

Deve-se atentar para a possibilidade de estratificação da sociedade, onde as desigualdades são agravadas pelo desenvolvimento das tecnologias, que formam e informam uma geração. Ao lado da incorporação da tecnologia, cabe questionar o modelo de sociedade que se quer construir.

O uso das tecnologias no processo de ensino, quando bem orientadas, proporciona um leque de conhecimentos e uma infinita fonte de construção. Então a educação tecnológica, segundo Bastos (1998),

¹ Fonte: www.rts.org.br

[...] a característica fundamental da educação tecnológica é a de registrar, sistematizar, compreender e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento de ensino, pesquisa e extensão numa dimensão que ultrapasse concretamente os limites das aplicações técnicas, como instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício do cidadão, do trabalhador e do país. (BASTOS, 1998, p.32).

Também para Reis (1995),

[...] a Educação Tecnológica procura melhorar os indivíduos no sentido em que estes conheçam melhor as suas potencialidades e as suas fraquezas; tomem consciência de si mesmos; desenvolvam a capacidade de investigação, a autoconfiança e a independência; se tornem mais aptos a levantar questões do que em as aceitar; e se preparem para tomar decisões e aceitar a responsabilidades dessas mesmas decisões. Também se procura que a Educação Tecnológica promova o desenvolvimento de indivíduos criativos, perspicazes, preocupados com o que os rodeia e confiantes. Espera-se que no decurso do processo educativo os educandos exercitem e preparem as suas mentes e as suas mãos para enfrentarem de forma activa o mundo material. (REIS, 1995, p.49)

Dessa maneira, a educação tecnológica deve preparar o aluno para a cidadania, despertar nele o valor das tecnologias, sua utilização e a capacidade de transformar e criar novas técnicas.

A educação tecnológica e o uso das novas tecnologias podem ser considerados como propulsores para mudanças sociais, na promoção de ações ² de extensão na universidade e no relacionamento educador – aluno, que se posicionam como sujeitos do ato do conhecimento, em um compromisso de mudança da sociedade.

² Segundo as diretrizes de ações de extensão da UTFPR, em processo de aprovação, as ações de extensão compreendem programas, projetos, apoios tecnológicos, estágios e empregos, cursos, eventos, acompanhamento de egressos, pesquisas e produções ligadas à extensão.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Conceituar extensão universitária ainda é um desafio nos dias de hoje, pois muitas vezes foi usada sem um entendimento claro dos que a executam, onde na retórica, aparece sempre como importante, mas na prática ainda é bastante ignorada.

A ênfase dada à extensão está diretamente relacionada com o momento histórico, portanto, sua análise é muito ampla, com fatos significativos e reveladores ao longo do percurso.

Para Sebinelli (2004),

A relação com o mundo extra-muros sempre esteve presente. Com variáveis de intensidade, de objetivos (acadêmicos ou políticos), de permeabilidade a pressões, de assimilação de funções sociais, enfim, da assunção de papéis diferentes, nos diferentes momentos históricos, permitindo que alguns percebam, já nessas relações, atividades ou funções do que hoje chamamos de extensão. (SEBINELLI, 2004, p.11)

Historicamente, a universidade esteve voltada para o atendimento de poucos, por meio do ensino e da pesquisa, mas, com o tempo, ampliou seu âmbito de atuação, emergindo, assim, uma função capaz de realizar o que o ensino e a pesquisa não conseguiam fazer: a extensão.

Até pouco tempo, dizia-se da extensão como uma função nova da Universidade. Não se pode negar que existe uma construção teórica sobre o assunto: Gurgel (1986), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (1990), Botomé (1996), Tavares (1997), entre outros.

Os historiadores envolvidos na Extensão destacam que as experiências nessa área envolviam desde universitários em campanhas de saúde, assistência à população carente, utilização de teatro na escola, até apresentações na Semana Santa, afirma Rocha (2001, p.14). As ações então desenvolvidas tinham caráter de missão, atendimento aos mais pobres e ação filantrópica.

O extensionismo tem, portanto, conceituação bem mais ampla e registra momentos fracionados em sua história, o que pode dar margem a um exercício de reconstrução histórica, em que está associado a processos sociais bem maiores. (ROCHA, 2001, p.14)

Bohnen e Ullmann (1994, p.304) indicam que o extensionismo tem uma história muito mais longa, associada à origem das Universidades Europeias:

Sem sermos benignos, logremos sem dúvida afirmar que, por se influxo na sociedade, a alma mater medieval desempenhou igualmente um papel de Extensão, porque irradiou a cultura para fora de seus muros mediante os profissionais que trabalhavam nos diversos segmentos da sociedade.

Nogueira (2005, p.16) defende que a origem da extensão aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, “[...] vinculada a uma nova ideia de educação continuada, destinada não apenas às camadas menos favorecidas, mas à população adulta em geral, que não se encontrava na universidade.”

A extensão tem o seu nascedouro no Mosteiro de Alcobaça, em Portugal, por volta de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina já no período colonial, aponta Linhares (apud Rocha, 2001, p. 14).

A história da Extensão na América Latina tem o seu marco inicial relacionado com o Movimento Estudantil de Córdoba, em 1918. Era considerada inerente à existência da universidade. Fortaleceu a função social da universidade e a necessidade de solucionar problemas dos menos favorecidos. A proposta de Córdoba abriu espaços para uma universidade mais crítica. (GURGEL, 1986, p.36).

A partir desse manifesto a extensão passou a ser considerada como um eixo norteador da universidade, devido à criação das Universidades Populares, afirma Silva (2008, p.81). O conceito de extensão universitária, então, era fundamentado em ações unidirecionais de entrega de saberes e cultura à sociedade.

Esse movimento chega ao cume quando os universitários assumem o poder da Universidade Católica tradicional, colocando a extensão universitária em evidência, sendo vista pelos militantes universitários como uma obrigação. (ROCHA (2001, p.18).

Segundo Rocha (2001),

Os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades em que estudavam. Para eles, educação era um ato de amor, um amor engajado que implicava luta por uma sociedade mais justa. (ROCHA, 2001, p.19)

No Brasil, sugere Tavares (1997, p.32), as primeiras atividades extensionistas aconteceram no início do século XX, quando se delinearam os primeiros traços de uma política educacional estatal. Até então, a política educacional desenvolvia-se quase que exclusivamente por meio da igreja.

3.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE SUA ORIGEM ATÉ 1979

O breve resgate histórico aqui mencionado, que pretende direcionar para o entendimento das ações de extensão desenvolvidas no Brasil, referencia-se nos trabalhos de Gurgel (1986), Tavares (1997), Rocha (2001), Nogueira (2005) e Freire (2006).

Para Nogueira (2005, p.16), “É marcadamente sob influência do modelo europeu que se inicia essa atividade universitária no Brasil.”

Duas correntes incidiram direta ou indiretamente nas propostas relativas à extensão universitária no Brasil: a europeia, por meio dos cursos de extensão, ministrados pelas Universidades Populares, e a americana, mais voltada à utilização do conhecimento para o desenvolvimento das comunidades, baseada pela ideia da prestação de serviços, aponta Gurgel (1986, p.31).

As Universidades Populares tinham como propósito a disseminação de conhecimento técnico à população. Aparecem no Brasil com a criação da Universidade Livre de Manaus, criada em 1909 e extinta em 1926. Outra é a antiga Universidade de São Paulo, fundada em 1911 e inaugurada em 1912, cujo surgimento está relacionado a uma instituição de ensino superior. Promovia cursos sobre diversos assuntos, abertos à população.

A primeira influência do padrão extensionista americano na educação superior brasileira se deu com a criação, em 1920, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (hoje Universidade Federal de Viçosa), afirma Gurgel (1986,

p.65). Tinha como objetivo o de levar assistência técnica aos agricultores, na linha de prestação de serviços ao meio rural. Todavia, essa influência se fez mais intensa na década de 50, quando a extensão rural passa a ser considerada como um instrumento eficaz pelo Estado.

Neste âmbito, segundo Nogueira (2005, p.17), “a Escola Agrícola de Lavras (hoje Universidade Federal de Lavras), também em Minas Gerais, já iniciara, em 1924, suas primeiras atividades de extensão, através do jornal O Agricultor [...]”.

A primeira referência legal à extensão universitária encontra-se no Estatuto das Universidades Brasileiras, no Decreto n.º 19.851/31. Segundo Tavares (1997, p.41), o estatuto “estabelece o regime universitário como forma de organização para o ensino superior, estando a mesma associada à idéia de elevação cultural daqueles que não participam da vida universitária [...]”.

Para Nogueira (2005),

A concepção de extensão presente no decreto do Ministro Francisco Campos fica bastante clara na Exposição de Motivos que o encaminhou ao Presidente da República. Diz o texto: “A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo...” (NOGUEIRA, 2005, p.18)

Dessa forma seria reforçado, via universidade, a veiculação de ideias, concepções e valores presentes na nova ordem social que estava se implantando, utilizando-a como reforço para hegemonia de setores dominantes na sociedade.

Segundo a Lei, em seu artigo 42, reduz a extensão ao desenvolvimento de “[...] cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário”, limitando a sua atuação a uma pequena parcela da sociedade, à classe dominante. Nessa composição, os setores populares continuaram fora das negociações, constituindo-se em instrumento de reforço do ensino elitista.

Em 1937 criou-se a Lei n. 452, que reorganiza a Universidade do Rio de Janeiro, para Universidade do Brasil, onde a postura adotada é a de distanciamento com a sociedade em geral, dificultando a realização de qualquer atividade de extensão, pois era considerada uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo. Esse modelo de universidade desconhece a dimensão socializadora da produção de conhecimento. (TAVARES, 1997, p.48).

Na década de 1960, o movimento estudantil passa a assumir um papel de relevância, lutando por reformas de base e pela soberania nacional, em defesa da educação. Os grupos de universitários continuaram lutando pela mudança social, aliando-se às ações católicas, que desenvolviam atividades no sentido de levar o estudante a participar da vida social, fomentando ações de atendimento às comunidades carentes.

Para Nogueira (2005),

No período de 1960/1964, os estudantes universitários realizaram intensa atividade extensionista, mas desvinculada da instituição universitária. A União Nacional de Estudantes – UNE tinha uma proposta de atuação no sentido de levar o estudante a participar da vida social das comunidades [...]. (NOGUEIRA, 2005, p.20)

Surgem várias ações no sentido de promover um relacionamento entre a universidade e a sociedade. Procurava-se disseminar ideias referentes a novos projetos para a sociedade brasileira bem como prestar serviços sociais.

Por iniciativa dos estudantes, aconteciam atividades extensionistas, desvinculadas da universidade, ao participarem dos Centros Populares de Cultura - CPCs e dos Movimentos de Cultura Popular - MCPs.

O Centro Popular de Cultura – CPC - foi uma tentativa, no campo da extensão universitária, de levar a universidade à classe dominada, com o apoio de artistas e intelectuais. Teatro de rua, peças, filmes, publicação de livros, cadernos de cultura, exposições e discos estavam entre as produções culturais.

Na década de 1960, Freire (2006, p.70) alertava que a expressão extensão deveria ser substituída por uma concepção que enfatizasse a comunicação com a sociedade, não apenas estender o que se tinha. Assim, existiria um intercâmbio entre a Universidade e a sociedade, por meio da extensão. Essa contribuição ressaltou o caráter interativo que deve ser predominante no processo educativo.

Alguns encontros foram realizados, a partir de 1961, para discussão de temas alusivos à reforma universitária, que influenciaram os estudantes na forma de ver a extensão universitária.

Um destes encontros, realizado em Salvador, originou a Declaração da Bahia, em 1961, cujo conteúdo recomendava, dentre outros aspectos, a abertura da

universidade para o povo. Por meio desse documento, a universidade brasileira criou uma relação com a sociedade e seu meio, entende Gurgel (1986, p.44).

Outros encontros foram realizados pela UNE, posteriormente, em função da reforma universitária: o Seminário de Curitiba, em março de 1962 e a Reunião de Belo Horizonte, em 1963.

Do Seminário de Curitiba, resultou a Carta do Paraná, retomando questões discutidas na Declaração da Bahia, como a reforma universitária e a análise crítica da universidade brasileira. As discussões voltavam-se para a questão da participação dos estudantes nos colegiados das Instituições de ensino superior.

O Serviço de Extensão Cultural - SEC - da Universidade de Pernambuco foi também uma iniciativa estudantil de alfabetização de adultos, por meio de professores e técnicos.

Uma experiência da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná foi a iniciativa de levar, em 1961, a sua orquestra sinfônica para apresentações em várias regiões do Estado, pensando-se em uma proposta mais abrangente para o interior.

A primeira Universidade Volante teve lugar em Ponta Grossa, por meio de cursos, ações de prestação de serviços e reuniões, procurando identificar os problemas nos quais pudesse ajudar na solução. Com a universidade volante, a Universidade Federal do Paraná procurou trazer a população ao seu convívio, cujas atividades retratavam plenamente o conceito de extensão universitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBE, n.º 4.024/61 faz uma vaga referência sobre a extensão, em seu artigo 69, podendo ser ministrados os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, abertos a candidatos com preparo e com os requisitos exigidos. Dessa forma, a extensão passa a ser considerada como um curso para os possuidores de diploma universitário.

Em 1964, com o golpe militar, essas iniciativas extensionistas foram incorporadas, gerando medidas legais para a reestruturação das universidades.

A maior influência no sentido de aproveitamento da experiência americana na extensão se verificou com a chegada no Brasil de Rudolph Atcon, que foi o responsável pela constituição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, em 1965, que colocava a extensão como função de destaque, realizando diversos encontros sobre o assunto.

O grande agente da institucionalização da extensão universitária no Brasil foi o Conselho de Diretores. As universidades populares serviram de orientação às ações de conscientização de massa, no Centro Popular de Cultura e Movimento de Cultura Popular. Da vertente das universidades populares, surgiram os princípios norteadores da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná, que por sua vez, forneceu ideais para a constituição do Projeto Rondon.

A primeira operação do projeto aconteceu em 1967, quando um grupo de trinta alunos deslocou-se para o Território de Rondônia, com o lema “integrar para não entregar”, afirma Gurgel (1986, p.116).

O Decreto-Lei 252, de 28 de fevereiro de 1967 criava e definia o departamento vinculado ao ensino e à pesquisa, de acordo com o artigo 10, onde a universidade estendia as atividades de ensino e pesquisa à comunidade.

A lei da Reforma Universitária, n.º 5.540/68 descaracteriza a extensão como veiculadora do saber produzido e transmitido nas universidades, e a considera como prestadora de serviços de cunho assistencialista, cujos protagonistas das ações eram os estudantes.

Segundo Nogueira (2005, p.22), essa lei “pretendia uma nova concepção de universidade, legaliza a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.”

Os artigos 20 e 40 da lei davam ênfase ao relacionamento educação / sociedade, ou mais especificamente à extensão universitária. No artigo 20 definia-se que as universidades e instituições de ensino superior estenderiam à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa.

Com o artigo 40, consagrou-se a ideia da extensão como um serviço social prestado por estudantes, o que levou a uma interpretação errônea por parte das universidades, com objetivos de prestação de serviços assistencialistas. Outro detalhe dos artigos refere-se ao fato da interpretação do relacionamento de extensão com atividades cívicas e desportivas ou ações culturais e artísticas, completamente desligadas da atividade acadêmica.

A concepção de extensão como uma prestação de serviços, de natureza social ou técnica, veio com o modelo americano, em 1968. A partir dele vieram igualmente as ideias referentes ao treinamento básico, ao treinamento universitário em serviço, desenvolvendo ações que possibilitassem o exercício da prática profissional, às ideias referentes ao estágio e a preocupação com a

institucionalização da extensão. É ela a vertente que influenciou a constituição dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e Campi Avançado Brasileiro.

A extensão passou a ser interpretada e vista como um instrumento ideológico, que além de desviar o estudante de interesses políticos ou de lutas reivindicatórias, servia como ponto básico à montagem da nova perspectiva de universidade: a universidade-empresa. Assim, o ensino gratuito seria abolido gradativamente, seria reforçado o ensino privado e as exigências de mercado seriam predominantes.

O CRUTAC deu uma nova dimensão à universidade brasileira, voltando-se para a comunidade, integrada na realidade regional. Estava traçado, então, o perfil da universidade para o desenvolvimento: criadora, regionalizada, historicamente atualizada, formadora de novas mentalidades, de funcionamento interdisciplinar.

Dessa forma, o CRUTAC representava a esperança de um tipo de postura nova da universidade, sendo três os propósitos básicos: treinamento, motivação das comunidades e prestação de serviços, na opinião de Gurgel (1986, p.97).

Somente a partir de 1969 é que, de fato, a extensão começa a tomar uma dimensão nacional, quando surge a operação Campi Avançados, do Projeto Rondon, assim como a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias - CINCRUTAC, uma ampliação da proposta do CRUTAC.

Outro documento teve lugar de destaque, já no final da década de 60, o Relatório de Maria Molina, sobre a situação da extensão no Brasil. Segundo ele, de modo geral, a extensão não contava com uma estrutura sistemática de organização nas universidades federais, sendo a Universidade Federal de Pernambuco um modelo neste sentido. As formas de extensão eram variadas, mas predominantemente se realizavam cursos, atividades artísticas e difusão de informações, de livros e periódicos.

Posteriormente a universidade criou uma Coordenadoria de Extensão e Assuntos Comunitários (1974), encarregada de coordenar, comandar e controlar as atividades de extensão, sendo o CRUTAC a ela incorporado em forma de projeto. A

citada coordenadoria foi, mais tarde, transformada em Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.

O surgimento da Coordenação de Atividades de Extensão representou um reconhecimento da importância dessa função. Procurou-se estabelecer limites para a extensão, afirmando que esta não poderia ser vista como qualquer atividade extramuros da universidade. Teria que ser encarada como algo próprio e permanente, como eficiente instrumento de reforma universitária e como forma de participação das comunidades.

Com o objetivo de sistematizar e institucionalizar as atividades de extensão foi divulgado, em 1975, o Plano de Trabalho de Extensão, documento de maior importância referente à operacionalização e primeira política da extensão universitária brasileira, elaborado pelo MEC. Tomou como base legal a lei nº 5.540/68, que procurava assegurar a participação dos discentes, pela via da extensão, ampliando-a aos docentes.

O conceito de extensão de acordo com o Plano de Trabalho apresentava dois elementos novos: a ideia de sua relação com o ensino e a pesquisa e a ideia de comunicação entre a universidade e a sociedade, como aponta Nogueira (2005, p.32).

Esse documento definiu as formas de efetivação da extensão e reafirmou o seu comprometimento didático, estabelecendo que as atividades extensionistas deveriam ser programadas pela instituição de ensino superior, por meio de uma política mais comprometida com as necessidades da população, com uma maior integração da universidade e da sociedade.

O Plano de Trabalho da Extensão Universitária destaca Nogueira (2005, p.32), foi influenciado pelas ideias de Paulo Freire (2006), onde as camadas populares são vistas como sujeitos da ação e na comunicação entre universidade e sociedade ocorre a troca de saberes acadêmico e popular.

O Plano começa a perder espaço a partir de 1979, com a diminuição de interesse do governo em articular programas e projetos com ações extensionistas que visavam à integração comunitária, para atuações diversificadas de estágio curricular.

3.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DE 1980

Com os anos 80, aparece a oportunidade de se pensar na universidade como democrática e pública, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Sebinelli (2004)

A década de 80, em que se começa a processar a abertura política, permite que a extensão também comece a ser revista. Na universidade, ela ainda significa relações individualizadas e não projetos próprios ou nacionais. É uma fase muito motivada também pela escassez de recursos dedicados pelo Estado ao ensino superior, quando se sobressaem os convênios com instituições públicas e privadas. (SEBINELLI, 2004, p.12)

Uma reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, realizada em Campinas, em 1983 marcou o início de um posicionamento mais ousado dos Reitores, no que se refere ao comprometimento da Universidade na busca das soluções para os problemas da sociedade brasileira, afirma Tavares (1997, p.78).

Surge uma nova percepção da universidade, onde a extensão passa a ser elemento indispensável na viabilização entre a sua comunicação com a sociedade, por meio da prestação de serviços. Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão possibilitou a rediscussão do que se entendia por compromisso social e universidade.

Em 1985 foi criada uma Comissão Nacional para Reformulação de Educação Superior, cujo relatório destacava a necessidade de reforçar as atividades de extensão universitária, pois foram citados como aspectos negligenciados no ensino superior.

Em 1987 é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, que adota um conceito de extensão e formas de institucionalização e financiamento, expressando uma nova postura da universidade diante da sociedade. Como uma de suas principais reivindicações, a criação de políticas específicas de extensão como parte das políticas públicas para a educação superior brasileira.

Para Nogueira (2000)

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmicos e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (NOGUEIRA, 2000, p.11)

A conceituação de extensão, por meio do Fórum, teve um grande avanço, ressaltando as relações entre ensino/extensão e pesquisa/extensão, conforme destaca Nogueira (2000):

A extensão como prática acadêmica visa interligar as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, procurando assegurar o compromisso social da Universidade. Ressalte-se que, pelas especificações dessa prática acadêmica, as ações da Universidade não podem substituir as responsabilidades governamentais [...] Tendo como parâmetro o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é fundamental dimensionar as relações que se estabelecem ou que devem se estabelecer entre ensino/extensão e pesquisa/extensão no cotidiano da vida acadêmica. (NOGUEIRA, 2000, p.91)

Dessa forma, a extensão assume a condição de norteadora do ensino e da pesquisa, trazendo para primeiro plano o compromisso que a universidade deve ter com a sociedade, no sentido de contribuição, pressupondo o pensar, o ouvir, o conhecer e o construir.

Houve dois momentos de grandes mudanças na legislação da educação brasileira, a partir da redemocratização do país: a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBE.

Dentre os artigos que tratam do tema educação, na Constituição Brasileira, no Capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto, o que se refere à extensão universitária é o de número 207, que diz,

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por sua vez, a LDBE, também retrata, em seu artigo 43, item VII, sobre a promoção da extensão, aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na Instituição.

A extensão no Brasil iniciou os anos 90 seguindo as contradições herdadas de sua história e o repensar da função social da universidade.

O período compreendido entre 1993 e 1994 caracteriza-se como uma fase de diálogo e forte articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior - SESu, do MEC. A SESu cria, em abril de 1993, a Comissão de Extensão Universitária, que elaborou o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, para definir princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas Universidades.

Sob a influência do Fórum, foram criados o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE (1993) e o Plano Nacional de Extensão Universitária (1998), segundo Nogueira (2005, p.49).

O PROEXTE adota o conceito de extensão elaborado pelo FORPROEX apresentado-a “como a prática acadêmica que interliga as ações de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, buscando implementar o compromisso social da universidade”. (NOGUEIRA, 2005, p.50).

O programa representou o reconhecimento da extensão enquanto prática acadêmica, garantindo a existência de uma rubrica própria, como uma proposta orçamentária específica, entende Tavares (1997, p.148).

Para Nogueira (2005)

[...] o Plano Nacional de Extensão Universitária dedica um grande espaço para reafirmar conceitos, princípios e diretrizes políticas do FORPROEX, assumindo sua atualidade e necessidade enquanto norteadores da atuação das IES públicas brasileiras na questão da extensão. (NOGUEIRA, 2005, p.92)

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2000 - 2001), além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país. (PNE, 2000-2001, p.8)

Em 2003 o Ministério da Educação apoiou a adaptação e atualização do Sistema de Informações de Extensão – SIEX, desenvolvido inicialmente para atender a demanda de registro das atividades de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Com base nesse sistema, surgiu o SIEX BRASIL³, uma iniciativa do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, para divulgação das ações extensionistas universitárias do país.

A Rede Nacional de Extensão - RENEX⁴, mantém o cadastro das Universidades atualizado, divulga ações extensionistas e coordena o SIEX BRASIL.

O sistema utilizado atualmente para auxiliar o planejamento, a gestão, a avaliação e a publicização de projetos de extensão, de pesquisa e extensão, bem como assuntos desenvolvidos e executados pelas universidades brasileiras pelos estudantes, é o Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGProj⁵.

O SIGProj está sendo desenvolvido por pesquisadores e alunos de universidades brasileiras, sob a coordenação do MEC e está contribuindo para a democratização de todas as informações para a sociedade, provendo transparência pública.

Destacou-se em abril de 2004, mediante a Lei n.º 10.861, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, que avalia todos os aspectos que giram do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Os resultados possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior no Brasil.

Para direcionar o que fora exposto sobre extensão universitária, considera-se como relevante a apresentação de um breve relato da história da extensão na UTFPR.

³ <http://www.siexbrasil.renex.org.br>

⁴ <http://www.renex.org.br>

⁵ <http://sigproj.mec.gov.br>

3.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UTFPR

A UTFPR quando foi criada, em 1909, era chamada de Escola de Aprendizizes Artífices, e já nasceu com raízes extensionistas.

Segundo trecho de reportagem sobre a Escola de Aprendizizes e Artífices do Paraná, retirada do Diário da Tarde, em 1912, “Vê-se, por ahi, a grande função social desse estabelecimento, que fornece aos cidadãos de amanhã o preparo consciente do cérebro, o preparo do braço para o trabalho e a formação do coração para a solidariedade entre os homens”.

Para o professor Martin (2004) na Edição comemorativa aos 95 anos da Instituição, “a Instituição nasceu com a função social de preparar os filhos dos operários para o trabalho e oferecia refeições gratuitas a todos os alunos”. Esse cuidado com a alimentação existia para evitar que os alunos se afastassem da escola e para formar cidadãos fortes e sadios para o trabalho.

Essa característica também pode ser observada na publicação “UTFPR: uma história de 100 anos”:

Talvez devido a suas origens a UTFPR possua uma das características mais marcantes que a distingue das demais universidades brasileiras – a forte inserção na comunidade, através de atividades de extensão de diferentes naturezas. (UTFPR, 2010, p.139)

Com o decorrer dos anos, diante do desenvolvimento industrial do país, a preparação para o trabalho passou a ser prioridade na Escola, embora o aspecto assistencialista não tivesse desaparecido totalmente.

Em 1973, já denominada Escola Técnica Federal do Paraná, a Instituição começou a ofertar os cursos de curta duração, incentivando o desenvolvimento de projetos.

Outro destaque na área social teve início em 1984, o Programa de manutenção de bengala articulada. Por não existir centros especializados, as pessoas procuravam a Instituição, já denominada CEFET-PR, para a recuperação de bengalas quebradas ou com desgaste dos tubos. Existia também a manutenção de máquina para a escrita em Braille, gravadores, manutenção de sorobã e impressoras Braille, assim como a fabricação de canetas óticas, atividades essas realizadas por alunos e técnicos que permanecem até os dias de hoje.

Em 1996, o CEFET-PR implantou o programa institucional CEFET Integrado na Multiplicação de Conhecimentos sobre Aids - CIMCO⁶, que tinha como objetivo a implementação da política social através da definição de diretrizes básicas voltadas para a promoção da qualidade de vida de seus servidores, alunos e comunidade. As ações iniciaram em Curitiba e se expandiram para todas as Unidades da Instituição no interior do Paraná, nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco, Dois Vizinhos, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Medianeira.

Em 1998, além do Programa CIMCO, a Instituição também demonstrava ampla interação com a comunidade, no que se refere às atividades de estágios e empregos, serviços e projetos tecnológicos e cursos de extensão (ofertados nas modalidades aberto, para a comunidade, e fechados, para empresas ou grupos).

Em 1999, o Programa passou a denominar-se CEFET Integrado na Multiplicação de Conhecimentos / Qualidade de Vida – CIMCO, incluindo também o projeto de ginástica laboral, visando à prevenção a doenças osteomusculares ocasionadas pelo trabalho à comunidade interna da Instituição.

Atualmente as ações desenvolvidas pelo Programa CIMCO continuam sendo desenvolvidas em todos os 11 Campi da UTFPR, situados nas cidades do Paraná já citadas, assim como em Toledo, Apucarana, Londrina e Francisco Beltrão, sendo voltadas para a transmissão de informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e do uso indevido de substâncias psicoativas.

Antes de transformar-se em Universidade, a Instituição criou, em 2006, o Programa de Extensão Social - PROES. Esse programa atenderia as demandas externas da sociedade, pensando-se em práticas direcionadas à realidade e comprometidas com a resolução dos problemas sociais. Assim, reúne projetos isolados em programas integrados de extensão social, trazendo as demandas da população e seus desafios para o centro de pesquisa, levando os resultados da pesquisa para a sociedade.

Em setembro de 2008 foi criada a Assessoria de Extensão, e, no ano seguinte, foi transformada em Diretoria de Extensão, diretamente ligada a Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias - PROREC.

⁶ <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/programas-institucionais/cimco>

Os programas CIMCO, já citado, o Projeto Rondon⁷ e o Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE⁸ - estão institucionalizados e são vinculados às Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias de cada Campus.

O Projeto Rondon desenvolvido na UTFPR, a partir de novembro de 2006, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

O PDE permite o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica, por meio de atividades orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

Uma das ações mais recentes da PROREC, em conjunto com o Comitê Interno do Programa Extensão e de Inovação, foi a implantação do Programa de Bolsas de Extensão, pelo qual se pretende estimular a participação dos estudantes da Instituição em ações de extensão, vinculadas a projetos de extensão, coordenados por servidores da UTFPR.

Desta forma, lançou-se, em maio de 2010, um edital para inscrições de projetos de extensão a serem desenvolvidos na Universidade. A ação tinha como objetivo:

1. Incentivar, a partir de projetos específicos orientados por servidores / extensionistas da UTFPR, a participação dos estudantes de graduação em projetos de extensão, para que desenvolvam a prática da extensão e ou inovação com a orientação de docentes qualificados;
2. Estimular servidores / extensionistas da UTFPR a engajarem estudantes de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de transferência do conhecimento da universidade para a sociedade;
3. Contribuir para a formação e o engajamento de recursos humanos para atividades de inovação;

⁷ <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/programas-institucionais/rondon>

⁸ <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/programas-institucionais/pde>

4. Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País;
5. Contribuir para que diminuam as disparidades regionais na distribuição da competência extensionista no Estado do Paraná;
6. Ampliar o banco de dados de competências do quadro docente da UTFPR.

A universidade é uma realidade social e política, uma instituição que expressa o que a sociedade realiza, portanto a extensão universitária configura-se em uma forma de atuação muito necessária.

Nesse sentido, a extensão tem um conceito ligado à ideia de função social da universidade e depende muito da questão da identidade assumida por ela. Não é exclusivamente a extensão que se está a discutir, mas toda a dimensão social da Universidade, formadora e produtora de conhecimento.

De acordo com a Política Nacional de Extensão, para a institucionalização da Extensão Universitária é essencial que a universidade tenha uma política de extensão – que inclua conceito, diretrizes, finalidades ou funções –, sendo definida em instâncias institucionais de deliberação superior das IPES (Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou equivalentes) e normalizada em instrumentos legais (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções, Portarias, Editais, entre outros).

Segundo Botomé (1996),

A extensão universitária, antes de ser extensão, é universitária. E, nesse sentido, sua definição é decorrência da concepção da identidade da Universidade. O que é essencial fundamental na delimitação do que é peculiar na extensão universitária, bem como sua localização na estrutura e sua administração na organização da Universidade, depende de uma identidade bem estabelecida da instituição. Uma identidade que a sustente, delimite e dê sentido. (BOTOMÉ, 1996, p. 25)

Para Silva (2002, p.108), “A extensão é a discussão central, pois se diz respeito a este novo caráter político que se quer imprimir a uma universidade comprometida com o novo tempo, com a historicidade.”

A extensão universitária na UTFPR assume alguns rumos seguindo as diretrizes delineadas pelo Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que são:

1. Interdisciplinaridade, por meio da integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.
2. Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa, onde a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, haja vista que os alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Assim, a Extensão possibilita a democratização do saber científico, num movimento de mão dupla de difusão do que é produzido sistematicamente e a sua retomada por meio da re-significação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Essa relação entre a pesquisa, o ensino, a produção científica e a Extensão é dinâmica e contribui para a transformação da sociedade, em um processo de incorporação de novos modos de vida e de uso de tecnologias, capazes de operacionalizar efetivamente a relação entre teoria e prática.
3. Relação dialógica entre universidade e sociedade: a interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares.
4. Relação social de impacto: as ações são realizadas em conjunto com a sociedade, rejeitando uma prática assistencialista em que as ações são ofertadas às pessoas, sem uma análise efetiva de suas demandas e necessidades.

Portanto, a Extensão Universitária⁹ na UTFPR é um canal de interlocução entre a Sociedade e a Universidade, trazendo as demandas da população e os desafios colocados para o desenvolvimento do país para o centro da pesquisa e desta para a sociedade. Portanto, não é assistencialismo, intervenção pontual com relação aos problemas sociais, balcão de negócios nem atividade acadêmica no interior da Universidade sem a comunidade externa.

Desta forma, Comunidade e Universidade trocam saberes e ampliam seus conhecimentos, havendo a promoção da interdisciplinaridade nos problemas sociais, segundo a Política Nacional de Extensão (2001), que se refere à extensão universitária como “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino

⁹ <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao>

e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

Tendo em vista que a missão da UTFPR é “promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade para o desenvolvimento social e tecnológico sustentável” (PDI, 2009 - 2013, p.19), com o objetivo de institucionalizar a extensão universitária, por meio de ações de extensão de naturezas diversas, a missão e a visão da extensão na UTFPR são, respectivamente:

1. Proporcionar a educação de excelência articulando o ensino e a pesquisa, promovendo o desenvolvimento social e tecnológico sustentável da comunidade; e
2. Ser referência na formação e interação do ser humano social e profissional o âmbito educativo, cultural, científico, tecnológico e artístico.

As ações de extensão na UTFPR compreendem a organização, promoção e/ ou participação, desenvolvidas na forma de programas, projetos, apoios tecnológicos, estágios e empregos, cursos, eventos, visitas técnicas e gerenciais, acompanhamento de egressos, pesquisas e produções acadêmicas inseridos em áreas temáticas estabelecidas em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária (2001).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional da UTFPR - PPI (2004 - 2008) significa envolver-se na construção de conhecimento compartilhado, com o intuito de que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida.

Nesse sentido, segundo o PPI (2004 - 2008),

[...] a extensão na UTFPR deverá perseverar continuamente no desenvolvimento de canais que permitam conhecer e aprender com a sociedade sobre suas potencialidades, anseios e demandas por conhecimentos ou tecnologias. Indo além, a extensão deverá garantir mecanismos para que a sociedade possa debater continuamente as ações da universidade. (PPI, 2004-2008, p.68)

Conforme Silva (2002, p.106), “é a este “lado comunicativo” do saber presente no ensino e na pesquisa que se pode, idealmente, chamar de extensão universitária. A extensão seria, então, a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade...”.

Em outubro de 2005 foi instituída, por meio de portaria, uma comissão responsável pela elaboração de documentos para a institucionalização da extensão na UTFPR, que garantirão à universidade visibilidade em suas ações: as diretrizes da extensão, o regulamento de programas e projetos e o regulamento do programa institucional de apoio a ações de extensão. Os referidos documentos estão em processo de avaliação e aprovação pelas instâncias competentes.

Nesse sentido, o conceito de indissociabilidade é entendido como um todo orgânico, global, cuja materialidade será resultante de esforços intencionais, dirigidos e conscientes na UTFPR. A extensão como atitude transformadora da sociedade é um desafio que se põe como mola propulsora para a UTFPR, uma universidade pública, que objetiva a formação de profissionais críticos e criativos. (PPI, 2004 - 2008, p.69)

Visando à análise de dados, que será realizada no Capítulo 5 dessa dissertação, ressalta-se que o papel dessa universidade, perante a sociedade é o de levar aos cidadãos, por meio da extensão, a um espaço de reflexão acerca das questões sociais e ambientais, contribuindo com o desenvolvimento e oportunizando a difusão de conhecimento e das tecnologias, em benefício da sociedade.

A extensão universitária na UTFPR deve ser associada com a prática dos docentes, que são mediadores do conhecimento e que se constituem como foco desta pesquisa.

3.4 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DOCENTES

Os docentes universitários, a partir de 1979, no Encontro Nacional de Associações Docentes - ENAD, segundo Tavares (1997, p.81-87), definiram algumas ações que norteariam sua luta durante toda a década de 80: ensino público e gratuito, autonomia e democratização da universidade e regime único de trabalho. Esses eixos continham as diretrizes que iriam, mais tarde, legitimar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O movimento docente percebeu, na época, que, com a extensão, seria possível democratizar o saber elaborado pela universidade, por meio da prestação

de serviços. A importância da extensão universitária se sobressai pela sua relevância social.

Esse movimento sempre defendeu um modelo de universidade que priorizasse as necessidades concretas de grande parte da população, aponta Tavares (1997, p.82). Contudo, a extensão, em muitas situações, tinha uma visão indefinida, sinalizava para um novo paradigma de universidade, mas ainda se mantinha uma visão separada entre ensino, pesquisa e extensão.

A extensão, que antigamente era confundida com assistencialismo ou ação direta a um problema social, hoje já se constitui como um canal de interlocução entre a sociedade e a universidade, trazendo as demandas da população para o centro da pesquisa e desta para a sociedade.

Diante disso, o docente não pode mais fugir ao enfrentamento da modernidade, deve encarar os novos desafios, pesquisando processos metodológicos para que possa utilizar os meios informatizados e a multimídia, se adaptando às novas situações. Segundo Porto Alegre (2005),

A articulação de como colher a informação, como processá-la, como tratar essa informação e como utilizar as informações obtidas, são peças importantes como recursos instrumentais na rede da construção do conhecimento. (PORTO ALEGRE, 2005, p.3)

Além disso, devido à complexidade de problemas na sociedade brasileira, o ensino deve estar em constante interação com a comunidade, no desenvolvimento e incentivo de práticas de extensão universitária.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e pela Secretaria de Educação Superior do MEC (2000 - 2001), estabelece como objetivo a importância de se “[...] reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”.

Entende-se que a universidade tem uma função social a ser posta em prática por meio da extensão, aliada ao ensino e à pesquisa. Hoje a extensão se configura com um importante papel na interação com a sociedade, na troca de saberes, permitindo a participação da comunidade, dos docentes e discentes.

Da mesma forma que o professor, ao se apropriar das tecnologias educacionais na sua prática docente, precisa fazer um papel de mediador, assim também na extensão, onde o processo de aprendizagem decorre de questionamentos, diálogo e interação com a realidade e com a comunidade, para compreendê-la e transformá-la.

Para Carrasco (2009)

[...] debemos a través de una práctica extensionista, practicada como método habitual de nuestra tarea, interrogar de manera constante la realidad que nos rodea, orientando nuestras investigaciones hacia objetivos que proporcionen conocimientos que permitan implementar políticas que satisfagan de verdad necesidades y carencias sociales para el bienestar de todos sin exclusiones. (CARRASCO, 2009, p.51-52)

Portanto, nada mais apropriado do que a utilização das tecnologias educacionais pelos docentes para promover o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, disponibilizando à sociedade os conhecimentos e as tecnologias desenvolvidos na universidade, propondo novas reflexões e práticas.

Segundo o PPI (2004 - 2008),

A articulação do ensino com as iniciativas de pesquisa e de extensão deverá considerar a aproximação com o mundo do trabalho, não como definidor de suas políticas internas, mas como elemento importante para dupla conscientização: a) a do pesquisador e do extensionista, ao aceitarem também como desafio acadêmico a busca de soluções para problemas práticos, com a possibilidade de interferir, indiretamente, nas formas de gestão e nas relações de trabalho, e b) a do mundo do trabalho, que poderá ser beneficiado com os conhecimentos disponibilizados por essas iniciativas, mas precisará submeter-se às exigências decorrentes do “rigor acadêmico” que, necessariamente, revestem tais atividades. (PPI, 2004-2008, p.60)

A UTFPR está diante de um grande desafio: somar esforços para atender à comunidade, criando uma cultura extensionista voltada para as necessidades da sociedade. Ainda segundo o PPI (2004 - 2008),

A orientação horizontal possibilita, ainda, a contínua atualização científica e tecnológica, pela articulação entre os *Campi* da UTFPR, bem como com instituições congêneres, não apenas pertencentes à rede de universidades brasileiras, mas também à rede mundial de universidades tecnológicas. (PPI, 2004-2008, p.61, grifo nosso)

Diante desse contexto e a partir da definição da identidade da UTFPR, será possível formar comunidades que, constituídas por grupos de pessoas disponibilizadas em rede, possibilitarão a democratização do conhecimento para outras universidades, por meio do conceito de comunidade de prática, conforme apresentado a seguir.

3.4.1 Pensando na UTFPR como uma comunidade de prática em extensão universitária

Quando um grupo de pessoas tem um interesse comum em propor soluções para uma determinada situação, discutindo as melhores práticas, possuindo os mesmos objetivos e desejando, voluntariamente, através desta troca constante de informações, a solidificação e disponibilização deste conhecimento a todos, estão constituindo uma comunidade de prática.

Wenger (1991, p.45) apresenta o conceito de Comunidades de Práticas – COPs - como grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou um interesse comum sobre um tema, e que aprofundam seu conhecimento e habilidade nessa área por meio de uma interação contínua. Essas relações entre as pessoas têm como ponto principal a aprendizagem, sem deixar de lado a natureza social dela. As pessoas se engajam na busca contínua de um empreendimento, por meio da prática.

Dessa forma, é preciso pensar no papel da identidade da universidade para a prática de extensão. Essa relação entre a prática e a comunidade apresenta três características primordiais: o engajamento mútuo, o empreendimento comum e o repertório compartilhado.

Por meio do engajamento mútuo, os participantes se reúnem para aprender algo, definindo a situação de pertencimento a uma comunidade de prática, possibilitando a sua homogeneidade. Entretanto, a homogeneidade não é condição de engajamento mútuo, onde as pessoas se relacionam e criam laços de amizade, de acordo, cooperação, prazer e colaboração.

Para que uma comunidade de prática seja coerente, é necessário o empreendimento comum, onde os participantes definem suas relações de

responsabilidade mútua, resultado de um processo de negociação entre os participantes.

Já pelo repertório compartilhado a comunidade vai reforçar a coerência, por meio dos significados que vão sendo alcançados, pois pertencem a uma prática. Assim, a comunidade de prática vai compartilhar uma aprendizagem, pela participação e reificação dos participantes.

Se para a formação de uma prática, é necessária a formação de uma comunidade, resta ainda verificar como ficaria a construção da identidade de um indivíduo.

A identidade caracteriza e diferencia fazendo alguma coisa ou alguém ser reconhecido. O que caracteriza a UTFPR é o fato de ser a primeira universidade tecnológica do Brasil.

Segundo Botomé (1996),

As dificuldades para identificar o “fazer” de uma instituição começam na própria definição da sua missão ou das suas “funções sociais”, ou suas “atribuições” ou “objetivos”. Elas podem ser formuladas de diferentes maneiras esclarecendo ou obscurecendo aquilo que, de fato, é papel fundamental da instituição: as realizações (não apenas as ações ou atividades) que a definem, que a caracterizam, que lhe dão identidade. (BOTOMÉ, 1996, p.36).

O diferencial da UTFPR, o ensino tecnológico, identidade e perfil diferenciados, desempenham uma missão específica para a comunidade, via ações de extensão.

A questão da identidade é indissociável da questão da prática, pois ao formar uma comunidade, os indivíduos se engajam e, conseqüentemente, participam, vão formando sua forma de ser e de se relacionarem. Assim, a identidade é construída, de forma dinâmica e ao longo de um percurso de vida. A aprendizagem torna-se, fundamentalmente, um fenômeno social, colocada dentro da experiência vivida e da participação no mundo. O engajamento em uma comunidade de prática leva ao desenvolvimento de uma identidade, que implica em uma negociação da participação.

Por conseguinte, na questão de formação da identidade, entende Giddens (2002, p.74), os atores sociais têm muitas oportunidades de escolha e são vistos como reflexíveis e adaptáveis às condições sociais em que vivem. Deixa claro que

as pessoas não estão totalmente livres para agirem como entendem, mas têm liberdade para agirem e alterarem as estruturas sociais.

Dessa forma, a universidade pode ser considerada como uma comunidade de prática por meio de ações de extensão, ao considerarmos o engajamento mútuo como a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; o empreendimento comum, como as relações assumidas por cada indivíduo, negociando suas responsabilidades, para alcançar um repertório compartilhado, ou seja, uma aprendizagem.

A universidade, portanto, deve promover a democratização do saber por ela produzido, sendo o ensino sua primeira função, passando para a pesquisa e alcançando a capacidade de entendimento pela comunidade, por meio da extensão universitária.

Hoje a UTFPR é solicitada para dedicar-se à pesquisa aplicada, à transferência de tecnologia e de conhecimentos e à prestação de serviços. O conteúdo disseminado deve ser amplo e neutro, sem assumir posições nem inculcar valores, com livre articulação de ideias, produzindo intelectuais com discernimento ético, produtores de conhecimentos voltados para as necessidades e interesses de todos.

A dimensão da universidade está sempre ligada à construção do futuro, na socialização de saberes, dentro de uma maior relação com a comunidade a qual pertence. Portanto, a função da universidade está muito além do ensino e da pesquisa. Como sugere Santos (2005, p.55), a extensão pode contribuir decisivamente para fazer emergir uma “universidade de proximidade”, ou seja, uma universidade concebida como um bem público cujos bens produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais, uma universidade rede. Quanto mais a universidade se insere na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade, uma relação alicerçada na responsabilidade social.

O papel da universidade não é assistencial. Sua função é a de produzir e socializar o conhecimento, levando em consideração as necessidades da comunidade, terá uma missão e função ideais e condizentes com o equilíbrio entre o que a sociedade precisa e o que é importante e possível para a universidade.

Por isso o compromisso social da universidade precisa ser feito por todas as atividades e áreas da Instituição, e não ser responsabilidade apenas de uma

delas, integrando os conhecimentos existentes e tornando-os condutas coletivas. (BOTOMÉ, 1996, p.19).

Dessa forma, as relações transformadoras entre a universidade e a sociedade são intensificadas pela extensão, por meio do seu processo educativo, social, cultural e científico, possibilitando desenvolver ações que atuem fortemente na comunidade a qual a universidade pertence.

Dentro desse contexto, para Santos (1995)

A abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1995, p. 225)

Diante do exposto, e no atual contexto político, econômico e social, a tendência é segundo Oliveira (2009, p.24), pensar como a extensão pode contribuir para a solução dos problemas sociais, em um “pensar globalmente e agir localmente”, expressão difundida durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Agenda 21 Nacional (2008). Assim sendo, a universidade deve criar espaços para o diálogo envolvendo as mais variadas esferas, os professores, os alunos, os administrativos, outras instituições, a comunidade em geral e o governo, para que se encontre o equilíbrio e uma nova maneira de olhar. Portanto, além de democratizar conhecimentos e tecnologias produzidos em seu espaço, a universidade também deve investir e potencializar ações extensionistas.

4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DO PERFIL DA EXTENSÃO NA UTFPR

Com o presente estudo pretendeu-se realizar um diagnóstico sobre a extensão universitária, verificando a concepção, os procedimentos e os recursos tecnológicos utilizados pelos docentes na UTFPR.

O entendimento procurou contribuir para um melhor andamento da extensão universitária e, talvez, modestamente, sugerir novas formas de atuação dentro desta Instituição.

Após o desenvolvimento do referencial teórico e feita a sua contextualização, os procedimentos adotados para o levantamento das informações e a descrição dos instrumentos utilizados para a pesquisa serão apresentados a seguir. Para finalizar o capítulo, serão descritos os resultados da pesquisa.

4.1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa de Mestrado foi realizada utilizando-se a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa. De acordo com Moreira (2008),

A maior distinção feita entre esses dois tipos de métodos é que a pesquisa qualitativa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação. A pesquisa quantitativa, por outro lado, explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas. Ambas podem ser usadas no mesmo estudo. (MOREIRA, 2008, p.73)

Considerando o estudo proposto, que pretende diagnosticar como os docentes, por meio da extensão, estão contribuindo com o papel social da universidade, buscou-se primeiramente, uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, de natureza interpretativa, visando mostrar qual é a concepção de

extensão inserida na UTFPR, por docentes que ocupam cargos de direção na Instituição.

Para Lüdke e André (1986, p.11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Assim, os fenômenos são estudados em seu ambiente natural, procurando fazer sentido e/ou interpretá-los em termos de significados que as pessoas lhe atribuem. Cria-se, então, uma relação de interação entre o pesquisador e o pesquisado, onde este discorre sobre o assunto baseando-se nas informações que ele realmente detém.

Segundo Moreira (2008, p.61), “o propósito da pesquisa é descrever e interpretar o fenômeno do mundo em uma tentativa de compartilhar significados com os outros”. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é descrever e entender o mundo como ele se apresenta. Esse tipo de pesquisa depende muito do envolvimento do pesquisador, pois ela explora as características dos indivíduos, onde o cenário não pode ser expresso por meio de números.

Em um segundo momento também foi realizada uma abordagem metodológica de cunho quantitativo, caracterizando a pesquisa como descritiva, do tipo levantamento. De acordo com Gil (1994), a pesquisa descritiva necessita da utilização de uma técnica de coleta de dados para estudar as características de um grupo, bem como suas atitudes e opiniões.

Essa abordagem é utilizada pensando nos indivíduos como parte de um todo, formadores de um grupo. Dessa maneira, com essa etapa da pesquisa, pretendeu-se mostrar como os docentes, pertencentes a um grupo na UTFPR entendem a extensão universitária, onde os dados analisados situam percentualmente as suas opiniões e atitudes.

4.2 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para a pesquisa qualitativa, optou-se pela entrevista individual semi-estruturada, face-a-face, utilizando-se um roteiro com as questões fundamentais para o estudo (Apêndice A), sem uma ordem rígida.

Segundo Gil (1994), a entrevista é uma técnica que permite uma interação social, com liberdade para o entrevistado. Segundo o autor, a entrevista é adequada para obter informações a respeito do que as pessoas sabem, crêem, desejam, esperam, fazem e pretendem fazer.

O pesquisador pode pensar nas questões e tentar respondê-las antes de iniciar as entrevistas propriamente ditas, afirma Moreira (2008, p.167), pois as respostas fornecerão ideias sobre os tipos de perguntas que podem ser elaboradas.

A seleção das perguntas para o protocolo de entrevista foi baseada na revisão de literatura e no seguinte objetivo de pesquisa:

- Verificar, junto ao corpo diretivo da UTFPR, qual é a concepção de extensão universitária na Instituição.

Tendo por objetivo validar o instrumento de coleta de dados e verificar a pertinência das questões, foi realizada uma entrevista-piloto com um professor escolhido intencionalmente, que atuou em outra gestão na área de extensão. A entrevista-piloto foi realizada no dia 20 de maio, com duração de 25 minutos, utilizando-se o gravador e um protocolo, contendo a sequência de perguntas feitas.

Procurou-se identificar se as questões selecionadas estavam medindo o desejado, o fluxo e o entendimento das perguntas por parte do entrevistado.

A validação da entrevista-piloto não alterou nenhuma questão do protocolo, optando-se por continuar com todas as questões definidas inicialmente.

Para a realização foram adotados procedimentos de seleção de amostra dos indivíduos de maneira intencional. A amostra selecionada para as entrevistas contou com cinco docentes que atualmente desempenham cargos de direção na Reitoria da UTFPR, por terem funções de decisão diretamente ligadas ao desenvolvimento de ações de extensão.

Em um momento inicial a cada uma delas, foi entregue o Termo de Esclarecimento da entrevista (Apêndice B), informando aos entrevistados os objetivos do estudo e a sua relevância para a UTFPR, solicitando permissão para gravação, informando sobre a duração e anonimato, bem como sobre a entrega posterior da transcrição da entrevista para sua validação.

Também foi apresentado o Termo de Consentimento de Participação da Pessoa como Sujeito (Apêndice C), para permissão de utilização das informações em publicações.

Após a realização de cada entrevista com o auxílio de um gravador, foi realizada a transcrição na íntegra, uma revisão e posterior devolução para aos entrevistados para validação.

O ponto culminante da pesquisa, segundo Moreira (2008), consiste na transcrição das entrevistas. Nessa etapa, “(...) o pesquisador começa a pensar na explicação, na avaliação e nas possibilidades de sugerir formas de mudanças, porque ele formou ideias, desenvolveu noções e pensamentos a respeito dos dados coletados.” (MOREIRA, 2008, p.186).

Paralelamente às entrevistas foi realizada a pesquisa quantitativa com os docentes da UTFPR, um grupo heterogêneo, diferenciado em relação à formação, sexo, idade, tempo de exercício de magistério e envolvimento em ações de extensão, os quais forneceram características diferenciadoras ao estudo. Justifica-se, dessa forma, o universo da pesquisa, tendo em vista que o seu objetivo é a realização de um diagnóstico dos docentes em relação à extensão universitária na Instituição.

O questionário foi construído utilizando-se a ferramenta *Google docs*, que consiste em um editor de textos, planilhas e apresentações, com compartilhamento de arquivos, trabalhando integrado ao *gmail*, onde armazena documentos e disponibiliza tudo *online*.

O questionário (Apêndice D) apresentava questões fechadas de múltipla escolha e algumas questões abertas.

Foram realizados três testes pilotos do questionário, com docentes da UTFPR, nos dias 22, 25 e 27 de maio, que fizeram algumas considerações pertinentes. Após reflexões sobre as mesmas, foram feitas algumas modificações de forma a adequar o instrumento ao que fora sugerido.

4.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Anteriormente ao envio do questionário, foi encaminhada uma correspondência para a Direção de Ensino de todos os *Campi* (Apêndice E) no dia 01 de junho, solicitando autorização para a realização da pesquisa com os docentes e para o envio do instrumento por e-mail, via sistema *broadcast*, visando atingir

todos os docentes da UTFPR, que perfazem um total de 1.517. Após o consentimento, deu-se prosseguimento à pesquisa.

O questionário modelo foi enviado para o e-mail dos Diretores dos *Campi*, que o transmitiram para os e-mails dos docentes. O e-mail enviado (Apêndice F) apresentava informações sobre os objetivos da pesquisa, o compromisso com o sigilo e o *link* para acesso ao questionário.

Portanto, foram recebidos, no dia 21 de junho, os primeiros questionários preenchidos e devolvidos (retornaram no mesmo dia do envio), pelos *Campi* de Cornélio Procópio, Medianeira, Apucarana, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. Assim, por dedução, a pesquisa não tinha sido enviada ainda para os demais *Campi*. No dia 22 de junho iniciou-se o retorno dos *Campi* de Francisco Beltrão e Ponta Grossa.

A partir do dia 23 de junho foram recebidos os retornos dos *Campi* de Pato Branco, Toledo, Campo Mourão. Somente no dia 28 de junho, uma semana após o início do recebimento dos retornos é que a pesquisa foi enviada para o e-mail dos docentes do Campus Curitiba, depois de mais algumas insistências por e-mail e telefone.

Estabeleceu-se, a princípio, um período de 7 dias, contados a partir do dia do envio para retorno dos questionários preenchidos. Pelo motivo do atraso do envio dos questionários para os docentes do Campus Curitiba, e por ser o Campus mais significativo em relação ao número de docentes, decidiu-se, então, pelo recebimento do questionário até o dia 9 de julho, último dia de aula dos docentes antes das férias.

Dessa forma, a Professora orientadora entrou em contato com os Diretores que ainda não haviam enviado os formulários para os docentes pelo *broadcast*, por telefone, informando que o atraso poderia atrapalhar os resultados da pesquisa e solicitando o envio dos mesmos.

O Gráfico 1 mostra o retorno dos questionários no período de 21 de junho até 9 de julho. Observa-se que o dia de maior retorno corresponde à data de recebimento dos docentes do Campus Curitiba.

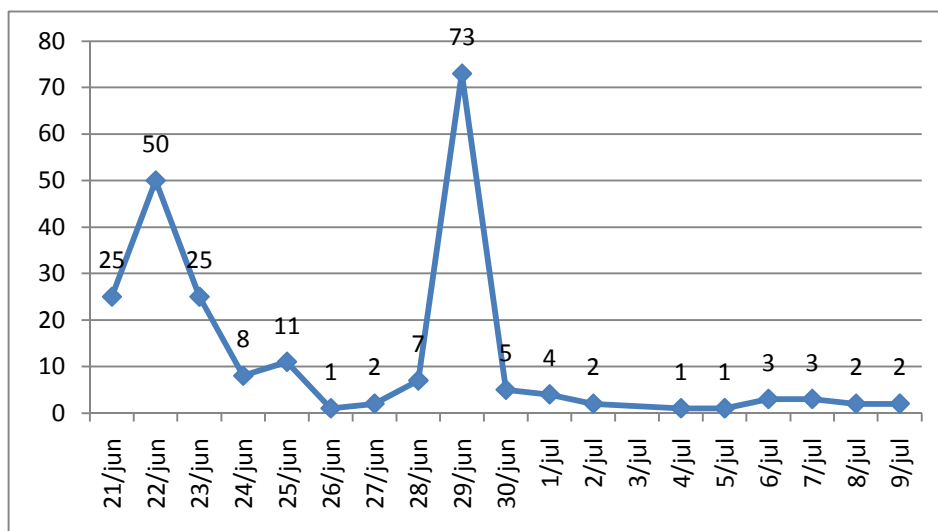


Gráfico 1 – Retorno dos questionários.
Fonte: Pesquisa.

Duzentos e vinte e cinco questionários retornaram até o último dia, o que representa 14,83% do total de 1.517 docentes que receberam o instrumento, considerando o acesso de todos ao e-mail institucional.

Na Tabela 1, abaixo, observa-se a quantidade de questionários enviados, de questionários devolvidos e a respectiva porcentagem de retorno por Campus. Verifica-se que a melhor participação aconteceu nos *Campi* Apucarana e Francisco Beltrão, 37,21% e 36,84%, respectivamente, considerando que são *Campi* novos em relação à data de fundação em oposição ao Campus Pato Branco, que obteve somente 4,69% de participação, correspondente a 10 professores, mesmo tendo um número significativo de docentes.

O Campus Curitiba, que é o mais antigo e mais populoso, apresentou apenas 14,94% de retorno.

Tabela 1 – Quantidade de questionários enviados e devolvidos.

CAMPUS	QUESTIONÁRIOS ENVIADOS	QUESTIONÁRIOS DEVOLVIDOS	% DE RETORNO
Apucarana	43	16	37,21%
Francisco Beltrão	38	14	36,84%
Medianeira	111	21	18,92%
Toledo	39	7	17,95%
Ponta Grossa	130	22	16,92%
Dois Vizinhos	53	8	15,09%
Curitiba	616	92	14,94%
Campo Mourão	111	15	13,51%
Cornélio Procópio	118	15	12,71%
Londrina	45	5	11,11%
Pato Branco	213	10	4,69%
TOTAL	1.517	225	14,83%

Fonte: Pesquisa.

Decidiu-se por não enviar o questionário novamente, pois a pesquisa tinha a intenção de diagnosticar a postura dos docentes a respeito da extensão universitária considerando a primeira reação (de resposta ou não) diante do recebimento do questionário.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das falas dos entrevistados foi realizada com a intenção de verificar como os gestores da UTFPR percebem a extensão universitária, por desempenharem funções de extrema relevância no desenvolvimento da Instituição, na definição de metas, na realização de projetos e aprimoramento de trabalhos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Pretendeu-se, também, desvelar como ela está sendo desenvolvida nessa Instituição de Ensino.

Dessa forma, organizou-se todo o material, dividindo-o em categorias encontradas, de forma a identificar características, ideias e pensamentos relevantes, buscando entender a relação entre elas e tentando compreender o que estava implícito no material.

A análise das questões fechadas foi realizada aplicando-se métodos de estatística por meio de tabelas e gráficos, e os dados foram organizados de forma a responder ao problema apresentado.

Assim, feitas as análises, realizou-se um cruzamento de informações das entrevistas com as informações dos questionários aplicados ao corpo de docentes da UTFPR, tendo como base o referencial teórico da pesquisa.

O cruzamento de informações teve como propósito o atendimento aos objetivos específicos, para verificar se a prática dos docentes em ações de extensão é condizente com a concepção de extensão dos gestores da UTFPR, diagnosticando, assim, a extensão universitária na Instituição.

A seguir a análise será descrita, seguindo a ordem das perguntas realizadas nos questionários, intercalando-se com a análise das entrevistas, de forma a se complementarem, quando necessário, ou a se contradizerem.

Todos os *Campi* da UTFPR participaram da pesquisa, com retorno de 225 questionários, de um total de 1.517 questionários enviados, conforme Gráfico 2:

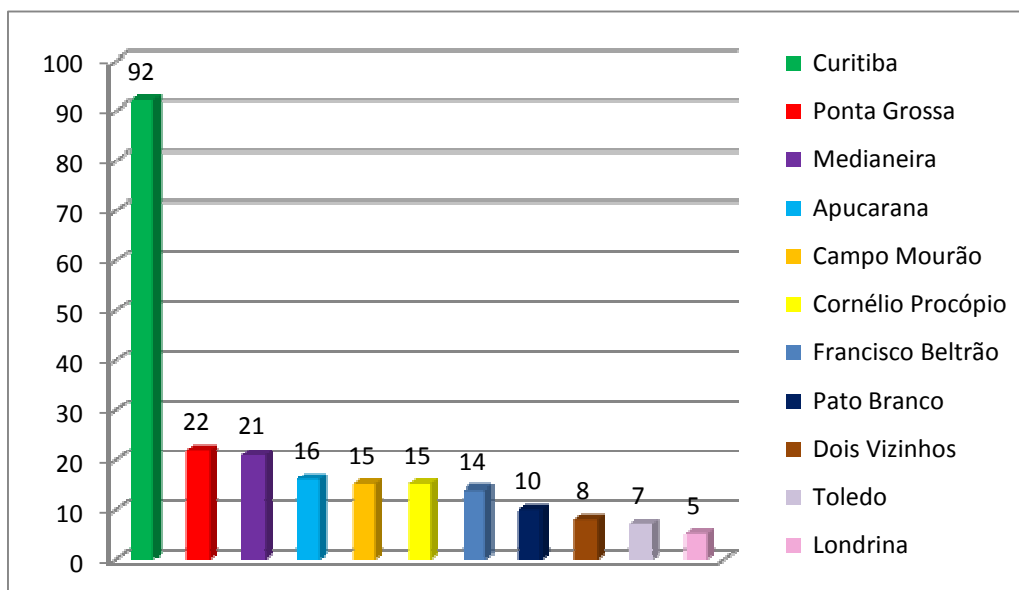


Gráfico 2 – Participação por Campus.
Fonte: Pesquisa.

Dos 225 docentes respondentes, 60% são do sexo masculino, que correspondem a 134 questionários, 37% do sexo feminino, equivalente a 83 questionários e 3% do total não responderam a questão, num total de 8 docentes, conforme Gráfico 3, abaixo:

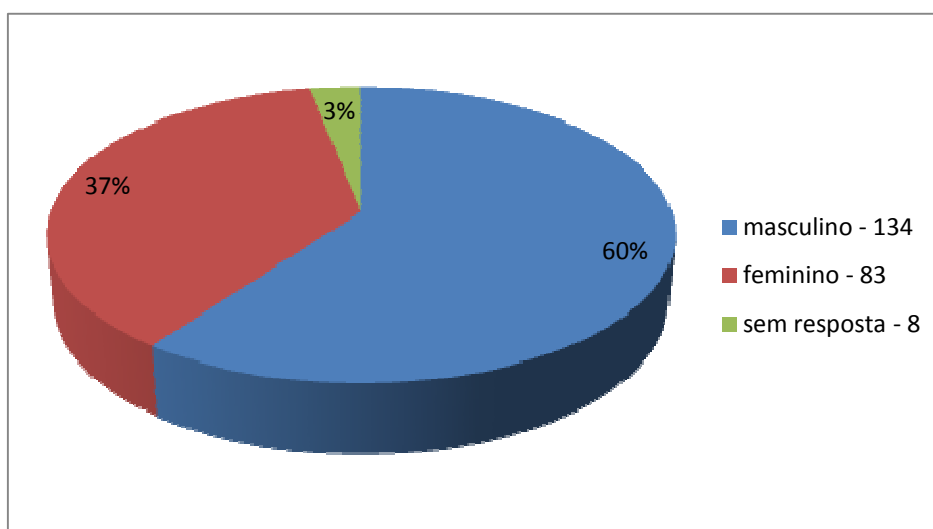


Gráfico 3 – Retorno dos questionários considerando o sexo dos docentes.
Fonte: Pesquisa.

Já em relação à idade dos docentes que participaram, a maior quantidade de respondentes está na faixa dos 31 e 40 anos. Logo em seguida está a faixa dos 41 e 50 anos. Na faixa dos 20 e 30 anos tivemos somente 30 retornos, e 4 acima de

60 anos, conforme Gráfico 4. A única faixa etária que o número de respondentes do sexo feminino (18) foi maior do que os respondentes do sexo masculino (11) está entre 20 e 30 anos.

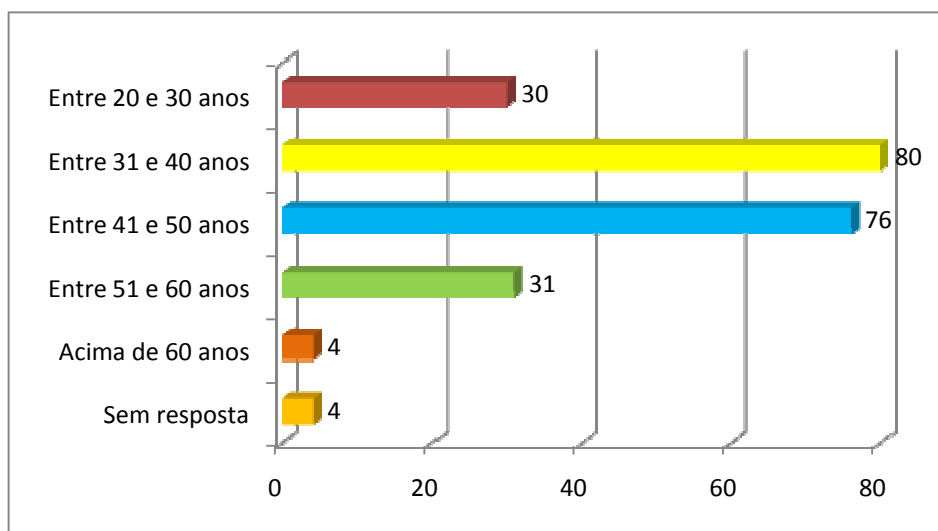


Gráfico 4 – Retorno dos questionários considerando a faixa etária.
Fonte: Pesquisa.

Em relação à área de formação dos respondentes ao questionário, 38% apresentam graduação na área de Engenharia / Tecnologia e em sequência a área de Ciências exatas e da Terra, com 31%. Já a área de Ciências Biológicas apresentou somente 3% de participantes, equivalente a 6 docentes, conforme Gráfico 5.

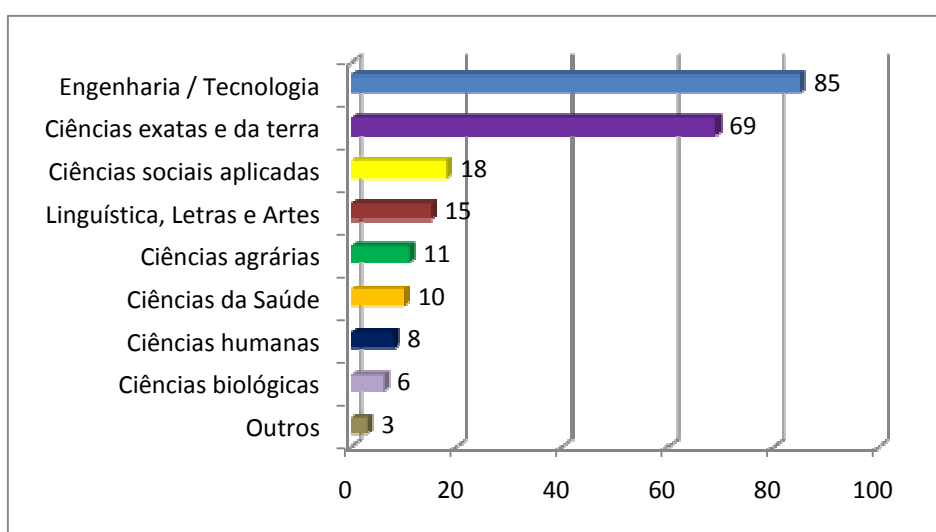


Gráfico 5 – Retorno dos questionários considerando a área de formação na graduação.
Fonte: Pesquisa.

Ao considerar a classificação da área de formação dos docentes com relação ao gênero, percebe-se que a grande maioria de docentes do sexo masculino encontra-se na área de Ciências exatas e da Terra e Engenharia / Tecnologia. Por outro lado, verifica-se que uma porção maior das representantes do sexo feminino tem formação também nas áreas de Ciências exatas e da Terra e Engenharia / Tecnologia, apesar de estarem se destacando em outras áreas do conhecimento. Ressalta-se que há diferença do Gráfico 6 com o Gráfico 5, tendo em vista que 8 docentes não se posicionaram em relação ao sexo.

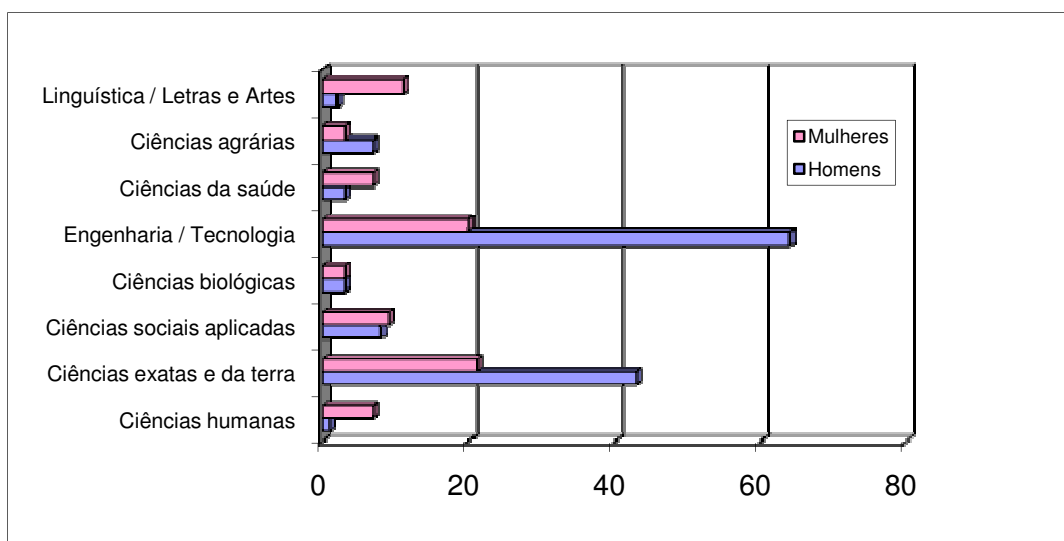


Gráfico 6 – Classificação dos docentes em relação à área de formação e ao sexo.
Fonte: Pesquisa.

Dos docentes que participaram da pesquisa, 80% têm Mestrado, conforme Gráfico 7. Esta porcentagem corresponde a 179 docentes.

Ressalta-se que os dados do gráfico em relação à área de formação não condizem ao total de docentes, uma vez que cada respondente poderia indicar todos os seus níveis de titulação.

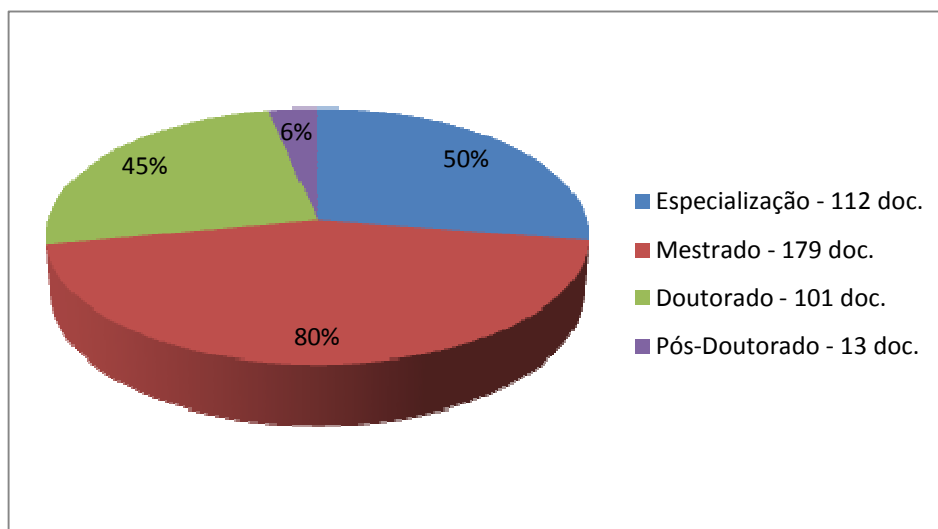


Gráfico 7 – Quantidade de docentes por titulação.

Fonte: Pesquisa.

Legenda: doc.: docentes

A Tabela 2 permite a visualização e comparação a respeito de algumas características dos docentes que responderam a pesquisa, facilitando a tabulação dos dados e posteriormente o cruzamento das informações. A divisão por Campus possibilita verificar a quantidade de docentes que participaram da pesquisa, com titulação em Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, considerando o gênero dos participantes.

Em relação ao tempo de docência, o maior número de docentes está na faixa de 1 a 4 anos de docência, equivalente a 38% do número total. Deste valor, 48 são do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Nessa faixa de docência, os mestres perfazem um total de 65 docentes, a maior quantidade de pós-graduados entre os participantes da pesquisa, e em sequência pelo Doutorado, com 32 docentes.

Ainda em relação a essa faixa de docência, os 48 representantes do sexo masculino têm Mestrado e Doutorado nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, com os cursos de Administração e Informática; Engenharia / Tecnologia, com os cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia de Materiais, Engenharia Civil e Engenharia Química; Ciências Exatas e da Terra, com os cursos de Física e Matemática, assim como na área de Ciências Agrárias, com os cursos de Agronomia, Zootecnia. Já os docentes do sexo feminino apresentam Mestrado e Doutorado em todas as áreas do conhecimento.

Pode-se analisar também, o menor índice de participação, correspondente a faixa de docência dos 5 a 7 anos, contando com 15 participantes,

11 do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Nesta faixa, percebe-se que o maior índice de formação também se concentra no Mestrado.

Os docentes com cursos de Pós-Doutorado também apresentaram maior quantidade na faixa de docência de 1 a 4 anos.

Portanto, no grupo de professores respondentes, os com titulação de Mestre (65) foram os que mais colaboraram no preenchimento da pesquisa, seguindo com os Especialistas (41), os Doutores (32) e por último os Pós-Doutores, com 8 participações.

Ressalta-se, novamente, que 8 docentes que responderam a pesquisa não informaram o sexo, a titulação ou o tempo de docência, permanecendo fora da Tabela 2.

Tabela 2 – Classificação dos participantes por tempo de docência, sexo, campus e formação.

TEMPO	N.º DOC.		CAMPUS AP			CAMPUS CM			CAMPUS CP			CAMPUS CT			CAMPUS DV			CAMPUS FB			CAMPUS LD			CAMPUS MD			CAMPUS PB		CAMPUS PG		CAMPUS TD		TOTAL 1		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
de 1 a 4 anos	48	33	E 4	E 3	E 1	E 0	E 4	E 0	E 9	E 3	E 0	E 1	E 0	E 2	E 0	E 4	E 1	E 1	E 0	E 1	E 0	E 0	E 1	E 0	E 0	E 1	E 0	E 1	E 0	E 20	E 15				
			M 3	M 3	M 5	M 1	M 5	M 0	M 12	M 6	M 3	M 2	M 3	M 4	M 0	M 3	M 2	M 3	M 2	M 2	M 0	M 1	M 5	M 0	M 40	M 25									
			D 2	D 4	D 1	D 1	D 2	D 0	D 4	D 4	D 2	D 0	D 3	D 3	D 0	D 2	D 0	D 1	D 0	D 1	D 0	D 1	D 0	D 0	D 1	D 1	D 15	D 17							
			D 0	D 1	D 0	D 0	D 1	D 0	D 3	D 0	D 0	D 0	D 2	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 6	D 2							
de 5 a 7 anos	11	4	E 0	E 0	E 0	E 1	E 2	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 2	E 0	E 0	E 0	E 1	E 0	E 0	E 0	E 5	E 1									
			M 0	M 0	M 1	M 2	M 2	M 1	M 3	M 0	M 0	M 0	M 1	M 0	M 0	M 0	M 3	M 0	M 0	M 0	M 1	M 0	M 0	M 0	M 11	M 3									
			D 0	D 0	D 1	D 1	D 0	D 0	D 3	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 2	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 8	D 1									
			D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0								
de 8 a 14 anos	30	16	E 0	E 0	E 0	E 0	E 1	E 0	E 2	E 3	E 2	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 2	E 2	E 0	E 0	E 6	E 2	E 0	E 0	E 13	E 7									
			M 1	M 0	M 2	M 1	M 3	M 0	M 7	M 10	M 2	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 3	M 2	M 0	M 0	M 6	M 3	M 1	M 0	M 25	M 16									
			D 0	D 0	D 2	D 1	D 1	D 0	D 6	D 3	D 2	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 2	D 1	D 0	D 0	D 3	D 2	D 0	D 0	D 16	D 7									
			D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 3	D 0									
de 15 a 22 anos	30	26	E 0	E 0	E 1	E 1	E 0	E 0	E 9	E 11	E 0	E 0	E 0	E 2	E 1	E 1	E 3	E 2	E 2	E 2	E 4	E 2	E 0	E 0	E 20	E 21									
			M 0	M 0	M 0	M 1	M 0	M 0	M 14	M 12	M 0	M 0	M 0	M 0	M 2	M 1	M 1	M 3	M 2	M 2	M 2	M 3	M 0	M 0	M 23	M 23									
			D 0	D 0	D 0	D 1	D 1	D 0	D 8	D 10	D 0	D 0	D 1	D 2	D 1	D 0	D 0	D 2	D 0	D 0	D 2	D 0	D 0	D 0	D 13	D 15									
			D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 2	D 0								
mais de 23 anos	14	2	E 0	E 0	E 1	E 0	E 0	E 0	E 8	E 1	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 0	E 9	E 1									
			M 0	M 0	M 1	M 0	M 0	M 0	M 10	M 2	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0	M 11	M 2									
			D 0	D 0	D 1	D 0	D 0	D 0	D 7	D 1	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 8	D 1									
			D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0	D 0									
SEM TIT./ID.	1	2						1				1													1	2									
TOTAL	134	83	10	11	17	11	22	2	107	67	11	3	13	15	3	12	24	16	6	8	28	13	8	1	249	159									

Fonte: Pesquisa.

Legenda: E – Especialista, M – Mestrado, D – Doutorado e PD – Pós-Doutorado; DOC. – docência / docentes; TIT. – titulação; ID. - idade

Em relação ao exercício de função administrativa, dos 225 respondentes, 64% docentes desempenham função administrativa contra 32% que estão somente em sala de aula, conforme Gráfico 8. Da quantidade referente aos que exercem função, 40 são docentes do sexo masculino e 31 são docentes do sexo feminino.

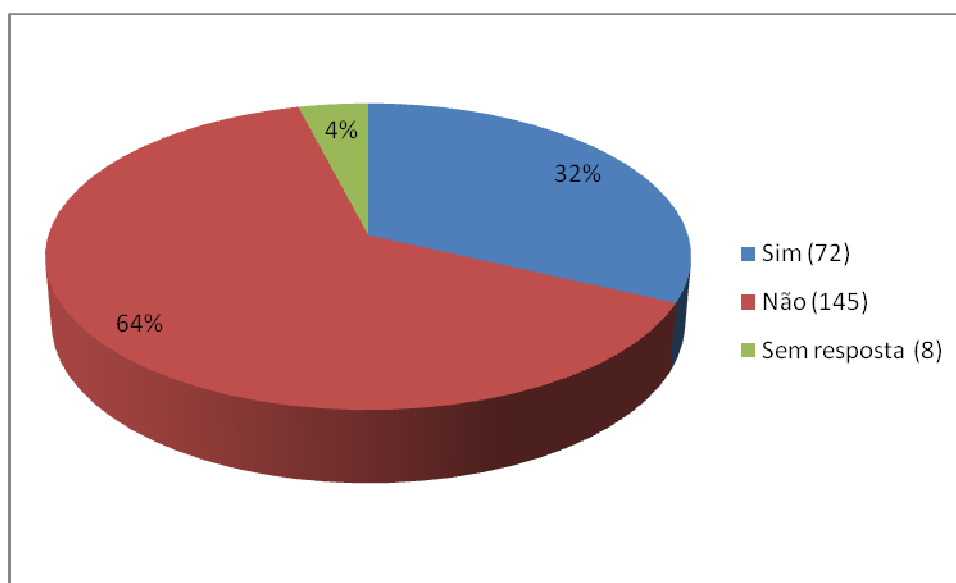


Gráfico 8 – Quantidade de docentes que desempenham função administrativa.
Fonte: Pesquisa.

Ao serem questionados a respeito da participação em ações de extensão durante a formação acadêmica, 125 docentes responderam que desenvolveram ações durante esse período, conforme o Gráfico 9. Ao classificá-los em relação ao gênero, encontra-se 72 homens e 53 mulheres, com 51% de participações em palestras e 50% de participações em cursos.

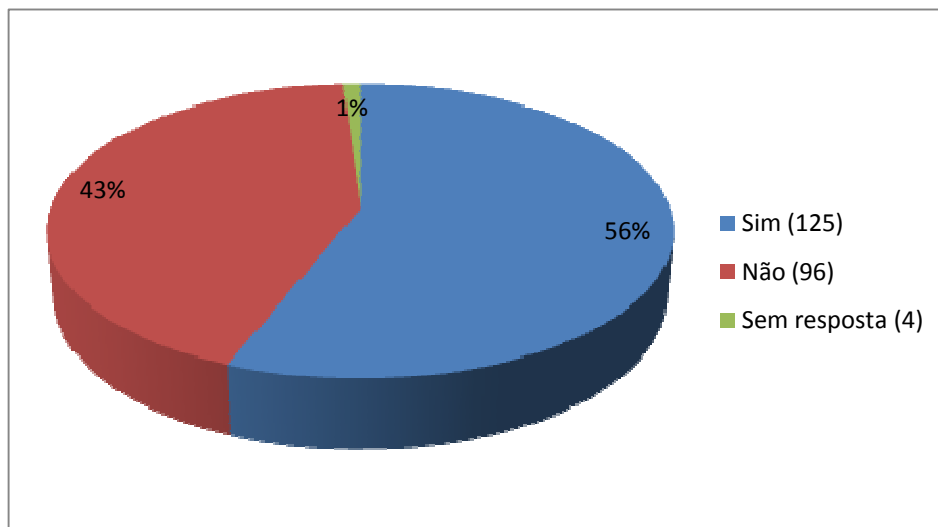


Gráfico 9 – Envolvimento dos docentes em ações de Extensão durante a formação acadêmica.
Fonte: Pesquisa.

Os entrevistados, gestores da UTFPR, foram unânimes ao dizer que não desenvolveram nem participaram de práticas extensionistas no período da formação acadêmica.

Dos docentes que participaram da pesquisa, 45% consideram a extensão universitária como muito importante, 38% como importante e 6% a consideram irrelevante, assim representado no Gráfico 10.

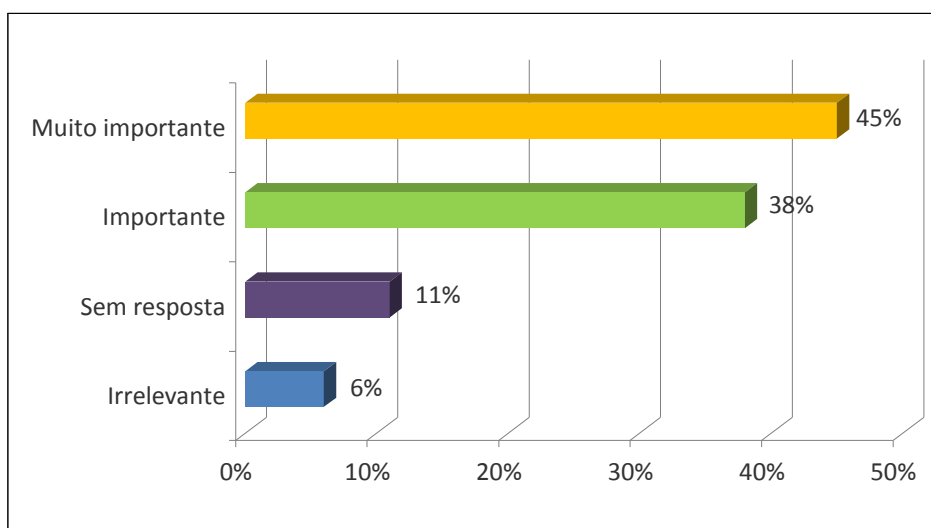


Gráfico 10 – Grau de importância da extensão universitária na UTFPR.
Fonte: Pesquisa.

Dos 14 docentes que consideram a extensão universitária irrelevante, 12 deles estão na faixa etária entre 41 e 50 anos com formação de Mestrado e Doutorado, nas áreas de Engenharia / Tecnologia, Língua Portuguesa e Ciências Humanas.

Um dos professores justifica a sua opinião de irrelevância, conforme o recorte abaixo:

Não é incomum (em Universidades com maior inserção) que boas pesquisas gerem de fato patentes e projetos de Extensão. Caso contrário- como acontece ainda na UTFPR - a Extensão é, quando muito, um treinamento que compete apenas com outras muitas ofertas no mercado de varejo, sem real diferencial nem perspectiva de futuro. (n.º 212)

Alguns recortes desses docentes que descrevem a extensão como irrelevante mostram contradições em suas opiniões:

Somente boa vontade não irá fortalecer as ações de extensão na UTFPR, é preciso profissionalismo e pessoas com experiência na área para conseguir oferecer o suporte necessário aos professores que se interessam pelas ações de extensão. Além disso, a UTFPR precisa entender que hoje é uma universidade, e como tal precisa trabalhar seu tripé ensino-pesquisa-extensão. (n.º 134)

Estou aberto a participação em projetos de extensão, ainda que não participe de nenhum no momento. Me falta infra-estrutura física (espaço). (n.º 185)

Diferentemente desses docentes, os entrevistados, gestores da UTFPR, quando questionados a respeito da importância da extensão, reforçaram-na, conforme o que segue:

A importância é total, ainda mais que a gente lida com essa questão de tecnologia, levando em consideração que o slogan da Instituição é Tecnologia e Humanismo. (n.º 01)

Eu entendo que a extensão é extremamente relevante, porém ela deve estar pensando em retroalimentar o ensino e também incentivar a pesquisa por meio do que é identificado na comunidade. (n.º 02)

Gostaria de reforçar a importância da pesquisa e extensão em nossa universidade. (n.º 03)

A extensão tem tudo a ver com essa interação, que é uma característica da Universidade Tecnológica... (n.º 5)

Como nós temos uma longa tradição na formação de pessoal e essas pessoas que são formadas aqui na Instituição veem a própria universidade como fonte de conhecimento, então ela é importantíssima... (n.º 6)

A extensão universitária como apoio tecnológico foi a dimensão indicada como prioridade na UTFPR, com 68%, seguida de atualização para o ensino e questões para a pesquisa e compromisso social, ambas com 64%, segundo o Gráfico 11.

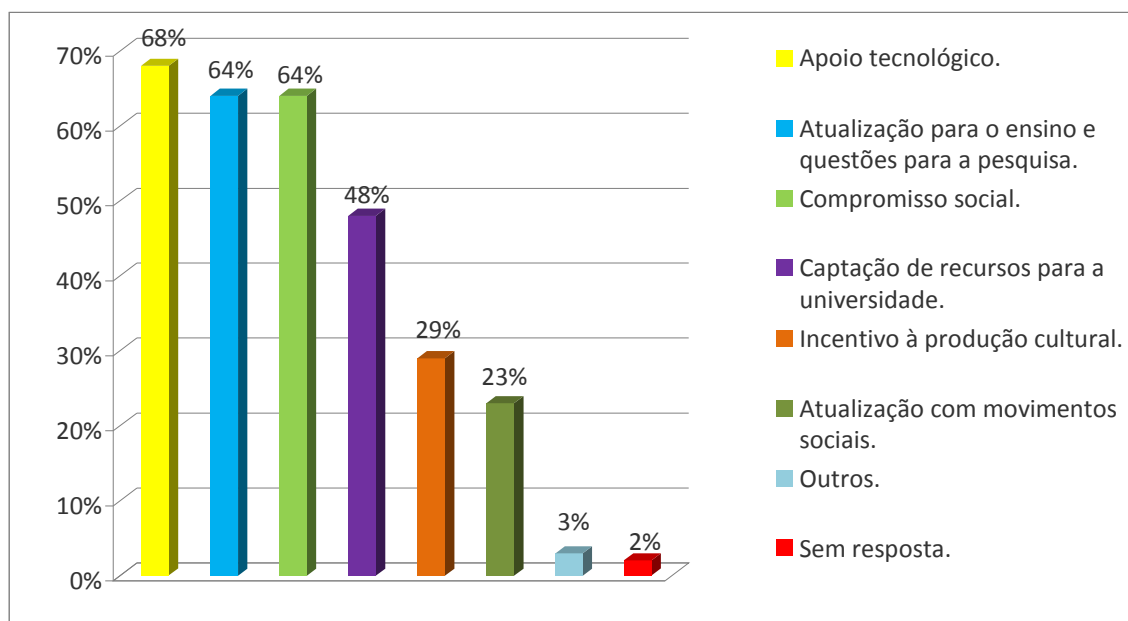


Gráfico 11 – Prioridades da extensão universitária na UTFPR.
Fonte: Pesquisa.

Além destas dimensões citadas na pesquisa, outras foram sugeridas pelos respondentes, como capacitação docente, atualização da qualidade de ensino em sala de aula, formação cidadã dos acadêmicos e extensão baseada em interesses momentâneos.

A questão de escolha das prioridades da extensão universitária na UTFPR apresentou também, por alguns dos entrevistados, ou seja, por alguns dos gestores da Instituição, certa indefinição. Isso fica claro nos seguintes recortes:

Nós continuamos com professores buscando as comunidades que necessitam de conhecimento, e da implementação de alguma tecnologia, propondo projetos, buscando fomento a instituições de fomento para atender a essa comunidade, e nós estamos articulando também essas necessidades da comunidade, trazendo para dentro do centro de pesquisa e desenvolvendo pesquisa, ou soluções, ou tecnologias para essa mesma comunidade ou outras comunidades. (n.º 02)

... a extensão é uma junção das três áreas: do ensino, da cultura e do conhecimento ou tecnologia,... mas a extensão ela não é assistencialista. (n.º 02)

O que mais fazemos com a extensão é isso: é atender as classes desprivilegiadas, porque queremos igualdade social. (n.º 02)

... contribuir significativamente para a melhoria da sociedade, a medida que procuram tornar possível a inclusão social e direcionar ações para uma atuação autônoma e cidadã dos indivíduos ou grupos assistidos. (n.º 03)

...canal de ligação entre o tecido sócio-produtivo, conjunto da sociedade e academia, seja através de ações da extensão assistencialista, que sempre foi a extensão que as universidades envolveram ao longo dos anos, seja através da extensão mais tecnológica, e aí com viés assistencialista para geração de trabalho / renda ou mesmo com viés puramente industrial, que é o foco principal da ação da Universidade Tecnológica. (n.º 04)

...ação social, ação de interação da comunidade com a universidade. (n.º 05)

Na minha opinião, a extensão universitária tem os dois focos: o foco tradicional, que são atividades relacionadas a área artística, e tem o outro lado que é ligado à transferência de tecnologia. (n.º 06)

Então tem que sempre ver esse lado que nós estamos confundindo um pouco: extensão universitária com atividade remunerada. (n.º 06)

Dessa forma, é possível perceber que entre os gestores não há uma clareza do real significado da extensão universitária na UTFPR. Dentro desse aspecto torna-se necessário frisar que a identidade da Instituição deve estar bem definida e constituída, para que todos caminhem para uma mesma direção, pensando em um mesmo objetivo, conforme sinalizado por Botomé (1996).

A teoria de Wenger (1998), em relação ao desenvolvimento de uma prática, nesse caso a prática da extensão universitária, serve para mostrar que os docentes, que fazem parte da comunidade UTFPR devem ter muito clara a sua identidade, com trocas intensivas de informação e conhecimentos.

Dos participantes da pesquisa, 178 consideram que a extensão tem uma função de articulação entre universidade e sociedade, seguida pela função de cumprimento de sua missão, com 146 escolhas, conforme Gráfico 12.

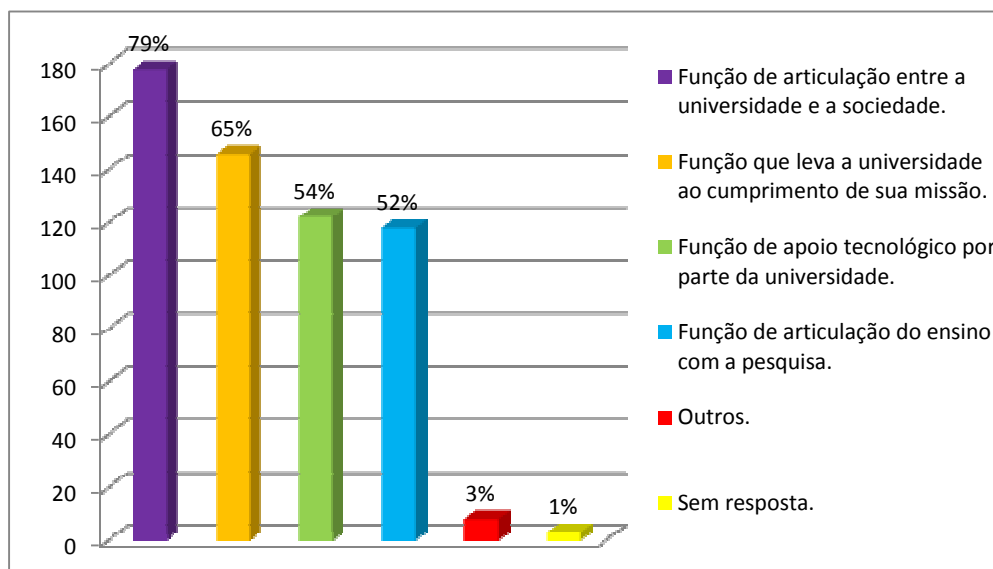


Gráfico 12 – Percepção dos docentes sobre a extensão universitária.
Fonte: Pesquisa.

Outras percepções da extensão foram destacadas pelos docentes participantes, como complemento da formação acadêmica integral, vetor de transformação da sociedade, função de articulação do ensino com a pesquisa para a sociedade e função de complemento de renda ao professor.

Em relação às funções da extensão, os gestores estão de acordo com os entrevistados, conforme os recortes abaixo:

A função dela é levar o conhecimento por meio do próprio conhecimento, por meio da pesquisa, para beneficiar uma determinada comunidade, seja ela carente ou não, porque muitas vezes nós temos problema de extensão com alta tecnologia para uma comunidade empresarial que não é carente de recurso financeiro, mas é carente da tecnologia. (n.º 02)

Extensão universitária são atividades que podem ser desenvolvidas não só por professores, servidores e alunos que ligam as atividades da Instituição e os potenciais e competências das pessoas com a comunidade externa interagindo com a sociedade para uma melhoria de qualidade de vida e do bem estar social. (n.º 03)

Canal de ligação entre a sociedade e a universidade. (n.º 4)

Aqui se percebe que a articulação do ensino, pesquisa e extensão precisa existir na Universidade levando-se em consideração o seu percurso histórico, de forma a encontrarem um equilíbrio. O desenvolvimento de uma prática, segundo Wenger (1998), requer tempo. Mas o que define uma comunidade de prática de

extensão na UTFPR não é simplesmente uma quantidade mínima ou máxima de tempo, e sim uma questão de manter um compromisso mútuo na aprendizagem.

Em relação aos instrumentos na UTFPR que normatizam a extensão, apenas 33% dos 225 docentes responderam que têm conhecimento dos mesmos. Dentre esses instrumentos, foram citados os editais, os regimentos, os estatutos, as resoluções e as portarias, nessa sequência, segundo o Gráfico 13.

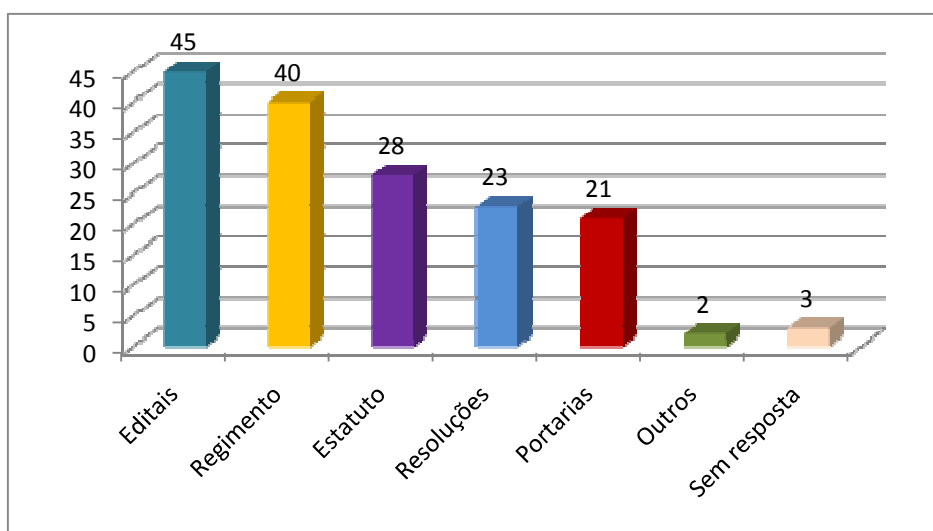


Gráfico 13 – Instrumentos legais que normatizam a Extensão na UTFPR.
Fonte: Pesquisa.

Ainda em relação a essa questão, dois docentes registraram que alguns documentos ficam restritos aos coordenadores, sem divulgação, com normas confusas e sobreposição de funções pelos setores. Aqui novamente entra a questão da identidade, segundo Botomé (1996), na definição de competências, atribuições, responsabilidades e instrumentos suficientemente claros para que as pessoas possam trabalhar em conjunto.

Dentro dessa questão, um dos gestores entrevistados citou o regulamento da extensão, abaixo:

...eu até faço parte da comissão na construção do regulamento não no sentido de engessar, não no sentido de travar o processo, mas no sentido de institucionalizar o processo. (n.º 1)

E nesse documento nós deixamos claro, até vou ler um trecho: nós queremos que a comunidade e a universidade troquem saberes, e é isso que nós queremos, que tanto nosso conhecimento instituído, comprovado cientificamente, levemos isso para a comunidade, mas ao mesmo tempo a comunidade tenha um conhecimento construído por ela. (n.º 02)

O que se tem hoje é a extensão tecnológica tradicional, eu acho que essa é a linha dos documentos. Está se procurando agora, desenvolver uma série de documentos e regulamentos, próprios para a extensão. (...) o que existe aprovado é só o registro de atividades de extensão paga. (nº 04)

Já o entrevistado n.º 03 ressalta a importância do Projeto Político-Pedagógico Institucional:

Em seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, documento base da atuação da nossa Universidade, descreve que os programas de desenvolvimento social e comunitário, portanto a extensão universitária, devem refletir o compromisso da UTFPR com a transformação da Universidade em direção e justiça, à sociedade e à democracia.

O entrevistado n.º 05 diz não ter conhecimento da concepção de extensão nos documentos oficiais por ser de outra área: “Justamente pela minha área ser outra, eu sou um pouco isolado mesmo.”

Aqui se percebe, novamente, uma contradição: se o Projeto Político-Pedagógico da Instituição abrange a extensão universitária, conseqüentemente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os gestores das áreas deveriam ter conhecimento de seus princípios básicos e trabalhar em conjunto, pois só assim a extensão poderá ter incentivo, apoio e continuidade.

Mesmo a extensão não estando ainda consolidada, 57% dos respondentes, que corresponde a 128 participantes, já participaram de alguma ação extensionista na UTFPR. Elas foram articuladas com a comunidade, por meio de projetos, cursos e eventos, conforme descrito no Gráfico 14.

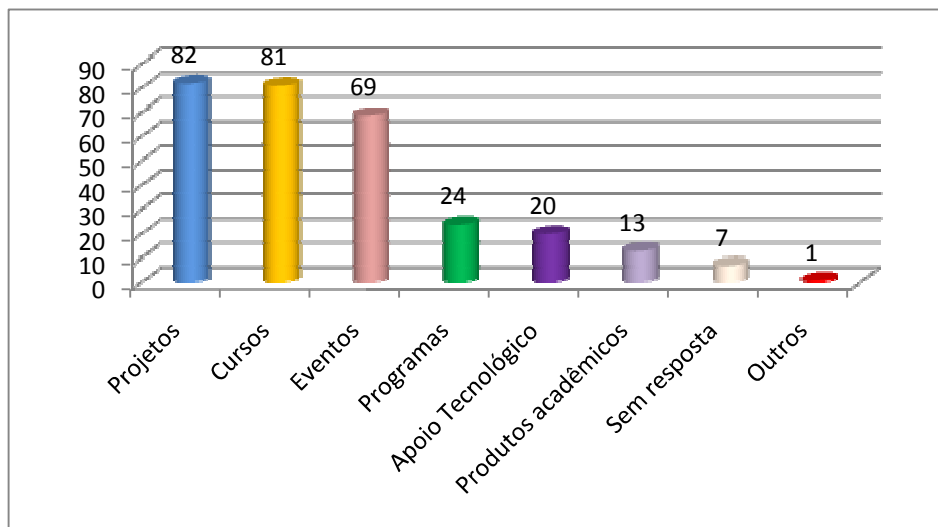


Gráfico 14 – Participação em ações de extensão na UTFPR.
Fonte: Pesquisa.

Deve-se levar em conta que muitos destes docentes que disseram ter participado de ações de extensão, muitas vezes nem sabem que o que estão fazendo é extensão, conforme o recorte abaixo:

A UTFPR tem dois blocos, a saber: tem aquele que faz sabendo que é uma ação de extensão e há outras pessoas que executam algumas ações sem saber exatamente porque, quando na verdade são ações de extensão. (nº 01)

Para um maior delineamento do grupo de docentes que participaram de ações extensionistas na UTFPR, serão apresentados, a seguir, alguns dados relevantes.

Dos 128 docentes que já participaram de alguma ação de extensão na Instituição, 57% são do sexo masculino, 41% do sexo feminino e 2% não opinaram a respeito. Desses, verifica-se que 66% já desenvolveram ações de extensão durante a formação acadêmica e que 54% não exercem função administrativa atualmente.

A distribuição desses docentes nos Campi da UTFPR pode ser observada no Gráfico 15:

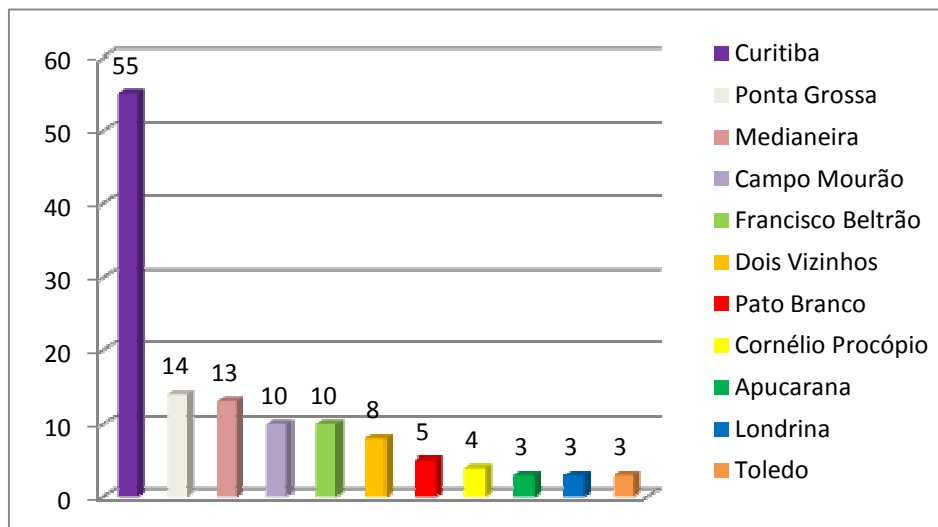


Gráfico 15 – Docentes que participaram de cursos de extensão na UTFPR, por Campus.
Fonte: Pesquisa.

Verifica-se que o Campus Curitiba apresenta o maior número de docentes participantes. Nesse contexto, não se pode esquecer que o Campus é o mais antigo e o mais populoso na pesquisa. Em relação à faixa etária dos docentes que mais participaram, a pesquisa contou com 32% dos docentes na faixa etária de 31 e 40 anos assim como a mesma quantidade na faixa etária de 41 e 50 anos, sendo 41% com formação em Engenharia e Tecnologia seguindo de 27% em Ciências Exatas e da Terra. Ao se analisar o tempo de docência dessa parcela de docentes da pesquisa, observa-se que 34% encontra-se na faixa dos 15 a 22 anos e 28% na faixa de 1 a 4 anos.

Percebe-se, então, uma oposição ao apontado na página 59 desta dissertação. Considerando-se a totalidade da pesquisa, o maior número de docentes participantes encontra-se na faixa de 1 a 4 anos de docência, e, nesta situação de efetiva participação em ações de extensão na UTFPR, a grande maioria dos docentes respondentes encontra-se na faixa dos 15 a 22 anos de docência.

Dos 128 docentes que responderam que participaram de ações de extensão, 84%, que corresponde a 107, reconhecem que por meio da extensão universitária acontece o aperfeiçoamento na prática docente e pessoal. Os recortes abaixo permitem o conhecimento da forma como esse aperfeiçoamento acontece.

1. Em relação ao crescimento pessoal:

- Quanto ao lado pessoal, qualquer atividade traz aperfeiçoamento. O contato e a convivência com pessoas, muitas vezes bem diferentes, trazem uma ótima sensação de participação e de crescimento. (nº 197)
- Aprimoramento, crescimento e amadurecimento pessoal e profissional. (nº 216)

2. Em relação à prática pedagógica em sala de aula:

- Capacidade teórica e prática. (nº 08)
- Adaptação da metodologia de ensino para alunos, com diferentes capacidades de aprendizagem. (nº 24)
- Experiência para trabalhar com grupos heterogêneos. (nº 32)
- Experiência prática. (nº 35)
- Maior percepção das atividades desempenhadas no dia-a-dia. (nº 57)
- Subsídios práticos (exemplos) para utilização nas aulas. (nº 58, 74, 79)
- Aprimoramento de metodologias para públicos diferenciados (nº 68)
- Formação de equipes de trabalho multi-nível e multidisciplinar. (nº 127)
- Pude exemplificar minhas aulas com exemplos práticos. Tive conhecimento de outras técnicas de ensino. (nº 147)
- Modificando a forma de ministrar os conteúdos em função da diversidade dos alunos. (nº 161)
- Revisão da linguagem utilizada, repensando os procedimentos metodológicos. (nº 171)
- Adquirir maior competência na área do curso que ofereci. (nº 179)
- Práticas didático-pedagógicas. (nº 188)
- Em trazer experiências da comunidade e da vida real para a sala de aula. (nº 190)
- Sempre que você atua em qualquer atividade fora da sala de aula, traz experiências que podem ser utilizadas nas aulas ministradas.
- Novas percepções na abordagem didática. (nº 198)
- Relação teoria e prática foram estreitadas; conhecimentos do "mundo real" puderam ser levados para a sala de aula, enriquecendo em muito as aulas. (nº 200)
- Ampliação do conhecimento, formas alternativas de exposição de temas, práticas de atualização fortalecidas. (nº 210)
- Preparação de material didático, casos reais de empresas, desenvolvimento da habilidade de trabalho em equipe, conhecimento. (nº 212)
- Uma preocupação maior com a didática, ou seja, a forma de repassar conteúdos, informações e capacitações. Trabalhando com público externo, se vê a necessidade de auxiliar as pessoas a aprender de todas as formas possíveis, não apenas com aulas expositivas. (nº 214)
- Melhoria significativa na qualidade do material e exemplos a serem utilizados em sala de aula. (nº 218)

3. Em relação ao cumprimento da missão da universidade:

- Engajamento em projetos que visem melhorar, aprimorar e permitir a aproximação da universidade à comunidade. (nº 21)
- Visão de mercado ampliada. (nº 44)
- Conhecimento de realidades fora do campus; contato preliminar com possíveis novos alunos dos cursos regulares; identificação das aspirações das pessoas da sociedade em relação ao seu próprio futuro, avaliando a participação da UTFPR neste cenário. (nº 68)
- Na melhoria das condições de conhecimento da realidade e a interação da UTFPR com as entidades representativas da sociedade. (nº 82)
- Troca de saberes. (nº 103)

- Aprimoramento de conhecimentos, contato com profissionais das mais diversas áreas, oportunidade para ampliar os horizontes. (nº 116)
- Ampliação da visão sistêmica, olhando de fora dos muros; aprendizado com a diferença ou complementaridade. (nº 127)
- Networking e interação com a comunidade. (nº 145)
- Faltava na minha formação contato com empresas, porque minha formação era somente acadêmica. (nº 166)
- Através da integração entre profissionais, comunidade interna e externa. (nº 173)
- Atualização, experiência, convivência com profissionais fora do ambiente acadêmico, ampliação da rede de contatos e atuações. (nº 181)
- A atividade de extensão permite a proximidade com a prática, muitas vezes impossibilitada na universidade pela ausência de laboratórios na área. Permite também ao extensionista viver a realidade de uma empresa, dado que na universidade a visão academicista afasta as pessoas da realidade. (nº 208)

4. Em relação ao conhecimento técnico e tecnológico:

- Utilização de novos softwares. (nº 17)
- Desenvolvimento técnico na área. (nº 83)
- Maior conhecimento da área de saneamento em relação ao aproveitamento de água de chuva em usos não potáveis e oportunidade de conhecer um pouco das necessidades da comunidade carente do município de Campo Mourão. (nº 121)
- Ampliação do conhecimento técnico; contato com a realidade das empresas envolvidas. (nº 185)

5. Em relação à articulação do ensino com a pesquisa:

- Ampliação do conhecimento. A grande receptividade do envolvimento em obter conhecimentos, ampliar os já adquiridos e aprender mais. (nº 40)
- Capacitação com gestão de pessoas e treinamento na área técnica. (nº 48)
- Foi possível visualizar realidades relacionadas ao objeto de estudo do projeto proposto, o que estimulou o aperfeiçoamento de conceito e a criação de alternativas para contribuir com a mudança positiva da realidade observada. (nº 50)
- Na melhoria do ensino e na ampliação do conhecimento. (nº 105)
- Crescimento intelectual, maior possibilidade de construção do conhecimento e vivência de ensino. (nº 106)
- Por meio da aquisição de novas experiências em função das atividades extensionistas; que são levadas para a exposição em classe, enriquecendo conteúdos didáticos e as discussões acadêmicas. (nº 126)
- Mais propriedade para falar da teoria; verificação da aplicação do conhecimento teórico; maior maturidade para compreender os problemas reais. (nº 152)
- Aprimoramento das técnicas de ensino. Aproximação com as demandas da sociedade. (nº 155)
- O amadurecimento normal na participação séria que ocorre em qualquer projeto. (nº 156)
- Atualização e extensão do conhecimento. (nº 170)
- Geração de conhecimento científico e conhecimento de problemas técnicos do setor produtivo. (nº 199)
- Contato com temas aplicados da engenharia; geração de conhecimento. (nº 204)
- A participação em programas voltados para um público diferente do acadêmico é sempre uma oportunidade de procurar novas formas de

transmissão de conhecimentos e de avaliar a relevância do saber acadêmico diante de situações não idealizadas. (nº 222)

6. Em relação ao compromisso social:

- Melhoria da percepção da realidade social no entorno da Universidade. (nº 15)
- Vivência mais próxima da realidade e também exposição do aluno a uma realidade não possível de ser exposta em sala de aula. Atualização sobre temas de sua área de atuação. (nº 25)
- O contato com a sociedade permite redimensionar o ensino, de forma a direcioná-lo para o real cumprimento de seu objetivo: melhorar a sociedade como um todo. (nº 55)
- Melhor relacionamento, melhor visualização da realidade social e acadêmica. (nº 75)
- A participação em eventos que envolvem muitas pessoas, sempre gera aprendizagem no que diz respeito aos relacionamentos pessoais, necessidades do público, observação das potencialidades e limitações da Universidade, entre outros. (nº 81)
- Ampliação da relação com a sociedade. (nº 83)
- Aquisição de conhecimentos de práticas sociais; relação estreita com a sociedade na resolução de problemas passíveis de serem solucionados e outros. (nº 92)
- Experiência, entendimento das questões que englobam a extensão, participação da sociedade. (nº 94)
- Melhoria na forma de visualizar problemas sociais e aplicar esses conhecimentos em sala, demonstrando aos alunos como agir em algumas situações. (nº 117)
- Através da convivência com estudantes oriundos de classes menos favorecidas, o que permitiu uma análise crítica sobre as dificuldades de aprendizado, seja pela falta de oportunidades, seja pela necessidade de trabalhar quando deveria estar estudando. (nº 118)
- Desenvolvimento de uma percepção mais aguçada sobre a relação universidade/sociedade e dos problemas sociais, melhor compreensão da realidade dos estudantes, dentre outras transformações no modo verem a vida em sociedade. (nº 133)
- Aprendi mais acerca da minha área, convivi com alunos e com a comunidade tendo a oportunidade de ver de perto as suas necessidades. (nº 138)
- O maior aprendizado foi tomar conhecimento de quanto é complexo lidar com comunidades, com pessoas. Tínhamos a pretensão de "ensinar" tanto... e ensinamos, porém aprendemos muito com o projeto. (nº 167)
- Relacionamentos sociais com parceiros diferenciados. (nº 182)
- Pudemos alunos e eu, conhecer uma camada da comunidade carente de ações concretas que proporcionaram conscientização da importância em encurtar os caminhos entre comunidade e universidade. (nº 207)

Entende-se, pelas considerações acima, que existe relevância na participação de ações de extensão, haja vista todas as melhorias e implicações que podem ser levadas para o cotidiano das pessoas, sejam na parte profissional ou na parte pessoal. Essas questões também se relacionam ao slogan da UTFPR “Tecnologia e Humanismo”, pois a Instituição, além da formação tecnológica, busca

a formação de cidadão, humanista, filosófica, de sensibilidade e de percepção da comunidade.

Somente dessa forma a Universidade conseguirá cumprir o compromisso social com a comunidade, levando à sociedade um ensino de excelência na formação dos cidadãos com qualidade técnica, científica e humana.

A respeito do uso das tecnologias em ações extensionistas, 122 docentes confirmaram seu uso. Dentre as mais utilizadas, estão o computador e a internet, conforme descritos no Gráfico 16.

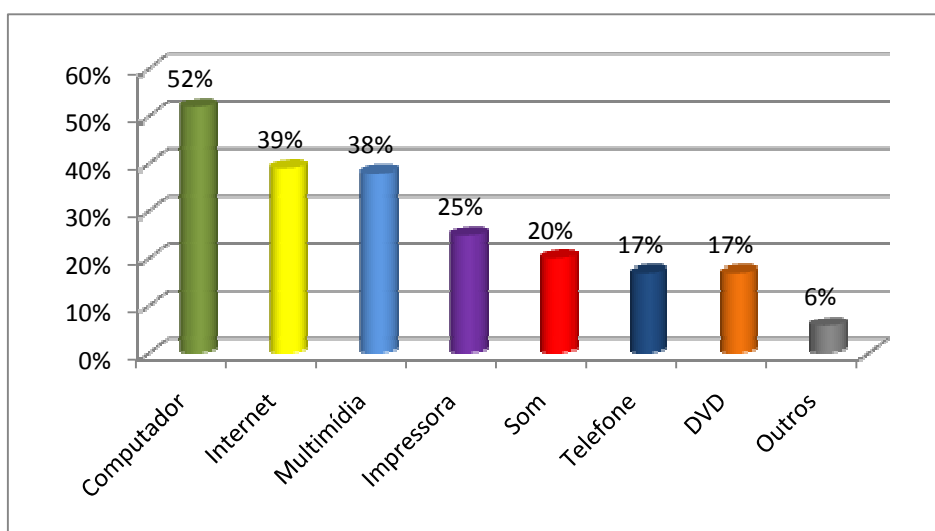


Gráfico 16 – Tecnologias utilizadas em ações extensionistas.
Fonte: Pesquisa.

Outras tecnologias utilizadas em ações extensionistas foram citadas, como: softwares específicos, equipamentos de marcenaria, equipamentos de laboratórios, equipamentos de avaliação de ambientes, tomógrafos, mamógrafos e de raios-X.

No caso da criação de uma tecnologia apropriada para uma ação extensionista, somente 24 docentes responderam positivamente. Dentre elas: material didático, software, portal na internet, estrutura para projetos de extensão, laboratórios móveis, vídeos, usina de reciclagem e adaptação de equipamentos de marcenaria.

Considerando a pesquisa na sua totalidade, ou seja, 225 respondentes, 77% dos docentes responderam afirmativamente ao serem questionados a respeito

da existência de recursos tecnológicos suficientes na UTFPR para o desenvolvimento da extensão universitária, segundo o Gráfico 17.

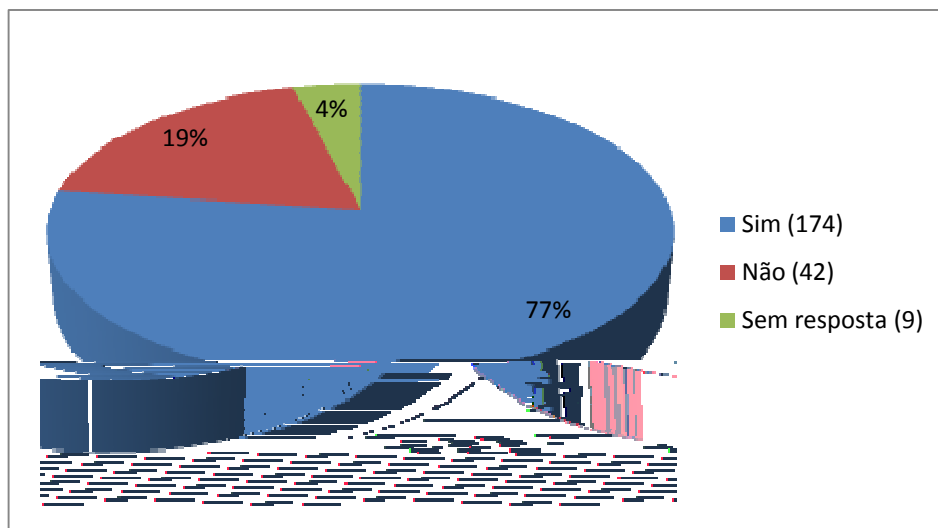


Gráfico 17 – Recursos tecnológicos na UTFPR.
Fonte: Pesquisa.

Os docentes que responderam de forma negativa em relação à quantidade de recursos tecnológicos na UTFPR fizeram algumas sugestões a respeito dos recursos que a Instituição precisaria disponibilizar, entre eles:

- Recursos para EAD. (nº 2 e 182)
- Computadores para comunidade externa e grupos de pesquisa. (nº 8 e 44)
- Recurso tecnológico para desburocratização de procedimentos: FUNTEF, sistema de compras, redução de papelada. (nº 24)
- Locomoção para estudantes. (nº 26)
- Plantas de industrialização, que são muito bem equipadas, com equipamentos semelhantes aos processos utilizados em escala industrial – área de Tecnologia de Alimentos. (nº 40)
- Equipamentos em aço inoxidável (nº 40)
- Telefones, e-mail. (nº 49)
- Equipamentos para laboratórios. (n.º 88 e 113)
- Veículos para locomoção da comunidade acadêmica. (nº 103)
- Filmadoras, câmeras fotográficas. (nº 103)
- Robótica, visão artificial, controle de processos e Instrumentação Industrial. (nº 148)
- Sistema de informações que dê maior visibilidade para a extensão. (nº 167 e 190)
- Recursos didáticos. (nº 169)
- Portal da internet sobre extensão. (nº 214)
- Espaço virtual para comunicação com o aluno. (nº 217)

Os gestores, ao serem questionados a respeito dos recursos tecnológicos existentes na UTFPR, reconhecem que a Instituição tem mecanismos, dos mais variados, mas com algumas divergências, a saber:

Sim e não. Sim no sentido de que a escola, a Instituição viabiliza alguns laboratórios, equipamentos, acho que nesse sentido que foi pedido para que haja respaldo, mas poderia ser mais efetivo. Eu vejo que muitas vezes ele vem para facilitar e poderia realmente respaldar a comunidade, servir como subsídio e meio para educação e tudo mais, não como fim, mas como meio. (n.º 01)

Nós temos a tecnologia desenvolvida, ela ainda não é aplicada ou essa tecnologia não está sendo transferida para a comunidade de forma como a comunidade, ou gostaria, ou está precisando. (n.º 02)

Se a gente imaginar as oito áreas de extensão, eu não sei se em todas as áreas a gente vai ter capacidade de desenvolver, com a mesma qualidade e precisão, mas acredito que nas áreas que a gente faz alguma diferença, que é a área tecnológica, ou mesmo em áreas onde existe uma certa tradição em alguns Campi, (...) nessas áreas acredito que a gente tenha condições de desenvolver um bom trabalho. (n.º 4)

Eu não sei se a ação extensionista depende tanto de recurso tecnológico. Depende mais de iniciativas, mesmo. O recurso, acho, que a instituição tem de sobra. (n.º 05)

Ele pode até existir, mas muitas vezes ele não está institucionalizado. (...) Ter, até tem, só tem que ver como disponibilizar isso. (n.º 06)

Dessa forma, verifica-se que os próprios gestores não têm um posicionamento unânime em relação à quantidade de recursos tecnológicos na UTFPR e forma de utilização dos mesmos.

Assim, ao se realizar o cruzamento de informações a respeito do posicionamento dos respondentes e dos gestores sobre os recursos tecnológicos, percebe-se que há uma concordância que eles não são suficientes, podendo, em muitas áreas ter uma maior diversificação.

Contudo, dois respondentes exprimiram suas opiniões a respeito, de forma crítica, conforme os recortes abaixo:

O problema não é exatamente de recursos tecnológicos, como exemplificados na questão 21. Falta uma política de universidade clara que seja baseada nos três eixos fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. A UTFPR realmente precisa se tornar uma Universidade e, seus dirigentes devem ter claro o que é ser uma Universidade. (n.º 111)

A UTFPR "está aprendendo" a se comportar como uma universidade, e a base para os recursos tecnológicos são os recursos HUMANOS. (n.º 129)

Relacionando os recortes com o conceito de identidade de Botomé (1996), uma Instituição sem identidade tende a ser uma instituição com rumos

confusos, assim, para que a Universidade possa realizar a sua contribuição na sociedade, é preciso que a UTFPR tenha uma atuação firme, bem fundamentada e delimitada por parte dos gestores e administradores da Instituição.

Quando questionados a respeito da infraestrutura da UTFPR para o desenvolvimento de ações extensionistas, 68% dos docentes têm uma ideia positiva a respeito, contra 27% que acreditam que a UTFPR não tem infraestrutura suficiente. Desses, a maioria citou o espaço físico (salas, laboratórios, alojamentos, espaços livres) como o maior problema.

Em relação às formas de cadastro para produtos ou publicações de ações extensionistas, 71 docentes responderam que não têm conhecimento, contra 36 respostas positivas. Dentre as formas de cadastro citadas, encontram-se o relatório final da ação, o relatório de gestão, os artigos publicados em periódicos e eventos, resumos para eventos e a biblioteca nacional.

Segundo o entrevistado n.º 02, a UTFPR ainda não tem um registro de extensão, que é um motivo de preocupação, pois a extensão acontece na Instituição desde que foi instituída, em 1909.

Como a universidade tem um comportamento diferenciado de um Centro Federal, de uma escola técnica, não se percebia a necessidade de se registrar, porque não tinha um acompanhamento, um órgão normativo, não tinha um órgão que cobrasse alguns resultados. Hoje não, não só pela cobrança dos órgãos superiores, mas pela própria cobrança da qualidade nos departamentos. (n.º 02)

Isso é uma coisa que me incomoda porque vejo que a Instituição tem há muito tempo ações de extensão, só que elas não estão documentadas, não estão regimentadas e elas nem sempre são vistas com a mesma importância que as outras duas modalidades, que é o ensino e a pesquisa. (n.º 01)

Os docentes entendem que as ações de extensão na UTFPR devem ser cadastradas e acompanhadas e sugerem algumas formas, entre elas:

- Através de editais e e-mails. (n.º 02)
- Deveria ser acompanhada através de relatórios semestrais ou anuais, conforme projeto. (n.º 03)
- Por profissionais peritos em avaliação e criação de projetos. (n.º 06)
- Pelo setor de extensão mesmo. (n.º 09)
- Documentada e registrada. (n.º 10)
- Junto com a comunidade acadêmica. (n.º 13)
- Em um banco de dados, com um código tipo ISSN. (n.º 15)
- Apresentação de resultados e relatórios periódicos. (n.º 16)

- Via protocolo a partir de um sistema eletrônico. (nº 17)
- Acredito que deveríamos entregar um relatório das atividades às nossas coordenações ou algo parecido, para que tivéssemos algo registrado. (nº 18)
- O acompanhamento deve ser feito por cada campus, como é feito atualmente, porém deve ser registrado, também, na sede. (nº 21)
- Via projeto, apresentação de objetos atingidos via seminário. (nº 25)
- Na Diretoria de cada Campus. (nº 26)
- Através de revistas com corpo editorial. (nº 27)
- Relatórios, publicações em eventos. (nº 35)
- Para projetos ou programas, deveria existir um encontro ou seminário para mostra dos trabalhos, gerando inclusive anais para que incentive a participação de alunos e orientadores. Seria uma troca de informações entre os campi para estabelecer possíveis parcerias. (nº 36)
- Através de um gabinete de projetos, em que qualquer projeto pudesse ser registrado, independente da existência de verba ou aprovação de edital para tal. (nº 38)
- Acompanhada com avaliação por parte dos clientes e relatório por parte do participante. (nº 39)
- Deveria ser cadastrada/acompanhada por órgãos competentes ligados à Gerência de Relações Empresariais e Pós Graduação. (nº 40)
- Através de palestras para a comunidade interna da UTFPR. (nº 44)
- Por meio de maior acompanhamento e incentivo da DIREC. (nº 47)
- Por meio de um sistema de registro de projetos, programas, cursos, etc. (nº 50)
- Cadastrada no sistema da UTFPR no departamento competente e acompanhada por representantes da universidade e sociedade externa a universidade, preferencialmente, a parcela envolvida em tal extensão. (nº 51)
- Poderia ser adicionado um módulo no sistema acadêmico que permita ao professor extensionista, a alimentação de informações pertinentes à ação realizada. (nº 57)
- Portal único. (nº 58)
- Através de um sistema informatizado como é o sistema acadêmico. (nº 69)
- Em banco de dados aberto à consulta pública (comunidade interna) e através de divulgação. (nº 75)
- Acompanhamento a partir de formulários a serem preenchidos (check-list) e retorno em feiras como a antiga EXPOTEC - Exposição de Trabalhos Técnicos. (nº 76)
- Planejamento e relatório das atividades desenvolvidas e divulgação em meios de comunicação. (nº 81)
- Seria interessante existir um sistema que gerenciasse um banco de interessados e suas competências/habilidades a serem ofertadas em atividades de extensão. (nº 88)
- Publicação de artigo. (nº 90)
- Planejamento e relatório das atividades desenvolvidas e divulgação em meios de comunicação. (nº 91)
- Por meio de seminários e mostra de extensão como já ocorreu em 2009. (nº 92)
- O acompanhamento deveria ser aprox. trimestral com reuniões para apresentar os resultados. (nº 97)
- Por meio de um registro do projeto com os indicadores de avaliação na GEREC e pela apresentação de um relatório com base nos indicadores de avaliação. (nº 99)
- Registro da ação na Direc; formalização de convênios institucionais para institucionalização das ações; apresentação geral tanto para a comunidade acadêmica quanto para comunidade assistida das ações realizadas e dos resultados alcançados com a Extensão Universitária. (nº 103)

- Com relatório final e de gestão. (nº 105)
- Através de comissões específicas em cada área. (nº 106)
- Uma forma seria através de um sistema digital (página na WEB) com os tipos de extensão e resultados. (nº 111)
- A Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias deve fazer o levantamento em seu respectivo campus, com o apoio da Direção-geral, através de editais e formulários como este, por exemplo. (nº 115)
- Via sistema informatizado e disseminado para a comunidade interna e externa. (nº 116)
- Junto aos setores próprios da Instituição. (nº 126)
- Por um protocolo de projeto, contemplando todas as fases: do objetivo, do cronograma, dos custos, dos recursos, do desenvolvimento e da conclusão. (nº 126)
- Por meio dos editais, como já está sendo realizado e um banco de dados para os projetos aprovados nos editais externos a UTFPR. (nº 135)
- Pelos coordenadores de extensão dentro de cada um dos departamentos e, depois, por um diretor de extensão do campus. (nº 138)
- Creio que relatórios são suficientes para o acompanhamento. (nº 142)
- Um sistema online, que antes iniciar a ação de extensão fosse obrigatório cadastrar para autorizar. (nº 152)
- Em paralelo com o INPI. (nº 154)
- Deveria ter um espaço privilegiado na página principal da UTFPR uma chamada sobre Extensão - programas, projetos e/ou ações que estejam ocorrendo naquele momento. Bem como, um Banco de dados de Ações, projetos já finalizados. (nº 168)
- Banco de dados. (nº 170)
- Via sistema (como o sistema acadêmico, por exemplo). (nº 192)

O recorte abaixo traduz a opinião de um respondente, a respeito do registro e cadastro das ações de extensão:

Entendo que as atividades de extensão deveriam ser todas cadastradas, para não se perder estes conhecimentos. Ao mesmo tempo, tal registro se constituiria em marco teórico, se disponibilizado à comunidade interna, para estimular mais ações de extensão. Ainda, existe a necessidade de educar mais a comunidade interna no que tange à importância da atividade extensionista (assim como já se valoriza, efetivamente, o ensino e a pesquisa). (nº 126)

Dos 225 respondentes do questionário, 45%, ou seja, 101 docentes apresentaram alguma opinião a respeito de como as ações de extensão deveriam ser registradas na UTFPR. Destes, 30% consideram que os registros deveriam ser informatizados.

Ao serem questionados a respeito do conhecimento ou não de servidores e/ou alunos da UTFPR que participam ou coordenam ações de extensão, 77% docentes afirmaram positivamente.

Ora, se 83% dos docentes que responderam a pesquisa consideram a extensão universitária no mínimo importante, se 77% dos docentes conhecem servidores e/ou alunos que praticam extensão, se 128 respondentes confirmaram a

participação em ações de extensão, se existe a concepção de extensão desde o início da história da UTFPR, intensificando-se a partir da década de 90, deduz-se que existe algum entrave para que a prática de ações de extensão nesta Instituição de Ensino Superior ainda não tenha alcançado a sua plenitude.

Tanto para os respondentes como para os gestores o estímulo aos docentes e a disseminação da cultura extensionista parecem ser o foco central. Assim ambos sugeriram algumas ações para consolidar a institucionalização da extensão.

Diante disso, na primeira coluna do quadro 1 se identificam as palavras-chave utilizadas pelos gestores nas entrevistas, e, na segunda coluna, as sugestões dos 144 respondentes, de forma a se relacionarem:

SUGESTÕES DOS GESTORES	SUGESTÕES DOS RESPONDENTES
VALORIZAÇÃO	1. Valorizar as ações de extensão.
	2. A universidade deve ter clara a importância da extensão universitária como componente fundamental do Tripé ensino-pesquisa-extensão.
	3. Valorizar as ações de extensão universitária junto ao CNPq ou outros órgãos de validação.
DIVULGAÇÃO	1. Divulgar os trabalhos já realizados com os resultados obtidos com depoimentos.
	2. Disseminar a importância das ações de extensão para a universidade. É necessário que se criem reuniões, eventos de maior impacto, divulgação de resultados para haver maior estímulo.
	3. Divulgar e organizar eventos de extensão com participação efetiva.
	4. Divulgar a extensão explicando realmente o que é "extensão".
	5. Maiores esclarecimentos sobre a função da extensão: palestras, trazer alguns problemas da sociedade para dentro da universidade, através de feiras ou visitas.
	6. Divulgar os benefícios que as atividades/desenv. de projetos podem trazer para a sua atuação profissional e benefícios que são levados para a comunidade.
	7. Tornar as informações abertas a todo o público, pois grande parte dos projetos cai sempre para as mesmas pessoas.
	8. Palestras explicativas, depoimentos de professores que já realizam e aplicam projetos de extensão.
	9. Deixar claro ao docente que a extensão é uma das prioridades dentro do planejamento estratégico da UTFPR.
MOTIVAÇÃO	1. Premiar os participantes dos projetos.
	2. Oferecer subsídios e incentivos, além de conscientizar sobre a sua importância.
	3. Criar projeto de extensão e incentivar a participação.
	4. Identificar aspectos "motivacionais" que levariam a participação docente.
	5. Um dos incentivos seria pela avaliação dos docentes.
	6. Acabar com a inércia, principalmente dos docentes mais antigos, que muitas vezes são os mais acomodados. Uma maneira de motivá-los a participar seria ter como resultado das atividades de extensão a elaboração de ARTIGOS (que podem ser publicados e revertidos em pontuação para os docentes).

SUGESTÕES DOS GESTORES	SUGESTÕES DOS RESPONDENTES
CAPACITAÇÃO	1. Ter pessoal para apoio e esclarecimento.
	2. Expor claramente de que maneira o docente pode atuar, mostrando o que a Instituição faz e o que pretende atingir com a extensão.
	3. Desafiar os servidores com novos temas de ensino e pesquisa em suas áreas de atuação institucional.
	4. Oportunizar visitas em outras universidades com programas correlatos, conhecendo a realidade, havendo o intercâmbio entre os interessados.
	5. Facilitar a proposição da extensão, por meio de um processo digital, mais prático.
FLEXIBILIZAÇÃO	1. Priorizar as atividades de extensão.
	2. Reduzir a carga horária em sala de aula dos professores que extensionistas.
	3. Agregar pontuação em seu currículo.
	4. Criar mecanismos de pontuação, ou definir nas métricas o que cada professor deveria desenvolver individualmente ou em conjunto atividades de extensão junto à comunidade no qual o campus esteja inserido.
	5. Proporcionar horários de aula mais concentrados, de modo que o docente possa se dedicar períodos maiores à extensão.
	6. Disponibilizar mais recursos e condições; compensação da carga horária docente compatível com a relevância da atividade.
	7. Abrir editais e vincular as atividades com as disciplinas dos cursos.
	8. Elevar a extensão ao mesmo patamar da pesquisa. Publicações em revistas ajudariam bastante também.
SENSIBILIZAÇÃO	1. Incentivar e conscientizar o professor da importância de sua participação.
	2. Melhor demonstrando sua importância e, é claro, fornecendo subsídios para a prática da extensão.
	3. Levar os problemas sociais para a sala de aula.
	4. Através de um programa de conscientização da importância da extensão, tanto para a UTFPR como para a comunidade.

Quadro 1 – Sugestões dos gestores x respondentes a respeito do estímulo aos docentes e disseminação da cultura extensionista na UTFPR.

Fonte: Pesquisa.

Assim como para os respondentes, dois gestores entrevistados também concordam que a prática da extensão acontece muito mais pela iniciativa dos professores na busca de informação e apoio, conforme alguns recortes:

Olhe, a percepção que eu tenho é que ela acaba sendo muito mais de cunho individual do professor do que da instituição. Muitas vezes, por iniciativa própria que iniciam algumas ações e nem sempre elas são estimuladas a terem continuidade. (n.º 01)

Eu tenho visto que quando há o interesse de algum professor e se o professor vem buscar informação e apoio, nós intermediamos essa comunicação. (n.º 02)

Já outro gestor acredita que há pouco incentivo ao docente na UTFPR para a prática de ações extensionistas:

Acho que ainda muito pouco. A gente tem tentativas e motivação, por pontuação, como acabei de falar, no currículo, nas atividades complementares, mas não é uma coisa natural. (n.º 05)

Opiniões positivas a respeito da prática extensionista e estímulo ao docente foram identificados:

Estimula, hoje com seu novo perfil ainda mais. Buscamos mecanismos para o estímulo à prática extensionista. (...) Nossa Universidade vai continuar buscando maneiras de incentivo a participação e aumento destas atividades. (n.º 03)

Tem sido feitas algumas ações, acho que o estabelecimento dos trabalhos esporádicos e valorização disso vêm ao encontro, seja da área de pesquisa, seja da área de extensão. (...) Acho que a atividade de extensão tecnológica ela tem uma perna mais tradicional do que a perna da pesquisa, mas acredito que nos próximos anos a gente vai ver uma valorização cada vez maior dessas atividades. Então a universidade vem buscando isso, mas ainda não é o ideal. (n.º 04)

Eu acho que sim. Eu acho que ela incentiva, por outro lado, mas assim, poderia ampliar mais muito mais esse incentivo se tornasse público algumas coisas e tornasse mais clara essa questão: pesquisa remunerada e extensão. (n.º 06)

Faz-se necessário a interação entre os docentes e gestores para o planejamento das ações de extensão universitária a serem desenvolvidas na UTFPR, bem como a definição de metas. Todavia, a interação ideal ainda não ocorre.

É preciso destacar que as condutas dos docentes e gestores que compõem a Instituição, nesse caso, constituem um sistema de relações, onde as atribuições e os papéis de cada um são componentes importantes na construção da identidade da Universidade.

Nos relatos abaixo, os gestores apresentam seus anseios com relação ao que falta na UTFPR para o desenvolvimento de uma cultura extensionista entre os docentes, cujas colocações giram em torno de palavras-chave (divulgação, motivação, sensibilização, flexibilização e capacitação):

Acho que deveria fazer parte do plano de atividades do professor (...) e que nesse plano de atividades não conste apenas o número de horas que ele pratica em sala de aula, mas todo o período que ele trabalha com pesquisa e todas as possibilidades de extensão, mas que façam parte e que ele tenha respaldo da Instituição para praticar isso no seu horário de trabalho como uma atividade dele. (nº 01)

Eu acredito que é preciso um planejamento onde nós possamos, por meio de um diagnóstico, identificarmos que tipo de plano de ação nós precisamos para um diagnóstico que nós levantamos, a fim de que os professores de todos os departamentos comecem a multiplicar a importância da extensão e a definição do que é extensão. (nº 02)

Eu acho que é mais valorização, cada vez cobrar mais, cada vez valorizar mais essas atividades. Quanto mais foram valorizadas internamente essas atividades, mais o professor vai procurar desenvolvê-las. (nº 03)

Os projetos que poderão ser demandados pela Diretoria de Extensão, aplicado pelas 11 regiões onde estão nossos Campi, aliado a uma valorização da participação dos nossos servidores através de suas competências são importantes para o desenvolvimento desta cultura. (nº 04)

A questão da pontuação do currículo mesmo, se ela tiver uma motivação maior que é a que tem hoje, e o professor deixando de ser tão acadêmico, como ele está hoje. (...) Uma certa flexibilidade nesse sentido, de que tanto a pesquisa quanto a extensão pudessem pontuar mesmo que ele tenha uma certa remuneração externa, pontuar suas atividades acadêmicas. (nº 05)

Eu acho que falta um pouco de sensibilização, está claro nas universidades tradicionais, que extensão você pode tornar como um serviço social está muito ligado ao ser humano. Então tem que ficar um pouco mais claro num ambiente tecnológico. Deixando tudo mais claro, fica muito mais fácil. Acho que sensibilização sim, mas ela não começa lá em cima, ela começa embaixo. (nº 06)

Entende-se, diante do exposto, que a UTFPR deve inicialmente esclarecer o que é extensão universitária, sua missão e visão à comunidade interna, conforme recortes abaixo:

A extensão deveria ser pensada a partir da explicitação formal de necessidades externas/internas (não apenas da maneira burocrática e inócua como é feita atualmente). Para tanto é necessária a presença de profissionais (em administração, comunicação, marketing, sociologia política ao menos) formalmente instruídos (mínimo de graduação plena), em condições de articulação com os programas de Pós e com os cursos de Graduação. A Extensão precisa uma explicitação da sua própria missão e visão (não apenas na forma cosmética atual). (nº 03)

É bom lembrar que de nada serve o envolvimento de docentes quando eles próprios pouco entendem do papel que cumprem na Extensão (a mentalidade largamente majoritária dos que participam é apenas a de "ganhar uns trocados") (n.º 213).

O problema não é exatamente de recursos tecnológicos, como exemplificados na questão 21. Falta uma política de universidade clara que seja baseada nos três eixos fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. A UTFPR realmente precisa se tornar uma Universidade e, seus dirigentes devem ter claro o que é ser uma Universidade. (n.º 111)

O posicionamento dos gestores em relação às sugestões de incentivo ao docente e de implantação de uma cultura extensionista na UTFPR foi muito semelhante às colocações dos respondentes. Além dessas, outras foram sugeridas, como: editais e bolsas, diversidade de projetos, diminuição do valor de encargos, inclusão “obrigatória” de um percentual de carga horária dos docentes a atividades de extensão, premiação para ações inovadoras, diminuição da burocracia interna, valorização semelhante a da pesquisa e criação de grupos de discussão.

Percebe-se, novamente, a necessidade da clareza dos objetivos da Instituição. Segundo Wenger (1998), o grande desafio é tornar acessível aos componentes da instituição o conhecimento já disponível sobre ela: suas definições, práticas, processos internos, características e especificidades.

Deduz-se, diante de todas as sugestões apontadas e após o esclarecimento do que é extensão, seria imprescindível um trabalho de divulgação de todas as ações já realizadas e as que acontecendo atualmente.

Portanto, na ideia de comunidade de prática associada à extensão universitária deve-se considerar a interação entre as pessoas, na prática diária e informal, onde aprendem umas com as outras:

A extensão universitária exige de seus participantes um comprometimento com a imagem da instituição, e faz com que os participantes destas ações se especializem cada vez mais. Neste intercâmbio, o "mundo real" se torna mais evidenciado nos trazendo um norte para nosso "mundo livresco".

O papel da universidade é muito maior do que simplesmente entregar diplomas aos alunos. (n.º 143)

Somente boa vontade não irá fortalecer as ações de extensão na UTFPR, é preciso profissionalismo e pessoas com experiência na área para conseguir oferecer o suporte necessário aos professores que se interessam pelas ações de extensão. Além disso, a UTFPR precisa entender que hoje é uma universidade, e como tal precisa trabalhar seu tripé ensino-pesquisa-extensão. (n.º 135)

Verificou-se, com a pesquisa, que grande parte dos docentes reconhece a importância da extensão universitária para o amadurecimento e crescimento profissional e pessoal, mas que não existe uma divulgação, uma clareza das definições e dos objetivos da extensão universitária na UTFPR. Nesse sentido,

novamente, vem à tona a necessidade de uma identidade bem definida, evitando confusões e dissabores.

Percebeu-se pelo exposto, que o comprometimento da comunidade interna da instituição é de total relevância, onde cada um assume a sua responsabilidade. Portanto, é importante iniciar um trabalho de sensibilização, levando-se em consideração que o uso da tecnologia não deve abandonar o humanismo. Assim, realmente será efetivada a troca de saberes, um compromisso mútuo entre a universidade e a sociedade.

Somente disponibilizar as ferramentas para o trabalho docente, não é o suficiente, a Instituição deve ter um plano de motivação e capacitação aos docentes para a prática de extensão universitária.

Outro ponto de destaque foi a sugestão em relação à flexibilização da carga horária docente, criando um mecanismo de pontuação no currículo ou definição de métricas. A inclusão da obrigatoriedade de um percentual de carga horária dos professores em atividades de extensão, assim como o incentivo financeiro foram também sugeridos.

Alguns pontos negativos foram identificados em relação à prática da extensão: falta de comunicação, despreparo dos professores, falta de planejamento e de trabalho em grupo. Aqui é notório que o trabalho em grupo é de suma relevância para o desenvolvimento de atividades extensionistas, como participantes de uma comunidade, pois os servidores envolvem-se em conjunto na construção do conhecimento, ajustando as diferentes interpretações e atuações.

Por fim, sendo a extensão de suma importância dentro da Universidade, há a necessidade urgente da implantação de uma forma de registro e cadastro realmente eficaz, pois se constituiria em um marco na história da Instituição.

A universidade, ao promover um processo de reflexão sobre si mesma, reafirma uma maior articulação institucional em grupo, na construção do conhecimento e da compreensão mútua, para que realmente aconteça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] por pequenos passos se deve partir para transformar as atividades de extensão, até que elas transformem a universidade.”

(SANTOS, 1995, p.229)

O propósito central do trabalho foi a realização de um diagnóstico sobre o posicionamento dos docentes em relação à concepção de extensão universitária na UTFPR, possibilitando conhecer algumas características da instituição, favorecendo um olhar para o seu interior.

Em um primeiro momento, percebeu-se a complexidade do estudo, diante dos diversos posicionamentos quanto ao entendimento da extensão, até mesmo pelos gestores. Os resultados foram ricos no sentido de apontar várias possibilidades de reflexões.

O estudo foi contextualizado com um referencial amplo, com abordagens a respeito da Universidade, o papel da educação, o uso das tecnologias e mais especificamente a educação tecnológica, a questão da importância da clareza da identidade, até focalizar a extensão propriamente dita e associá-la como uma comunidade de prática na UTFPR.

Considerando:

- (i) A missão da UTFPR, “promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade para o desenvolvimento social e tecnológico sustentável” (PPI, 2004 - 2008, p.19);
- (ii) O conceito de extensão na UTFPR, divulgado na página da Diretoria de Extensão: “canal de interlocução entre a Sociedade e a Universidade, trazendo as demandas da população e os desafios colocados para o desenvolvimento do país para o centro da pesquisa e desta para a sociedade. Portanto, não é assistencialismo, intervenção pontual com relação aos problemas

sociais, balcão de negócios nem atividade acadêmica no interior da Universidade sem a comunidade externa.”; e

- (iii) As diretrizes de extensão na UTFPR baseadas no Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que são: interdisciplinaridade, articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa, relação dialógica entre universidade e sociedade e relação social de impacto.

Conclui-se, após as análises das entrevistas e dos questionários, que há divergências de opiniões e conceitos na definição das funções da Instituição. Apresentou-se, entre os docentes, certa indefinição quanto ao real significado da extensão.

A divulgação e a reflexão do conceito, suas funções e finalidades constituem-se em uma necessidade da UTFPR. Os recortes apresentados indicam que há uma crise de identidade, sinalizando indefinição, conforme Botomé (1996).

Alguns dados relevantes, apontados pela maioria dos docentes respondentes aos questionários tiveram destaque:

1. 45% dos respondentes consideram a extensão universitária muito importante, recebendo o mesmo *status* atribuído ao ensino e à pesquisa.
2. 68% dos docentes indicaram o apoio tecnológico como dimensão da extensão na UTFPR, seguido de atualização para o ensino e questões para a pesquisa e compromisso social, ambas com 64%;
3. 79% dos docentes indicaram a articulação entre a universidade e a sociedade como função da extensão na UTFPR;
4. 33% dos docentes responderam que conhecem os instrumentos que normatizam a extensão;
5. 77% dos docentes acreditam que a UTFPR apresenta recursos tecnológicos suficientes para o desenvolvimento da extensão;
6. 45% dos respondentes fizeram sugestões com relação ao registro das ações de extensão e 30% deles consideram que a informatização seria o melhor caminho;
7. 57% dos respondentes, ou seja, 128 docentes já participaram de alguma ação extensionista na UTFPR. Desses:
 - 84% reconhecem o aperfeiçoamento da prática docente e pessoal por meio da extensão;

- 95% confirmam o uso das tecnologias em ações extensionistas;
- 32% dos docentes participantes encontram-se na faixa etária de 31 e 40 anos assim como a mesma quantidade na faixa etária de 41 e 50 anos;
- 41% apresentam formação em Engenharia e Tecnologia; e
- 34% encontram-se na faixa dos 15 a 22 anos de docência.

Diante dessas afirmações, identifica-se que a extensão na UTFPR não é uma atividade menor em relação ao ensino e à pesquisa, pois ela é considerada como “muito importante”, a questão é a falta de registro e de divulgação.

Verificou-se que mesmo fazendo parte da missão, visão e valores no Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013) da UTFPR, a concepção de extensão na Instituição não está clara até mesmo entre os gestores, que fizeram sugestões de algumas ações para esclarecimento.

Constata-se, assim, que o conflito conceitual faz com que a extensão aconteça de forma fragmentada e pouco consistente. Há necessidade de um planejamento prévio das atividades. Foi sinalizado o desconhecimento da existência da Diretoria de Extensão, tendo em vista a sugestão da criação de um setor para coordenação das atividades de extensão. Uma ação a ser iniciada diante dessa constatação seria a apresentação dessa Diretoria para os docentes, que tem grande importância na estrutura da Universidade quanto para a sociedade com a qual interage.

Em relação aos recursos tecnológicos, observou-se, que de maneira geral a Instituição apresenta grande quantidade, mas muitas vezes não estão institucionalizados.

Vale ressaltar as sugestões feitas pelos docentes para tornar a extensão obrigatória, incorporá-la aos projetos pedagógicos dos cursos e reconhecê-la para efeitos de comprovação de atividades extracurriculares.

Para sensibilizar os docentes na atuação como extensionistas, seria necessário um incentivo claro por parte da Instituição, pois acarretaria o desenvolvimento de ações voluntárias e significativas. A consolidação da institucionalização da extensão, por meio de uma política de extensão na Universidade favoreceria a integração e permitiria avanços e inovações, fortalecendo os princípios, os critérios e os indicadores da Instituição.

O entendimento manifestado de extensão na UTFPR resulta, muitas vezes, em atividades isoladas, possibilitando ações independentes, heterogêneas,

sem relação com o perfil da Instituição, indo em direção contrária à concepção de extensão da UTFPR.

A falta de clareza e apoio quanto à valorização e institucionalização da extensão universitária leva a uma fragmentação de ações, pensamentos e esforços, contrariando o princípio da indissociabilidade entre ensino – pesquisa - extensão. Segundo Wenger (1998), quando existe uma prática bem definida, existe a ideia de identidade, ou seja, as pessoas aprendem e constroem suas identidades e participam com suas experiências. O que caracteriza uma Comunidade de Prática, como o próprio nome sugere, é a existência de uma prática, um objetivo e um conjunto de pessoas organizadas espontaneamente para esse fim.

Essas interações entre as pessoas permitem que aprendam conceitos, discursos, valores e maneiras de resolver problemas.

Os docentes podem constituir uma Comunidade de Prática se estiverem engajados em projetos, nos quais trabalhem colaborativamente, aprendendo uns com os outros e solucionando problemas. Assim, a implantação de comunidades de prática em extensão na UTFPR possibilitaria a criação de espaços para sociabilização de saberes e experiências, realização de palestras, produção de materiais didático-pedagógicos e novos projetos.

Dessa forma, a universidade, como uma comunidade de prática, poderá disponibilizar aos cidadãos, por meio da extensão, um espaço de reflexão acerca das questões sociais e ambientais e, dentro desse processo, contribuir com o desenvolvimento e oportunizar a difusão de conhecimento e das tecnologias em prol da sociedade.

Neste contexto, inserem-se os docentes como agentes de mudança em ações de extensão, na articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão universitária.

6.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E IMPLICAÇÕES PARA PESQUISA

Após a conclusão desse trabalho, e diante das limitações do estudo, algumas sugestões como recomendações para trabalhos futuros são descritas a seguir.

Uma das limitações da pesquisa foi a indisponibilização às pesquisas que necessitam hospedar algum instrumento para a realização das mesmas pelo Programa e Pós-Graduação em Tecnologia, bem como pela Diretoria de Informação da UTFPR. Por isso a definição da utilização da ferramenta *Google Docs* para elaboração e envio dos questionários foi a mais acessível nesta pesquisa. Assim, recomenda-se o estudo de formas para hospedar instrumentos de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação na UTFPR.

Alguns Diretores de Ensino tiveram cautela na autorização da pesquisa e consultaram o Diretor do Campus. Sendo assim, a última autorização só foi recebida 16 dias após o envio da solicitação, atrasando bastante o processo. Portanto, fica como recomendação um estudo de desenvolvimento de uma ferramenta computacional para gestão de documentos na Universidade.

Outras sugestões para pesquisas futuras: estudo do desenvolvimento de um sistema *online* para cadastramento das ações de extensão; acompanhamento da avaliação das ações de extensão na UTFPR; estudo da inserção de créditos em extensão na matriz curricular dos cursos de Graduação; patenteamento das tecnologias sociais; concepções da extensão na UTFPR; retorno de pesquisas realizadas por email; questões de gênero na extensão universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n.2, p. 271 – 86, 2003.

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira. **Ação Extensionista em Universidades Católicas e Comunitárias e sua Avaliação**. 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, PUC, Campinas, 2009.

BASTOS, João Augusto. O diálogo da educação com a tecnologia. In: **Tecnologia & Interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade. In: **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: <http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc>. Acesso em 22 mar. 2010.

CARRASCO, Juan Carlos. Extensión, instrumento didáctico de la Universidad. In: **Extesión em Óbra**. Universidad de la Republica, 2009. Disponível em http://www.Extension_en_Obra_web.pdf. Acesso em 11 nov. 2010.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

Diretoria de Extensão da UTFPR <http://www3.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao>. Acesso em 22 mar. 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade & Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br/corpo.php>. Acesso em 02 fev. 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 13 ed. São Paulo: Editora Paz e terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a Sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. Desafios para a era do conhecimento. In: **Revista Viver Mente e Cérebro**. Coleção Memória da Pedagogia, n.6. Educação no século XXI: perspectivas e tendências. Rio de Janeiro: Relume Dumar: Segmento-Duetto, 2006.

GARCIA, Vanda Dolci. **A Tecnologia Educacional na Prática Pedagógica dos Professores de Ensino Médio em Escolas Estaduais de Curitiba** – PR. 2002. 101 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIOSA, Lívio. O cidadão e a responsabilidade social. In: **Revista Filantropia**. São Paulo, edição 34, p. 51, ano VII, 2008.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez; Autores Associados, UFC, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico – 21.^a ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2007.

LEITE, José Carlos Corrêa [org.]. **UTFPR: uma história de 100 anos**. 1. Ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

LORENZI, Dilnei. O poder transformador da educação. In: **Revista Filantropia**. São Paulo, edição 41, p. 52, jul/ago, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MANZONI, Patrícia. La educación popular como alternativa posible. In: **Extesión em Óbra**. Universidad de la Republica, 2009. Disponível em http://www.Extension_en_Obra_web.pdf. Acesso em 11 nov. 2010.

MORAN, José Manuel. Gestão inovadora da escola com tecnologias. In: **Gestão educacional e tecnologia**. VIEIRA, Alexandre (org.). São Paulo, Avercamp, 2003.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos Básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 1987 – 2000. Maria das Dores Pimentel Nogueira (org.). Belo Horizonte, MG, UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Márcio de. **Universidade e Sustentabilidade: Proposta de Diretrizes e Ações para uma Universidade Ambientalmente Sustentável**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada ao Manejo e a Conservação de Recursos Naturais) – Programa de Pós Graduação em Ecologia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UTFPR – PDI. 2009 a 2013. Curitiba: Editora UTFPR, 2009. Disponível em <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>. Acesso em 22 mar. 2010.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei 10.172/01. Disponível em Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 22 mar. 2010.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2000 – 2001. Disponível em: http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm. Acesso em 22 mar. 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DA UTFPR - PPI. 2004 a 2008. Disponível em <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/projeto-politico-pedagogico-institucional-1/projeto-politico-pedagogico-institucional/view>. Acesso em 22 mar. 2010.

PROINFO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=823. Acesso em: 02 fev. 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PORTO ALEGRE, Laíze Márcia. **Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação, na prática docente, numa Instituição de Ensino Tecnológico**. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2004.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO - RENEX. Disponível em: <http://www.renex.org.br> >. Acesso em 22 mar. 2010.

REIS, Maria de Fátima. **Educação Tecnológica: a montanha pariu um rato?** Portugal: Porto Editora, 1995.

REVISTA TECNOLOGIA & HUMANISMO. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. **Programa CIMCO, Voluntariado em ação!** Ano 1, n.1. Curitiba: CEFET-PR. P.96 a 123. Ago. 1986

REVISTA INOVAÇÃO. Edição Especial. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Curitiba: CEFET-PR. Out. 2005.

REVISTA UTFPR / 100 ANOS. **Edição Comemorativa ao I Centenário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Curitiba: CEFET-PR. Set. 2009.

REVISTA COMEMORATIVA AOS 95 ANOS DO CEFET-PR. Curitiba: CEFET-PR. Set. 2004.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Falta Cultura Digital na Sala de Aula**. 2007. Disponível em:

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_244926.shtml?func=1&pag=2&fnt=9pt. Acesso em 9 fev. 2010.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. In: **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Dóris Santos de Farias (org.). Brasília: UNB, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2.^a Ed, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SEBINELLI, Rosa Maria Marins Gobbi. **Política de Extensão Universitária. O Debate nacional e a experiência da Universidade Estadual de Campinas**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2004.

SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade** – o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Lopes da. **Universidade e Extensão: A pesquisa-ação em um centro universitário**. 2008. 276 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Marco. Internet na escola e inclusão. **Integração das Tecnologias na Educação – Salto para o Futuro**. Secretaria de Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Concepção de Extensão Universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008.

TAVARES, Maria das Graças M. **Extensão Universitária: novo paradigma de universidade**. Maceió: EDUFAL, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva de Educação Superior no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: INEP, v. 50, n. 111, p. 21-82, jul/set de 1968.

ULLMANN, Reinhold e BOHNEN, Aloysio. **A universidade: das origens à renascença**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Diretoria de Extensão. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao>. Acesso em 24 set. 2010.

WENGER, Etienne. **Communities of Practice**. Learning, Meaning, and Identity. Cambridge, 1998.

APÊNDICE A

Protocolo de entrevista para os docentes em cargo diretivo da UTFPR.

PROTOCOLO DE ENTREVISTA
PARA OS SERVIDORES EM CARGO DIRETIVO DA UTFPR

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sexo:
Idade:
Formação:
Tempo de magistério da UTFPR:
Disciplina:
Data da entrevista:
Início: Término:

1. O que você entende por extensão universitária?
2. Qual a sua opinião sobre a importância da Extensão na UTFPR?
3. Na sua formação acadêmica, você teve alguma sinalização sobre a prática extensionista?
4. Na sua opinião, qual é a atual concepção de extensão na UTFPR?
5. Na sua opinião, quais são as dimensões indicadas como prioridades da extensão pela UTFPR? (compromisso social, realimentação ensino e pesquisa, articulação com movimentos sociais, incentivo à produção cultural, prestação de serviços, captação de recursos para a universidade)
6. Qual é a instância que define a política de extensão na UTFPR? (Conselho superior, reitor e equipe, pró-reitoria de extensão, reitor e pró-reitor de extensão, outros...)
7. Quais são os instrumentos legais da instituição que normatizam a extensão? (estatuto, regimento, resolução, portarias, editais, outros...)
8. Você já participou de alguma extensão de extensão na UTFPR? Se sim, de que forma?
9. As atividades que vc tem participado tem contribuído para o seu crescimento pessoal e profissional?
10. Você percebe que a comunidade necessita de auxílio extensionista?
11. Você usa alguma tecnologia em sua ação extensionista ou cria uma tecnologia apropriada?
12. Na sua opinião, de quem é a responsabilidade do envolvimento do docente com a extensão aqui na UTFPR?

13. Há incentivo na Universidade para que o docente possa se envolver com a prática da extensão?
14. A universidade possui recursos tecnológicos que favoreçam o desenvolvimento da extensão universitária?
15. Na sua opinião, o que é necessário existir na Universidade para a implementação dessa cultura extensionista?
16. Como se articula a extensão universitária da UTFPR com as demandas da sociedade?
17. Qual a concepção de extensão universitária contida nos documentos oficiais da IES?

APÊNDICE B

Termo de esclarecimento da entrevista.



TERMO DE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa do Programa de Mestrado em Tecnologia da UTFPR. A pesquisa tem o objetivo de diagnosticar como os docentes da UTFPR, por meio da extensão universitária, estão desenvolvendo o papel social da Universidade.

Caso concorde em participar, você terá que responder algumas perguntas em entrevista semi-estruturada sobre a sua visão, as suas experiências a respeito da extensão universitária e a concepção desta Universidade nesta área. Esta fase da pesquisa será realizada com alguns gestores da UTFPR, que foram escolhidos por apresentarem cargos com poder de decisão a respeito dos direcionamentos da Instituição.

De antemão, solicitamos a sua permissão para gravar a entrevista de modo a sermos fidedignas às suas colocações. Estima-se que a duração da entrevista seja de 30 (trinta) minutos, aproximadamente. A transcrição da entrevista será reapresentada para a sua aprovação e possíveis alterações.

Esclarecemos, ainda, que o conteúdo das entrevistas será tratado apenas pela aluna para a análise das informações e a identificação dos/as entrevistados/as será preservada. Como a sua participação não é obrigatória, a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Entendendo que a sua contribuição será de grande valia para o desenvolvimento desta pesquisa, subscrevemo-nos.

Laíze Márcia Porto Alegre

Professora Orientadora do PPGTE

e-mail: laizepa@utfpr.edu.br

Angela Bernert Viviurka

Mestranda

e-mail:angelabv@utfpr.edu.br

APÊNDICE C

Termo de consentimento de participação da pessoa como sujeito.



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, concordo em participar, voluntariamente, de entrevista para pesquisa de Mestrado sobre a extensão universitária na UTFPR e declaro que li as informações contidas nesse documento, sendo devidamente informado (a) pela pesquisadora – Angela Bernert Viviurka – dos objetivos, dos procedimentos que serão utilizados e da confidencialidade.

Concordo, também, que as informações possam ser utilizadas em futuras publicações, desde que meu anonimato e o sigilo de minhas respostas sejam garantidos. Reservo-me, ainda, o direito de interromper minha participação e meu consentimento quando desejar ou achar necessário, e de não responder a qualquer questionamento que não julgue pertinente.

Curitiba, _____ de _____ de 2010.

(NOME POR EXTENSÃO)

(ASSINATURA)

APÊNDICE D

Questionário aplicado a todos os docentes da UTFPR.

PESQUISA COM DOCENTES DA UTFPR

Prezado (a) professor(a), Estamos realizando uma coleta de dados para a pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR. Precisamos saber sobre o seu conhecimento e a sua participação em relação à extensão universitária. A sua colaboração é extremamente relevante para que o objetivo da pesquisa seja alcançado. Por gentileza, preencha os campos abaixo e envie o formulário. O preenchimento levará aproximadamente 10 minutos. Para que você se sinta confortável em fornecer respostas que realmente reflitam a sua opinião sobre o assunto, garantimos que o seu anonimato será mantido. Desde já agradecemos pela sua participação.

Angela Bernert Viviurka, Mestranda.
Laíze Márcia Porto Alegre, Orientadora.

1. Campus:

- Campus Apucarana.
- Campus Campo Mourão.
- Campus Cornélio Procópio.
- Campus Curitiba.
- Campus Dois Vizinhos.
- Campus Francisco Beltrão.
- Campus Londrina.
- Campus Medianeira.
- Campus Pato Branco.
- Campus Ponta Grossa.
- Campus Toledo.

2. Sexo:

- Feminino
- Masculino

3. Idade:

- Entre 20 e 30 anos.
- Entre 31 e 40 anos.
- Entre 41 e 50 anos.
- Entre 51 e 60 anos.

- Acima de 60 anos.

4. Área de sua formação na graduação:

- Ciências Humanas.
- Ciências Exatas e da Terra.
- Ciências Sociais Aplicadas.
- Ciências Biológicas.
- Engenharia / Tecnologia.
- Ciências da Saúde.
- Ciências Agrárias.
- Linguística; Letras e Artes.
- Outro:

5. Qual o curso de sua formação na graduação?

6. Titulação:

- 6.1 Especialização

Qual a área de sua formação na Especialização?

6. Titulação:

- 6.2 Mestrado

Qual a área de sua formação no Mestrado?

6. Titulação:

- 6.3 Doutorado

Qual a área de sua formação no Doutorado?

6. Estudo avançado:

- 6.4 Pós-Doutorado

Qual a área no Pós-Doutorado?

7. Você desempenha função administrativa na UTFPR?

- Sim.

- Não.

8. Na sua formação acadêmica, você desenvolveu ações de extensão?

- Sim.
- Não.

9. Em caso positivo na questão anterior, assinale em quais participou. Você pode assinalar uma ou mais alternativas.

- Em curso, como redator.
- Em curso, como redator e participante.
- Em curso, como participante.
- Em projeto, como proponente.
- Em projeto, como proponente participante.
- Em projeto, como proponente coordenador.
- Em programa, como proponente.
- Em programa, como proponente participante.
- Em programa, como proponente coordenador.
- Em palestra, como proponente.
- Em palestra, como participante.
- Outro:

10. Quantos anos você possui de docência na UTFPR?

- de 1 a 4 anos
- de 5 a 7 anos
- de 8 a 14 anos
- de 15 a 22 anos
- mais de 23 anos

11. Como você considera a extensão universitária na UTFPR, em grau de importância?

	1		2		3
Irrelevante		Importante			Muito importante

Item 1

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------------------

12. Na sua opinião, quais as dimensões indicadas como prioridades da extensão pela UTFPR? Você pode assinalar uma ou mais alternativas.

- Compromisso social.
- Atualização para o ensino e questões para a pesquisa.
- Articulação com movimentos sociais.
- Incentivo à produção cultural.
- Apoio tecnológico.
- Captação de recursos para a universidade.
- Outro:

13. De acordo com a sua percepção a respeito da extensão, assinale uma ou mais alternativas.

- Função de articulação entre a universidade e a sociedade.
- Função que leva a universidade ao cumprimento de sua missão social.
- Função de apoio tecnológico por parte da universidade.
- Função de articulação do ensino com a pesquisa.
- Outro:

14. Você conhece os instrumentos legais da UTFPR que normatizam a extensão?

- Sim.
- Não.

15. Se você respondeu "sim" na questão anterior, indique quais:

- estatuto
- regimento
- resoluções
- portarias
- editais
- Não encontrei documentos de normatização formais.
- Outro:

16. Você já participou de alguma ação extensionista na UTFPR? SE VOCÊ RESPONDER NÃO, VÁ PARA A QUESTÃO N. 26.

- Sim.
- Não.

17. Em caso afirmativo na questão anterior, indique de que forma foi:

- Programas
- Projetos
- Cursos
- Apoio tecnológico
- Eventos
- Produtos acadêmicos
- Outro:

18. Tendo participado em ações de extensão, houve aperfeiçoamento na sua prática docente e pessoal?

- Sim.
- Não.

19. Em caso afirmativo na questão anterior, de que forma?

20. Você usa ou usou alguma tecnologia em sua ação extensionista?

- Sim.
- Não.

21. Em caso positivo na questão anterior, qual ou quais?

- computador
- som
- multimídia
- dvd
- telefone
- impressora
- internet
- Outro:

22. Você já criou uma tecnologia apropriada para uma ação extensionista dependendo da demanda da comunidade?

- Sim.
- Não.

23. Em caso positivo na questão anterior, qual?

24. Caso tenha desenvolvido uma ação extensionista que tenha gerado um produto ou uma publicação, houve cadastro?

- Sim.
- Não.

25. Em caso afirmativo na questão anterior, quais foram as formas de cadastro?

- Relatório final da ação.
- Relatório de gestão.
- Siex Brasil.
- SIGProj.
- Outro:

26. Como você entende que deveria ser cadastrada/acompanhada uma ação de extensão na UTFPR?

27. Você conhece servidores e/ou alunos na UTFPR que participam ou coordenam ações de extensão?

- Sim.
- Não.

28. Na sua opinião, a UTFPR possui recursos tecnológicos que atendem o desenvolvimento da extensão universitária?

- Sim.
- Não.

29. Em caso negativo na questão anterior, quais recursos tecnológicos a UTFPR precisaria disponibilizar ?

30. Na sua opinião, de que forma a UTFPR poderia estimular o envolvimento do docente na prática da extensão?

31. Na sua opinião, a UTFPR possui infraestrutura suficiente para o desenvolvimento de ações extensionistas?

- Sim.
- Não.

32. Em caso positivo na questão anterior, quais são suficientes:

- Salas de aula.

- Auditórios.
- Veículos.
- Equipamentos de informática.
- Linhas de telefone.
- Sala para reunião.
- Outro:

33. Em caso negativo na questão 31, o que poderia ser sugerido em relação à infraestrutura?

34. Caso você não pratique extensão e esteja desenvolvendo pesquisa na UTFPR ou na sua prática profissional:

- Sua pesquisa originou-se de uma demanda.
- Sua pesquisa contempla extensão.
- A sua pesquisa poderia originar projetos extensionistas.
- Outro:

35. Escreva, abaixo, algum comentário ou sugestão que ache necessário ou relevante que não tenha sido contemplado nas questões anteriores.

Enviar

APÊNDICE E

Carta enviada aos Diretores de Ensino de todos os Campi.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia -
PPGTE



Curitiba, 01 de junho de 2010.

À : Diretora de Ensino da UTFPR – Campus Curitiba
Prof.^a Denise Rauta Buiar

Estou realizando uma pesquisa para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE, que tem como objetivo diagnosticar como os docentes da UTFPR, por meio da extensão, estão contribuindo com o papel social da universidade.

Dessa forma, solicito a sua permissão para o envio de uma pesquisa (que segue em anexo, para seu conhecimento), para o e-mail de todos os docentes do Campus Curitiba.

Tendo em vista que o resultado desta coleta de dados é imprescindível para o prosseguimento do referente estudo, antecipadamente agradeço pela sua colaboração e atenção dispensada, que é de extrema importância para o sucesso da pesquisa.

Fico no aguardo de uma posição de V.S.^a pelo e-mail angelabv@utfpr.edu.br ou pelo telefone (41) 3310-4942.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Mestranda: Angela Bernert Viviurka

Orientadora: Laíze Márcia Porto Alegre

APÊNDICE F

Texto do e-mail enviado aos docentes pelo *broadcast*.

Prezado (a) professor(a),

Estamos realizando uma coleta de dados para a pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR. Precisamos saber sobre o seu conhecimento e a sua participação em relação à extensão universitária. A sua colaboração é extremamente relevante para que o objetivo da pesquisa seja alcançado.

Por gentileza, acesse o link abaixo e preencha o formulário, que levará aproximadamente 10 minutos.

Para que você se sinta confortável em fornecer respostas que realmente reflitam a sua opinião sobre o assunto, garantimos que o seu anonimato será mantido.

Desde já agradecemos pela sua participação.

Angela Bernert Viviurka, Mestranda.
Laíze Márcia Porto Alegre, Orientadora.

Este é um convite para preencher o formulário **PESQUISA COM DOCENTES DA UTFPR**. Para preenchê-lo, visite:

<https://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dDc4amNpTmowazJ0dDFNdEF0dIRMdIE6MQ>